Relatório & Contas 2013

Cabo Verde



1. Principais Indicadores 4
A. Síntese dos Indicadores Financeiros 4
B. Análise Gráfica dos Principais Indicadores 6
2. Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva 8
3. Principais Referências 10
A. Órgãos Sociais 10
B. Direcção e Rede Comercial 12
C. Accionistas 12
D. Marcos de Actividade 13
4. BAI Cabo Verde no Sistema Financeiro 14
5. Enquadramento Macroeconómico e Financeiro 15
A. Contexto Internacional 15
B. Contexto Cabo-verdiano 16
6. Síntese da Actividade Bancária 17
7. Banca Electrónica 23
8. Gestão de Riscos Financeiros 26
A. Risco de Crédito 26
B. Risco Operacional 27
C. Risco de Capital 27
D. Risco de Mercado 27
E. Risco de Taxa de Juro 28
F. Risco Cambial 28
G. Risco Liquidez 29
9. Recursos Humanos 30
10. Responsabilidade Social 32
11. Análise Financeira 37
A. Elementos do Balanço 37
B. Elementos da Demonstração de Resultados 40
C. Indicadores 44
12. Aprovação do Conselho de Administração 46
13. Demonstrações Financeiras 47
A. Balanço 47
B. Demonstração de Resultados 48
C. Demonstração de Rendimento Integral 49
D. Demonstração de Alterações no Capital Próprio 50

E. Demonstração dos Fluxos de Caixa 51
14. Proposta de Aplicação e Distribuição de Resultados 52
15. Notas às Demonstrações Financeiras 53
16. Parecer do Auditor Externo 99
17. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal 100

1. Principais Indicadores

A. Síntese dos Indicadores Financeiros

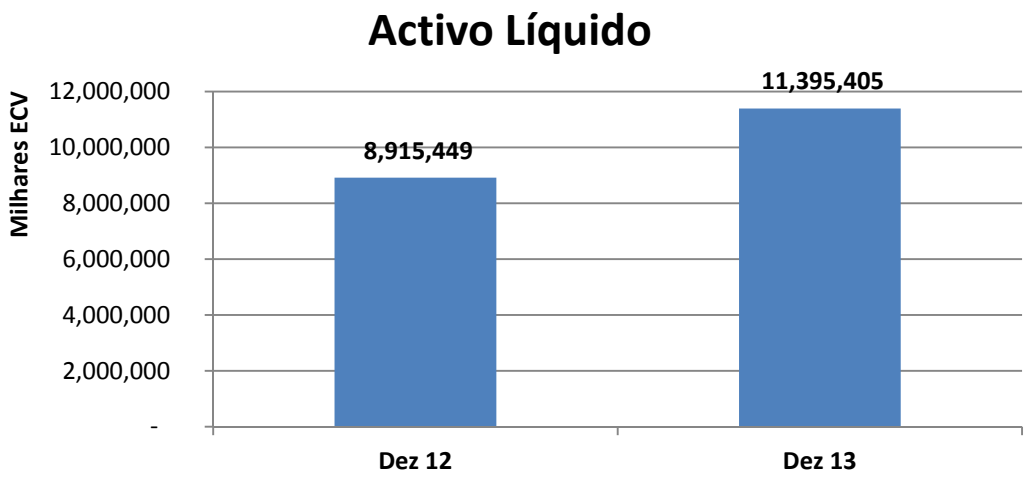
Expresso ECV

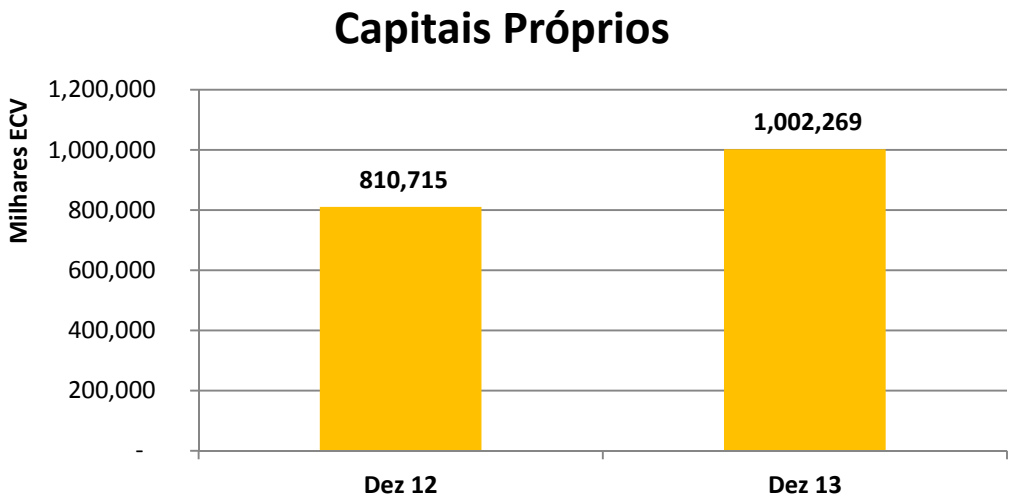
	2013	2012	Variação Homologa	
			Abs.	%
Balanço Patrimonial e Extra-patrimonial				
Activo Líquido	11 395 405 097	8 915 449 343	2,479,955,754	27.8%
Créditos s/clientes(líquidos)	4 868 630 313	3 866 989 958	1,001,640,355	25.9%
Crédito vincendo	4 441 845 136	3 554 150 151	887,694,985	25.0%
Crédito e juros vencidos	695 908 102	439 573 349	256,334,753	58.3%
Imparidade	(269,122,925)	(126,733,542)	-142,389,383	-112.4%
Garantias e avales prestados	345 144 634	253 450 693	91,693,941	36.2%
Créditos documentários abertos	189 330 495	43 702 012	145,628,483	333.2%
Créditos total	5 403 105 443	4 164 142 664	1,238,962,779	29.8%
Depósitos Clientes	4 285 504 353	2 415 428 993	1,870,075,360	77.4%
Recursos de OIF	5 019 692 268	4 581 223 253	438,469,015	9.6%
Passivos Subordinados	1,000,659,146	1,000,168,807	490,339	0.0%
Capitais próprios	1 002 268 899	810 715 002	191,553,897	23.6%
Actividade				
Margem financeira	356,313,883	303,795,757	52,518,126	17.3%
Margem complementar	113,878,745	57,733,370	56,145,375	97.2%
Produto Bancário líquido	470,192,628	361,529,126	108,663,502	30.1%
Custos de Estrutura	432,318,750	444,484,778	-12,166,028	-2.7%
Cash Flow	110,714,984	-2,186,688	112,901,672	5163.1%
Resultado antes de impostos (RAI)	-120,702,584	-125,267,841	4,565,256	3.6%
Imposto Diferido Activo (IDA)	-18,538,519	-26,082,699	7,544,180	28.9%
Resultados Líquidos do Exercício	-139,241,103	-151,350,540	12,109,436	8.0%
Acções				
Nº de acções	2,330,795	2,000,000	330,795	16.5%
Funcionamento				
Número Balcões	5	5	0	0.0%
Número de clientes	9,427	7,514	1,913	25.5%
Produtividade/Eficiência				
Cost to income ratio	91.9%	122.9%	-31.0%	-25.2%
Número de clientes por empregado	131	102	29	28.9%
Activo Líquido / Número de empregados	158,269,515	120,479,045	37,790,470	31.4%
Custos de Estrutura / Activo Líquido	3.8%	5.0%	-1.2%	-23.9%
Rentabilidade				
Lucro líquido por acção (EPS)	-59.7	-75.7	16	21.1%
Taxa de Transformação 1 (Crédito/Depósitos)	113.6%	160.1%	-46.5%	-29.0%
Taxa de Transformação 2 (Crédito/(Depósitos+Recursos OIF+Passivo Subordinado))	47.2%	48.4%	-1.1%	-2.3%
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROAE)	-13.9%	-17.5%	3.7%	20.8%
Resultado antes de impostos / Capitais próprios médios	-12.0%	-14.5%	2.5%	17.1%
Margem financeira / Capitais próprios médios	35.6%	35.2%	0.3%	0.9%
Margem complementar / Capitais próprios médios	11.4%	6.7%	4.7%	69.7%
Custos de Estrutura / Capitais próprios médios	43.1%	51.5%	-8.4%	-16.3%
Produto bancário / Capitais próprios médios	46.9%	41.9%	5.0%	11.9%
Rendibilidade do activo médio (ROAA)	-1.2%	-1.8%	0.6%	33.1%
Resultado antes de impostos / Activo líquido médio	-1.1%	-1.5%	0.5%	29.9%
Margem financeira / activo líquido médio	3.1%	3.7%	-0.5%	-14.7%
Margem complementar / activo líquido médio	1.0%	0.7%	0.3%	43.5%
Custos de Estrutura / Activo Líquido médio	3.8%	5.4%	-1.6%	-29.2%
Produto bancário / activo líquido médio	4.1%	4.4%	-0.2%	-5.4%
Gestão de Fundos				
Depósito Total / Activo	37.6%	27.1%	10.5%	38.8%
Total Crédito / Total Depósitos (Incluí Crédito por assinatura)	126.1%	172.4%	-46.3%	-26.9%

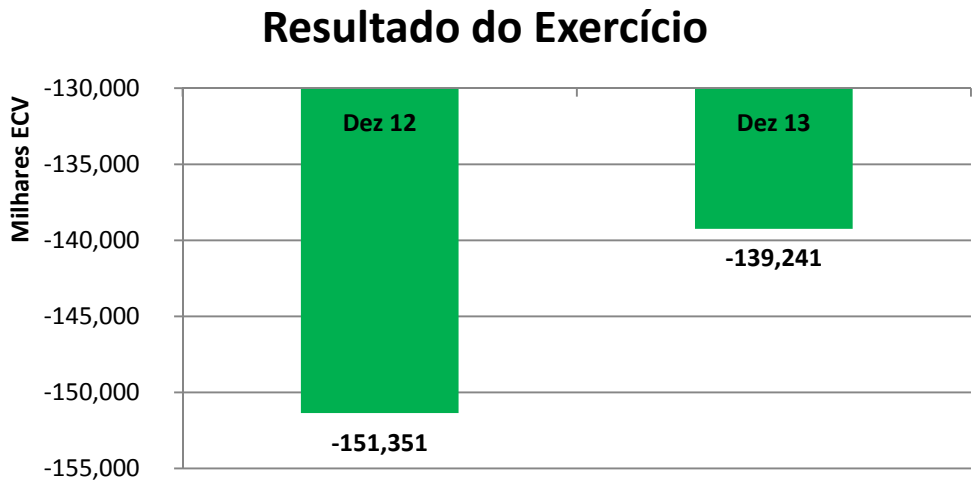
Concentração Depósitos = 20 > Depositantes / Total de Depósitos	59.7%	51.4%	8.3%	16.2%
Qualidade dos Activos				
Crédito vencido(*) / Crédito Total	13.5%	11.0%	2.5%	23.1%
Crédito Vencido a + 90 dias/Crédito Total	10.5%	10.0%	0.5%	5.1%
Crédito vencido / Activo Total	6.1%	4.9%	1.2%	23.9%
Imparidade / Total Crédito	5.2%	3.2%	2.1%	65.1%
Imparidade / Crédito Vencido	38.7%	28.8%	9.8%	34.1%
Total Crédito / Total Activo	42.7%	43.4%	-0.6%	-1.5%
Crédito Clientes/Depósito a Prazo	241.4%	388.4%	-147.1%	-37.9%
Crédito Curto Prazo/Depósito a Prazo	67.1%	53.5%	13.6%	25.4%
Crédito M/L Prazo/Depósito a Prazo	174.0%	334.8%	-160.8%	-48.0%
Crédito Curto Prazo/Crédito Clientes	27.8%	13.8%	14.0%	101.8%
Depósito a Ordem/Depósito Total	49.5%	56.5%	-7.0%	-12.4%
Depósito a Prazo/Depósito Total	50.5%	43.5%	7.0%	16.1%
Concentração Devedores = 20 > Devedores / Total de Créditos	66.1%	72.0%	-5.9%	-8.2%
Adequação do capital				
Imobilizações / Fundos próprios regulamentares	19.3%	55.8%	-36.4%	-65.3%
Solvabilidade Bruta (Cap. Próprios/Activo)	8.8%	9.1%	-0.3%	-3.3%
Endividamento (Passivo/Cap. Proprios)	1037.0%	999.7%	37.3%	3.7%
Fundos próprios de base / Activo Ponderado pelo Risco	14.8%	12.8%	2.0%	15.8%
Fundos próprios regulamentares / Activo ponderado pelo risco	21.9%	10.7%	11.2%	104.8%
Total Passivo / Fundos próprios regulamentares	701.2%	1268.9%	-567.7%	-44.7%
Fundos próprios de base / Total Activo	8.8%	8.6%	0.2%	2.7%
(Crédito Vencido - Provisões) / Fundos próprios regulamentares	28.8%	49.0%	-20.2%	-41.2%
Prudenciais				
Fundos Próprios Regulamentares	1,482,092,734	638,718,107	843,374,628	132.0%
Solvabilidade (BCV)	21.9%	10.7%	11.2%	104.8%
Cobertura Imobilizado	511.0%	177.7%	333.3%	187.5%
Limite Concentração Risco Crédito-Empresa Grupo	300,665,691	229,106,940	71,558,751	31.2%
Limite Concentração Risco Crédito-Empresa Individual	375,832,114	286,383,675	89,448,439	31.2%
Limite Concentração Risco Crédito-Grande Risco	150,332,846	114,553,470	35,779,376	31.2%
Titulos Divida Pública	68.3%	87.6%	-19%	-22%
Liquidez e Gestão de Fundos				
Liquidez Geral	59.5%	53.4%	6%	11%
Liquidez Reduzida	29.6%	20.0%	10%	48%
Liquidez Imediata	14.3%	12.1%	2.2%	18.6%

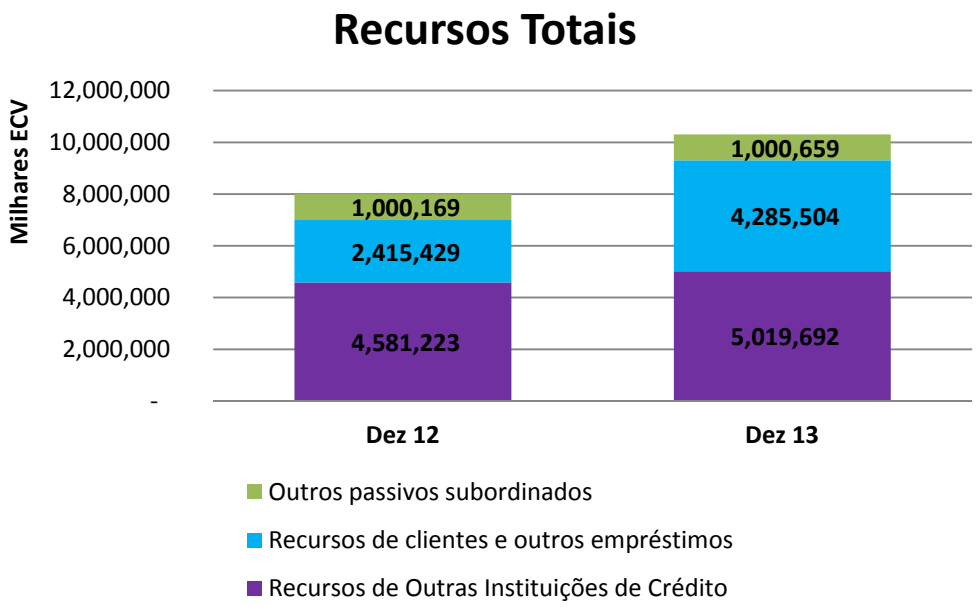
(*) A partir de 1 dia vencida

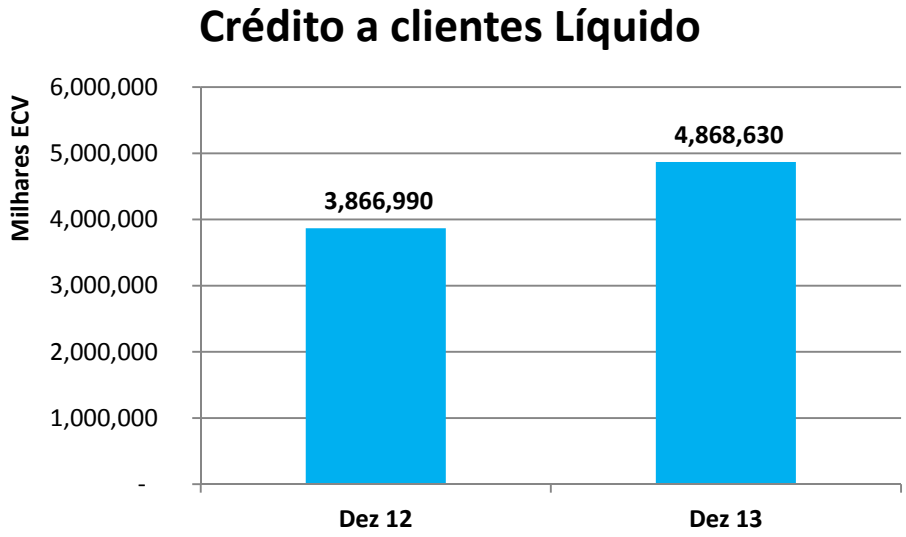
B. Análise Gráfica dos Principais Indicadores








Recursos Totais
Milhares ECV
12,000,000
10,000,000
8,000,000
6,000,000
4,000,000
2,000,000
-
1,000,169
2,415,429
4,581,223
1,000,659
4,285,504
5,019,692
Dez 12
Dez 13
Outros passivos subordinados
Recursos de clientes e outros empréstimos
Recursos de Outras Instituições de Crédito


Crédito a clientes Líquido
Milhares ECV
6,000,000
5,000,000
4,000,000
3,000,000
2,000,000
1,000,000
-
3,866,990
4,868,630
Dez 12
Dez 13

2. Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva

O conselho de administração completa três anos de mandato desde a sua tomada de posse na assembleia-geral ordinária de finais de Maio de 2011, a qual iniciou o segundo ciclo de gestão desde a constituição do banco em finais de 2008, com a entrada em funções de novos órgãos estatutários de governação, administração e fiscalização da sociedade.

A 31 de Dezembro de 2013, os activos líquidos do BAICV atingiram um montante na ordem de 11.395,4 milhões de ECV, registando um acréscimo de 27,8% em relação a 2012. As carteiras de depósitos de clientes e de crédito líquido a clientes cresceram no período em 77,4% e 25,9%, respectivamente, atingindo os montantes de 4.285,5 milhões de ECV e 4.868,6 milhões de ECV, respectivamente. Os recursos alheios atingiram no exercício o montante de 5.019,7 milhões de ECV, um crescimento na ordem de 9,6%. O número de clientes passou de 7.514 em 2012 para 9.427 em 2013.

Num ambiente caracterizado pela pronunciada queda das taxas das aplicações em títulos do BCV e dos Bilhetes de Tesouro e pelo agravamento dos montantes dos créditos mutuados e titulados em situação de incumprimento, a inversão do resultado negativo neste exercício não aconteceu, tendo-se registado uma pálida redução do prejuízo do exercício para 139,2 milhões de ECV, contra 151,4 milhões de ECV em 2012, para o que contribui o melhor desempenho da margem complementar em relação à margem financeira. Pela primeira vez o banco registou um resultado operacional positivo na ordem dos 110,7 milhões de ECV, insuficiente para cobrir o significativo reforço das provisões por imparidades do crédito e de outros activos, e a anulação dos benefícios fiscais do Imposto Diferido Activo.

Os indicadores de desempenho evoluíram favoravelmente tendo o rácio de eficiência se situado em 91,9%, significativamente melhor que o registo de 122,9% em 2012, o rácio de transformação reduziu para 113,6%, melhorando o registo de 160,1% em 2012. O rácio de incumprimento do crédito ficou em 13,5%, contra 11% em 2012, manifestando um ligeiro agravamento no exercício, e a imparidade do crédito melhorou ao passar para uma cobertura de 5,6%, contra 3,2% em 2012. Por último, a solvabilidade ficou em 21,9%.

O desempenho e evolução dos indicadores do BAICV em 2013 acabaram por ser afectados pelo arrefecimento da economia real, sob o efeito da situação das economias dos países que de forma mais positiva contribuem para o desempenho das contas fiscais e da balança externa de Cabo Verde, cujos efeitos se reflectiram no agravamento do serviço da dívida dos empréstimos nos balanços dos bancos.

Senhores accionistas e membros dos órgãos sociais

O ano de 2014 deverá ser marcado pelo realinhamento da presença do Banco visando adequar o seu posicionamento no mercado cabo-verdiano, e iniciar uma trajectória consistente de resultados líquidos positivos. Nesse ínterim, a mudança para o novo edifício sede terá lugar em Maio de 2014.

Por último, queremos agradecer a vossa colaboração bem como das entidades de regulação bancária e de supervisão financeira, o sentido de oportunidade de clientes e parceiros, o empenho e dedicação dos colaboradores, e expressar o compromisso do BAICV de contribuir para o reforço do sector financeiro de Cabo Verde.

Cidade da Praia, 04 de Abril de 2014

O Presidente do Conselho de Administração

O Presidente da Comissão Executiva

3. Principais Referências

A. Órgãos Sociais

Mesa Assembleia Geral

Silvino Manuel da Luz

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Alexandre Augusto Borges Morgado

Secretário

Conselho de Administração

Luís Filipe Rodrigues Lélis

Presidente do Conselho de Administração

Victor Manuel de Faria Cardoso

Administrador

Carlos Augusto Bessa Victor Chaves

Administrador

Carla Monteiro do Rosário

Administradora

Jorge Manuel da Silva e Almeida

Administrador

Comissão Executiva

Carlos Augusto Bessa Victor Chaves

Presidente

Carla Monteiro do Rosário

Administradora Executiva

Jorge Manuel da Silva e Almeida

Administrador Executivo

Conselho Fiscal

António Avelino Ramos Oliveira

Presidente do Conselho Fiscal

Margarida de Carvalho

Vogal

Luis Manuel Neves

Vogal

Amadeu de Oliveira

Vogal Suplente

Elsa Maria Gaspar Fernandes

Vogal Suplente

Auditor externo

Deloitte & Associados, SROC, S.A

B. Direcção e Rede Comercial

Direcção Financeira e Contabilidade – DFC	Hercules Cruz Director
Direcção de Organização e Sistemas de Informação – DOS	David Almada Director
Direcção de Operações – DOP	Areolino Carvalho Director
Direcção Comercial – DCM	Amilton Fernandes Director
Direcção Administrativa – DAD	Ricardo Maximiano Director
Gabinete de Auditoria e Inspecção – GAI	Olga Barbosa (até 25/10/2013) Paulino Gonçalves (a partir de 25/10/2013) Director (a)
Gabinete de Marketing e Comunicação – GMC	Margarida Mascarenhas Directora
Gabinete Planeamento, Controlo e Risco – GPR	Olga Barbosa Directora
Gabinete Jurídico e Compliance– GJC	António Monteiro Director
REDE COMERCIAL	
Agência da Praia (Sede)	Bernardino Fernandes Gerente
Agência do Plateau – Ilha de Santiago – Cidade da Praia	Hulda Amado Gerente
Agência da Achada Santo António – Ilha de Santiago – Cidade da Praia	Rei Igo Baptista (até 02/12/2013) Moisés Martins (a partir de 02/12/2013) Gerente
Agência do Espargos – Ilha do Sal	Eneida Teixeira Gerente
Agência do Mindelo – Ilha de S. Vicente	Isanete Luz Gerente

C. Accionistas

	2012			2013		
Accionista	Parte no Capital	Participação	Nº Acções	Parte no Capital	Participação	Nº Acções
BANCO ANGOLANO DE INVESTIMENTOS SA	73.39%	1,467,800,000	1,467,800	80.43%	1,874,695,000	1,874,695
SONANGOL CABO VERDE SA	19.00%	380,000,000	380,000	16.30%	380,000,000	380,000
SOGEI - SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS SA	7.61%	152,200,000	152,200	3.26%	76,100,000	76,100
TOTAL	100.00%	2,000,000,000	2,000,000	100.00%	2,330,795,000	2,330,795

D. Marcos de Actividade

18-01-2013

- ✓ BAI apoia a Selecção Cabo-verdiana de Futebol na Copa Africana da Nações - CAN 2013.

02-05-2013

- ✓ Lançamento do Logo dos 5 Anos.

16-05-2013

- ✓ Lançamento de Mensagens de Parabéns via SMS para Clientes.

01-06-2013

- ✓ BAI Homenageado como parceiro na Gala "Eu Posso Ajudar" - Hospital Agostinho Neto.

01-06-2013

- ✓ Doação de Livros à Associação Black Panthers.

27-06-2013

- ✓ Lançamento do Produto Poupa 1000.

01/08/2013 a 08/08/2013

- ✓ Torneio Nacional de Andebol BAI.

03-10-2013

- ✓ Doação ao Hospital Baptista de Sousa- Projecto Cirurgia de Catarata.

23-10-2013

- ✓ Reconhecido com Parceiro na Campanha Nacional de Vacinação.

12-09-2013

- ✓ Renovação de Protocolo com a FICASE.

07-11-2013

- ✓ Ciclo de Palestras 5º Aniversario.

17-11-2013

- ✓ Lançamento de Campanha Obrigado por 5 anos de confiança.

21-11-2013

- ✓ Premiação de Clientes com Cheques no 5º Aniversario.

11/11/2013 a 21/11/2013

- ✓ Torneio Solidário Interbancário.

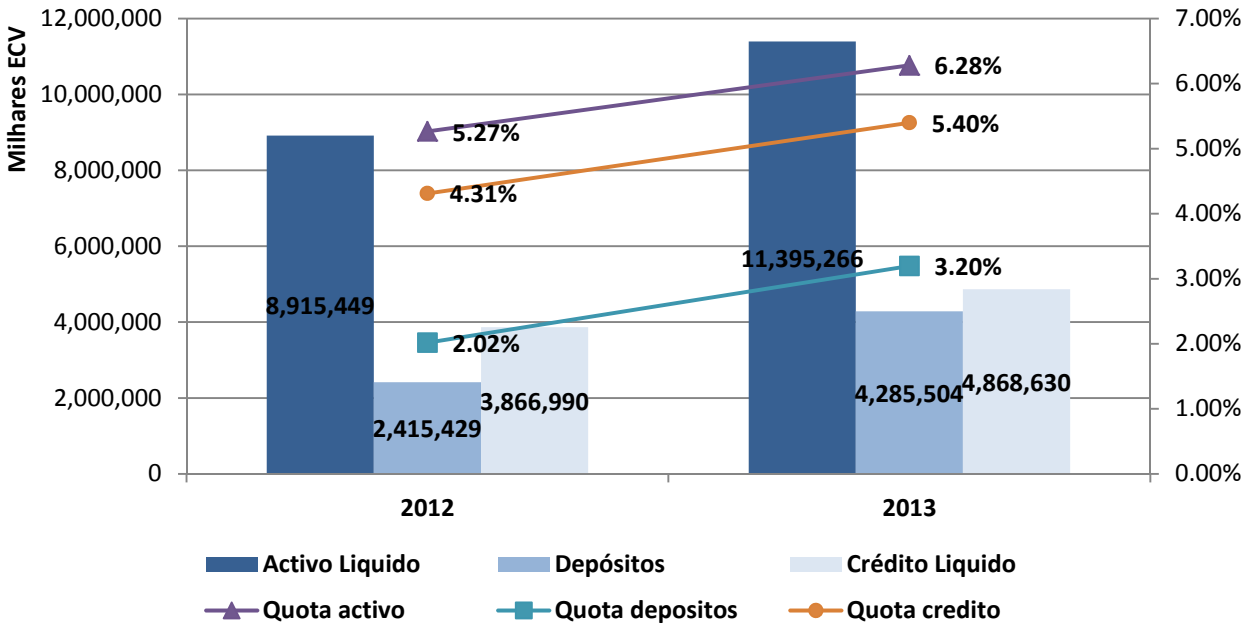
12-12-2013

- ✓ Assinatura de Protocolo com o IFH, Programa Casa para todos.

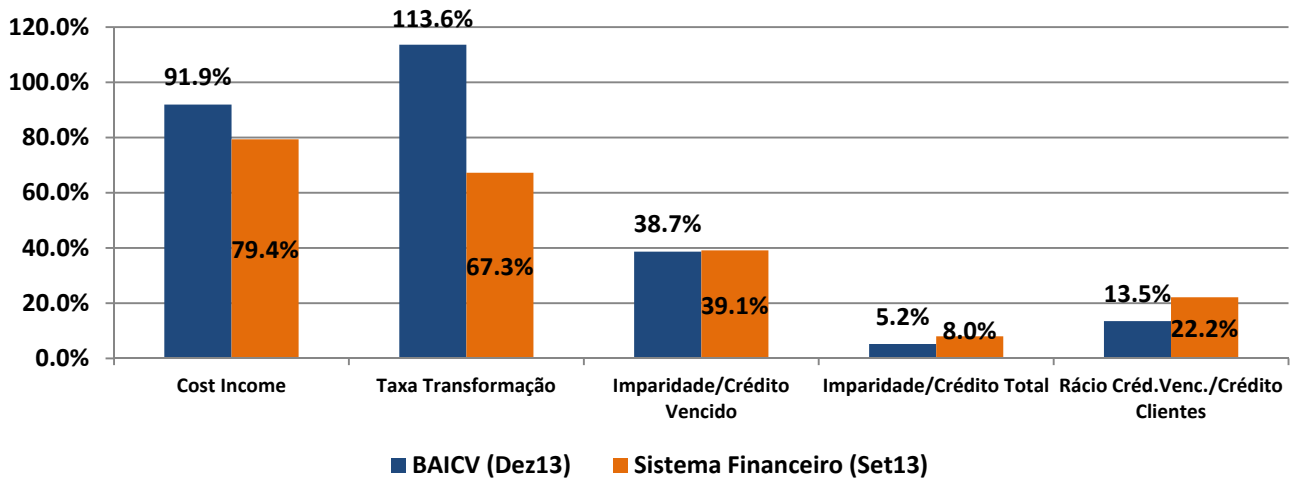
4. BAI Cabo Verde no Sistema Financeiro

Em 2013, o BAICV registou um crescimento significativo da sua actividade, colocando à disposição dos clientes um conjunto de soluções e opções de pagamento eficientes.

Comparada ao ano de 2012, em 2013 o Crédito Total e os Depósitos representam 5,40% e 3,20% do total do Sistema Financeiro (dados de Setembro de 2013) contra 4,31% e 2,02% em 2012, respectivamente.



Em 2013 o BAICV apresenta melhorias a nível de alguns indicadores comparados ao sistema financeiro. É assim que a taxa de transformação alargada (inclui os créditos titulados) ficou nos 113,6%, o cost to income em 91,9%, a cobertura do crédito vencido em 38,7%, a cobertura da carteira total em 5,2% e a taxa de incumprimento de 13,5%. De realçar que a taxa de transformação restrita (sem os valores titulados) é de 98,4%.



5. Enquadramento Macroeconómico e Financeiro

O enquadramento externo da economia Cabo-verdiana permaneceu pouco favorável em 2013, em consequência da fraca dinâmica de crescimento das principais economias desenvolvidas, especialmente dos países da Zona Euro. Neste contexto, os indicadores de conjuntura evidenciaram um abrandamento da economia nacional nos primeiros nove meses do ano, determinado essencialmente pela deterioração da confiança dos agentes económicos e do balanço do sistema bancário nacional.

A. Contexto Internacional

Os dados referentes ao segundo trimestre do ano evidenciaram uma desaceleração do crescimento global, em resultado do fraco desempenho das economias dos países desenvolvidos e das principais economias emergentes, especificamente, dos EUA, Japão, Índia, Brasil e Rússia, associado também ao abrandamento da economia chinesa e à fraca performance económica da Zona Euro.

As economias da zona Euro registaram em Junho de 2013 um ligeiro abrandamento do ritmo de contracção económica, derivado da ténue recuperação económica da economia alemã e à atenuação da contracção na França, Itália e Espanha. No entanto, o mercado de trabalho da região não manteve a mesma tendência de recuperação, apresentando taxas de desemprego em torno dos 12%, contrastando com a economia dos Estados Unidos que apresentou um decréscimo da taxa de desemprego em 0,1 pontos percentuais, atingindo os 7,6% no segundo trimestre de 2013, impulsionado pela evolução favorável de alguns indicadores de conjuntura, especialmente, das vendas no comércio a retalho, não obstante a desaceleração económica registada no mesmo período.

A economia Norte Americana apresentou um crescimento inferior em termos homólogos, comparativamente à primeira metade do ano 2013, condicionado essencialmente pela reacção da procura privada às restrições orçamentais, derivado não só da política orçamental seguida, como também, do diferendo político respeitante ao limite do endividamento do Governo Federal. De acordo com Bureau of Economic Analysis, o abrandamento da economia americana no primeiro semestre de 2013, derivou essencialmente dos impactos directos e indirectos, no consumo e no investimento privados, da redução dos gastos dos governos federais, estatais e locais.

Relativamente à política monetária dos EUA, manteve-se acomodatícia, não só pela manutenção da taxa de juro do Federal Reserve próximo dos zero por cento, como também, pela implementação da política de aquisição mensal de títulos do tesouro e de colaterais de empréstimos hipotecários, visando a recuperação dos investimentos imobiliários, incremento do rendimento disponível das famílias, bem como, o aumento das taxas de juro das operações bancárias.

O segundo trimestre de 2013 evidenciou também um ligeiro crescimento da economia da zona Euro face ao primeiro trimestre do ano, no entanto inferior em termos homólogos cerca de 0.9% face ao primeiro semestre, derivado das limitações dos canais de financiamento da economia.

No que tange às economias emergentes, apresentaram uma desaceleração económica, derivado do abrandamento da procura externa, como da redução dos preços das matérias-primas, como também, derivado das limitações estruturais da capacidade produtiva dos mesmos.

B. Contexto Cabo-verdiano

Os Indicadores económicos e financeiros nacionais evoluíram desfavoravelmente ao longo do ano, devido essencialmente ao comportamento adverso da Formação Bruta de Capital Fixo (investimento), registando em termos homólogos uma redução de cerca de 36% desde do mês de Janeiro a Setembro do ano 2013, resultante da estagnação do crédito para financiamento de investimentos empresariais e do forte abrandamento do financiamento bancário aos investimentos residencial, paralelamente à redução dos investimentos provenientes da zona Euro, bem como à expressiva redução dos investimentos públicos.

Relativamente aos indicadores do Consumo, registaram uma tendência descendente, derivado essencialmente da redução do rendimento disponível das famílias, como também da redução do crédito ao consumo.

Tendo em conta o contexto de contracção da procura interna e externa que caracterizou o ano 2013, o Índice de Preços do Consumidor (IPC) apresentou uma tendência descendente, embora tenha crescido nos primeiros quatro meses do ano, fruto do incremento da taxa do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) dos bens e serviços administrados. De acordo com os dados estatísticos do Instituto de Nacional e Estatística (INE), a evolução homóloga do IPC de bens como produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, rendas de habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis, apresentaram uma desaceleração desde o mês de Abril de 2013.

As Remessas dos emigrantes reduziram significativamente, especialmente os provenientes da zona Euro, registando taxas de variação homóloga de cerca de -9,3% e -2,9% no 2º e 3º trimestre de 2013, respectivamente. Do mesmo modo, os donativos ao Governo reduziram cerca de 43,3% em Maio e 9,3% no primeiro trimestre do ano.

Quanto ao défice comercial de bens e serviços, apresentou uma tendência de diminuição, derivado do crescimento das receitas do turismo e do aumento das exportações de mercadorias.

Face à contracção económica nacional e internacional do ano de 2013, as expectativas dos empresários nacionais manteve a dinâmica descendente apresentada nos trimestres transactos. Os dados do último Inquérito de Conjuntura às empresas feito pelo Instituto Nacional de Estatística, evidenciou que os indicadores de confiança mantiveram a tendência descendente, especialmente nos sectores da Industria Transformadora, Comércio em Estabelecimento, Transportes e Construção e Obras Públicas. Porém, os sectores ligados ao Turismo mantiveram a tendência de crescimento do último trimestre, registando mesmo o valor mais alto dos últimos oito trimestres consecutivos.

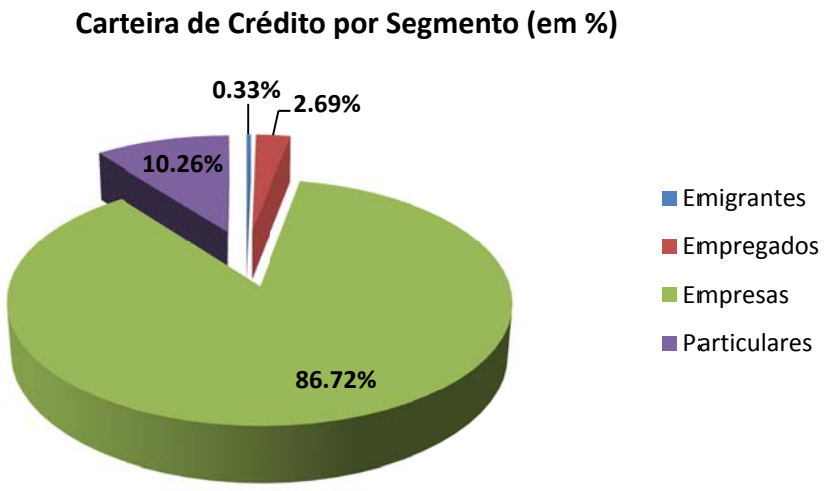
6. Síntese da Actividade Bancária

Carteira de Crédito

A Carteira de Crédito do Banco atingiu em 2013 os 5.132,7 Milhões de escudos[1], face aos 3.993,1 Milhões de escudos do ano transacto, representando um crescimento anual em torno dos 1.139,7 Milhões de escudos, derivado do registo dos créditos Titulados em torno de 632,8 Milhões de ECV, paralelamente ao aumento da Conta Corrente Caucionada e dos Créditos de Médio e Longo Prazo em cerca de 343 Milhões e 250 Milhões de ECV respectivamente e pela diminuição dos Créditos à Construção em cerca de 191,7 Milhões de ECV.

Relativamente à cobertura do Crédito Vencido, o Banco tem constituído cerca de 269 Milhões de escudos de Imparidade de crédito a 31 de Dezembro de 2013 (5,24% da carteira total), representando um aumento de 142,4 Milhões face ao mês homólogo de 2012, cobrindo 38,7% da carteira de crédito vencido.

A análise por segmento demonstra que o segmento Empresas detém cerca de 4.451 Milhões de ECV (86,72%) do total dos créditos atribuídos, seguido dos créditos a Particulares com 526,7 Milhões de ECV (10,26%) e dos Empregados e Emigrantes com 138 Milhões de ECV (2,69%) e 16,8 Milhões de ECV (0,33%), respectivamente.



[1] Expurgando juros, rendimentos a receber e receitas com rendimento diferido.

Na carteira de Empresas, o crédito de Médio e Longo Prazo lidera com 2.966 Milhões de escudos (66,64%), seguido da Conta Corrente Caucionada com 658 Milhões de escudos (14,79%).

Na carteira de Particulares, o crédito Habitação lidera com 302,9 Milhões de escudos (57%), seguido do crédito Pessoal e Crédito Médio e Longo Prazo com 109 Milhões e 36,7 Milhões, respectivamente.

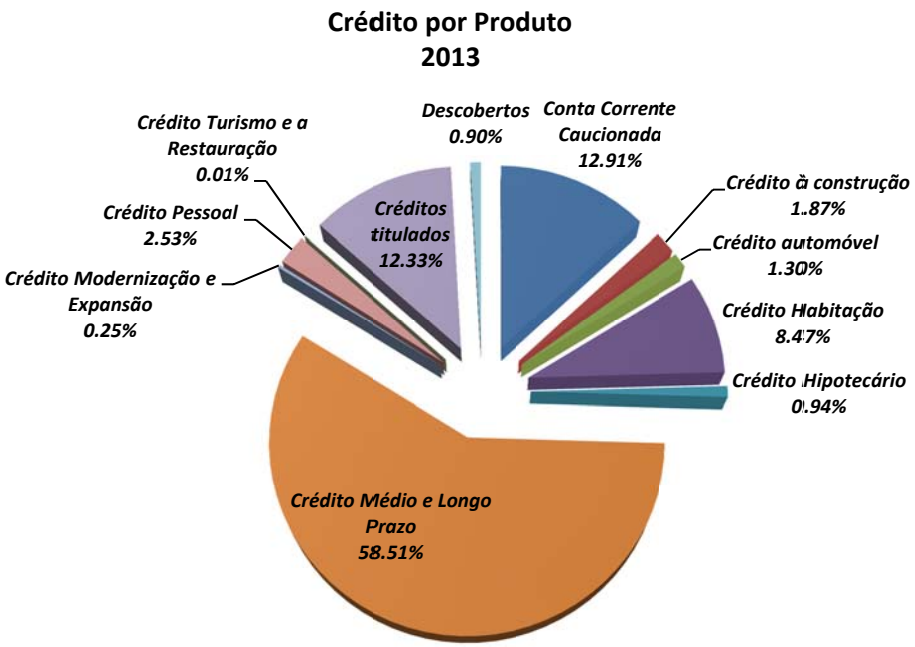
Na carteira de Colaboradores, o crédito Habitação lidera com 116 Milhões, seguido de crédito Pessoal e Automóvel com 18 Milhões e 3,5 Milhões, respectivamente.

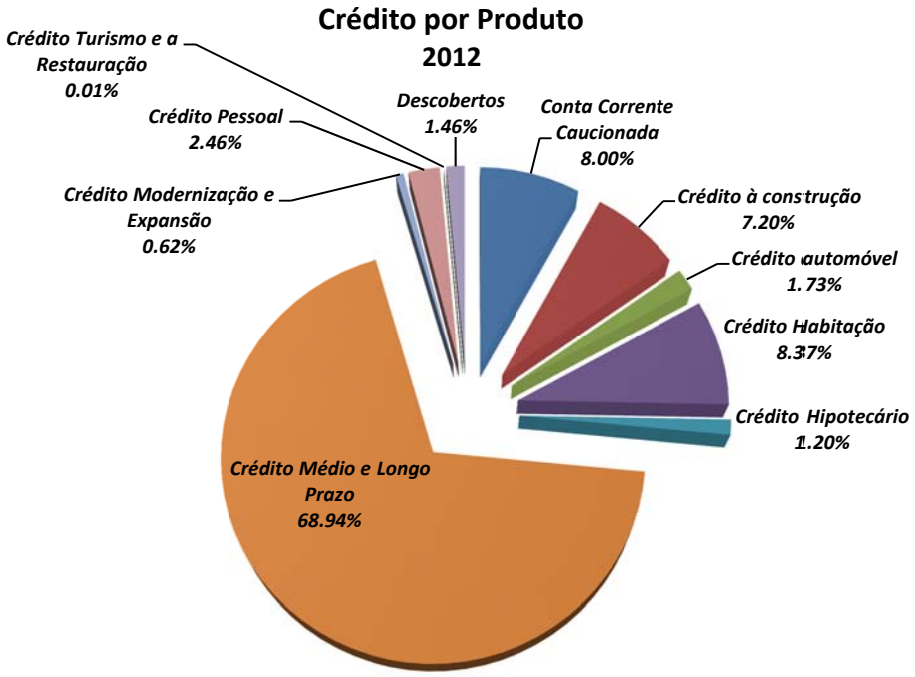
Na carteira Emigrantes o crédito Habitação representa 70% da carteira com 11 Milhões de escudos.

Tipo de Crédito	2012	Peso	2013	Peso	Var	
					Abs.	%
Conta Corrente Caucionada	319,406,014	8%	662,458,240	12.91%	343,052,226	107%
Crédito à construção	287,569,388	7%	95,813,913	1.87%	-191,755,475	-67%
Crédito automóvel	69,236,211	2%	66,843,559	1.30%	-2,392,652	-3%
Crédito Habitação	334,291,549	8%	434,542,549	8.47%	100,251,000	30%
Crédito Hipotecário	48,092,559	1%	48,036,061	0.94%	-56,498	0%
Crédito Médio e Longo Prazo	2,752,963,129	69%	3,003,043,103	58.51%	250,079,974	9%
Crédito Modernização e Expansão	24,734,912	1%	12,993,507	0.25%	-11,741,404	-47%
Crédito Pessoal	98,227,850	2%	129,812,911	2.53%	31,585,061	32%
Crédito Turismo e a Restauração	420,664	0%	420,664	0.01%	0	0%
Créditos titulados	0	0%	632,889,067	12.33%	632,889,067	
Descobertos	58,128,239	1%	45,939,283	0.90%	-12,188,957	-21%
Total	**3,993,070,515**	**100%**	**5,132,792,856**	**100%**	**1,139,722,341.07**	**29%**

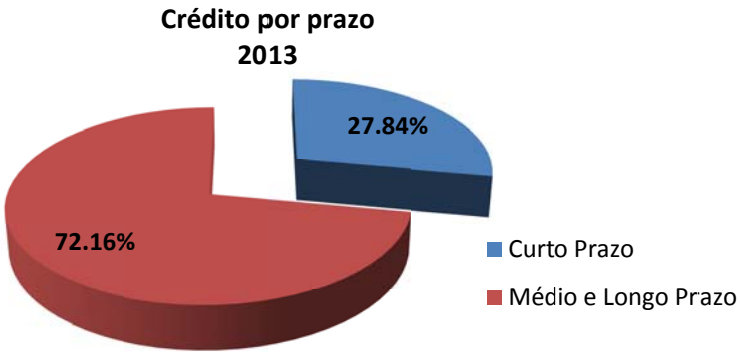
Nota: Os valores acima apresentados não incluem juros, rendimentos a receber e receitas com rendimento diferido.

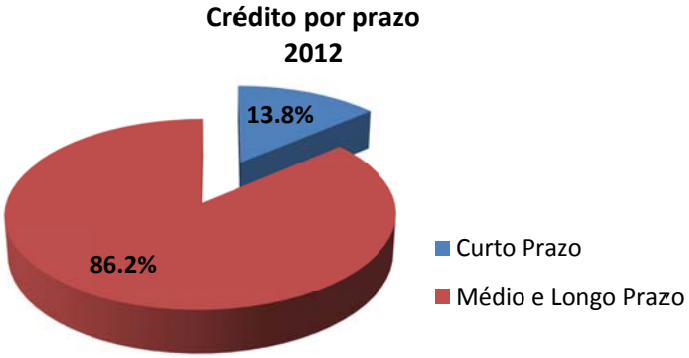
A análise por tipo de crédito evidencia que em 2013 os créditos de Médio e Longo Prazo representaram 58,5% do total da carteira, o equivalente a 3.003 Milhões de ECV, seguido da Conta Corrente Caucionada e dos Créditos Titulados, ambos com cerca de 12% do total. Relativamente aos créditos menos significativos, o crédito Hipotecário totalizou os 48 Milhões de ECV (0,94%), seguido dos Descobertos com 45,9 Milhões de ECV (0,9%) e do crédito à Modernização e Expansão com 12,9 Milhões de ECV (0,25%) e do crédito ao Turismo e à Restauração com cerca de 420 Mil ECV (0,01%).


Crédito por Produto
2013
Crédito Turismo e a Restauração 0.01%
Descobertos 0.90%
Conta Corrente Caucionada 12.91%
Crédito à construção 1.87%
Crédito Pessoal 2.53%
Créditos titulados 12.33%
Crédito automóvel 1.30%
Crédito Modernização e Expansão 0.25%
Crédito Habitação 8.47%
Crédito Hipotecário 0.94%
Crédito Médio e Longo Prazo 58.51%

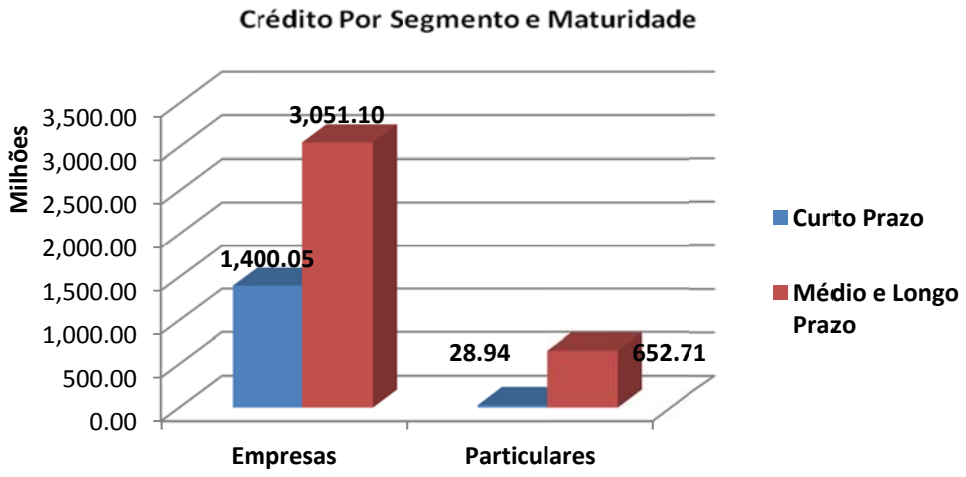

Crédito por Produto
2012
Crédito Turismo e a Restauração 0.01%
Descobertos 1.46%
Conta Corrente Caucionada 8.00%
Crédito Pessoal 2.46%
Crédito à construção 7.20%
Crédito Modernização e Expansão 0.62%
Crédito automóvel 1.73%
Crédito Habitação 8.37%
Crédito Hipotecário 1.20%
Crédito Médio e Longo Prazo 68.94%

Relativamente à **maturidade**[2] dos créditos, a carteira do BAICV registou o maior peso nos créditos que se encontram nos prazos superiores a 1 ano, com 72%. Os prazos inferiores a 1 ano representaram 27,8% da carteira.





Em termos de segmento por prazo, o segmento Empresas e Particulares registaram em 2013 o maior peso nos créditos de Médio e Longo Prazo.



[2] Prazo Residual

O peso das empresas nos créditos de Curto Prazo deve-se às Contas Correntes Caucionadas e aos Descobertos Bancários, destinados essencialmente à resolução de problemas de tesouraria das empresas. Relativamente aos Particulares, os créditos de Médio e Longo Prazo possuem o maior peso, substancialmente devido à grande maturidade associada aos Créditos à Habitação.

Crédito Concedido

O volume de **Crédito Concedido** diminuiu face ao ano transacto em cerca de 176,9 Milhões de ECV, situando-se nos 2.279,5 Milhões de ECV, resultante de um total de 387 créditos carregados durante o ano.

Tipo de Crédito	2012	Peso	2013	Peso	Var.	
					Abs.	%
Conta Corrente Caucionada	509,198,750	21%	996,214,349	43.7%	487,015,599	96%
Crédito à construção	17,329,722	1%	25,000,000	1.1%	7,670,278	44%
Crédito automóvel	44,827,706	2%	35,925,000	1.6%	-8,902,706	-20%
Crédito Habitação	161,909,000	7%	163,454,937	7.2%	1,545,937	1%
Crédito Hipotecário	36,493,400	1%	0	0.0%	-36,493,400	-100%
Crédito Médio e Longo Prazo	1,610,746,102	66%	961,519,649	42.2%	-649,226,452	-40%
Crédito Pessoal	76,074,533	3%	97,473,776	4.3%	21,399,243	28%
Total	**2,456,579,211.95**	**100%**	**2,279,587,711.40**	**100%**	**-176,991,500.55**	**-7%**

O crédito Salário+ deteve em 2013 cerca de 30% do total de número de créditos carregados, seguido do crédito Pessoal com 24,5%. Relativamente ao valor total carregado em 2013, a conta corrente caucionada obteve o maior peso comparativamente aos restantes tipos de crédito, detendo cerca de 43,7% do total, seguido dos créditos de Médio e Longo Prazo com cerca de 42%.

Recursos de Clientes

A constituição de Depósitos a Prazo foi o principal motor de crescimento do BAICV na captação de Recursos, uma vez que o mesmo cresceu em termos absolutos 1.100 Milhões de escudos (107%) face a 2012.

Cerca de 50,49% (2.128 milhões de escudos) é constituído por Depósitos a Prazo e 49,51% (2.087 milhões de escudos) por Depósitos à Ordem, representado um aumento de recursos de 1.851 Milhões de escudos face ao ano transacto.

A Carteira Global de Recursos do BAICV atingiu assim em 2013 o montante de 4.215 Milhões de escudos, sendo 71,8% de depósitos de empresas, 23,6% de depósitos de particulares, 3,75% de emigrantes e 0,51% de Funcionários.

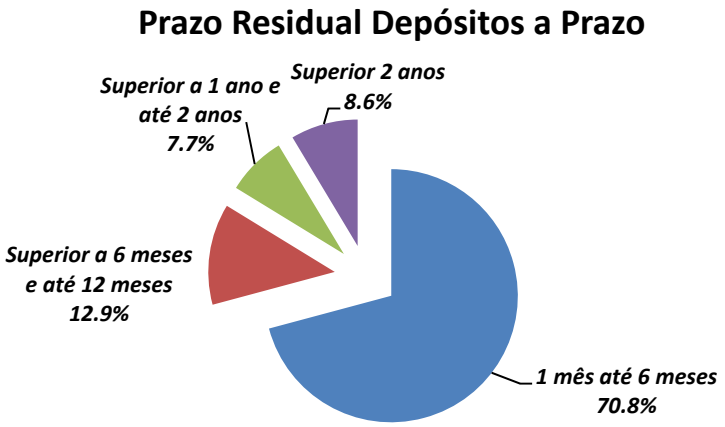
Tipo	2013		Total	Peso
	D. Ordem	D. Prazo		
Empresas	1,564,413,089	1,462,386,925	3,026,800,015	***71.80%***
Particulares	459,044,144	536,237,150	995,281,295	***23.61%***
Funcionários	13,006,627	8,599,101	21,605,729	***0.51%***
Emigrantes	42,193,477	115,827,853	158,021,329	***3.75%***
Outros[1]	8,764,856	5,367,492	14,132,348	***0.34%***
Total	**2,087,422,194**	**2,128,418,522**	**4,215,840,715**	***100.00%***
Peso	***49.47%***	***50.53%***		

[1]**Organizações sem fins lucrativos, Diplomatas, Contas conjuntas, Municípios, Menor e Offshore**

Relativamente à moeda da carteira de recursos de clientes, em ambas as carteiras de depósitos a ordem e depósitos a prazo, predomina o ECV, seguido do USD e EUR, com 77,8%, 20,8% e 1,3 % respectivamente. Na carteira em ECV, predomina o segmento empresas com 68% do saldo total em ECV, seguido dos particulares com 27%. Na carteira em EUR predomina os particulares com 58% do saldo total em EUR, seguido dos emigrantes com 23%. Na carteira em USD predomina as empresas com 91% do saldo total em USD.

Total Recursos Clientes	Saldo Total Recursos Clientes				Contravalor em CVE	Peso
	CVE	EUR	USD	GBP		
Empresas	2,217,688,725	93,420	9,985,004	0	3,026,800,015	***71.80%***
Particulares	893,496,562	298,013	861,143	243	995,281,295	***23.61%***
Funcionários	16,083,194	1,349	67,171	0	21,605,729	***0.51%***
Emigrantes	140,504,870	119,289	54,537	0	158,021,329	***3.75%***
Outros	13,992,957	0	1,742	0	14,132,348	***0.34%***
Total Recursos Clientes	**3,281,766,308**	**512,072**	**10,969,598**	**243**	**4,215,840,715**	***100.00%***
Contravalor em CVE	**3,281,766,308**	**56,463,627**	**877,578,798**	**31,983**		

Em termos de prazo residual dos depósitos a prazo, salienta-se que 70,8% (1.507 milhões de escudos) são Depósitos a Prazo de 1 a 6 meses, seguido de Depósitos a Prazo de 6 a 12 meses com 12,9% (275 milhões de escudos), de Depósitos a Prazo superior a 2 anos com 8,6% (183 Milhões de escudos) e Depósitos a Prazo de 1 a 2 anos com 7,7% (162Milhões de escudos).



7. Banca Electrónica

Durante o ano de 2013 conseguiu-se alargar ainda mais o serviço de cartões de débito – Vinti4. Os indicadores da Banca Electrónica continuam sendo atractivos pela natureza específica, não obstante os custos elevados associados à manutenção deste serviço.

a) Rede Vinti4

A rede Vinti4 por ser uma rede partilhada de Caixas Automáticas – ATM's e Terminais de Pagamentos Automáticos – POS, e cujo potencial de desenvolvimento mostra-se a cada dia ser mais intenso, tem abrangido um número cada vez maior de serviços.

A disponibilização destes serviços no mercado oferece a oportunidade de captação de fundos e mais clientes, podendo assim oferecer uma grande variedade de funcionalidade aos mesmos, desde levantamentos de numerário, transferências bancárias, pagamento de serviços, pagamento de facturas, consulta de saldos e de movimentos, recarga de telemóveis, consulta de NIB/IBAN entre outras.

Durante o ano de 2013, o banco emitiu cerca de 1.714 cartões activos, face aos 2.181 cartões emitidos no ano transacto, sendo que 800 cartões do total de cartões activos no ano estão em actividade. Relativamente aos terminais, registou-se uma diminuição de 7 terminais de POS´s, comparativamente ao ano anterior.

Qtd: Unidades

Descritivo		Jan-Dez 2012	Jan-Dez 2013
Cartões		**2,609**	**1,907**
	Activos	2,181	942
	Inactivos	386	772
	Não Processado (*Mot. Diversos*)	42	193
Cartões Activos		**2,181**	**1,714**
	Com Actividade	1,657	800
	Sem Actividade	524	914
Terminais		**136**	**129**
	ATM	-	-
	POS	136	129

Encerramos o ano com um acumulado de 331 terminais, dos quais 321 correspondem aos terminais de pagamento automático (POS's) e mantivemos os 10 ATM's.

Transacções Rede Vinti4 – Cartões de Débito

Qtd: Unidades Valor: Escudos

Descritivo	Jan-Dez 2013	
	Qtd	Valor
Nossos ATM's	185,107	152,012,498
Outros ATM'S	150,740	423,128,074
Nossos POS's	603,899	1,513,749,917
Outros POS'S	4,359,105	15,352,002,964
TOTAL	5,298,851	17,440,893,453

Durante o ano registou-se uma maior procura pelos utilizadores nos POS's, em comparação com a procura nos ATM's. A nível de operações com movimentação de fundos foram efectuadas cerca de 121.786 operações junto de ATM's, que em termos de valor representam 438 milhões de escudos. As operações sem movimentação de fundos atingiram as 214.061 operações.

A nível dos POS's, as operações com movimentação de fundos totalizaram os 16.865 milhões de escudos.

Transacções Rede Vinti4 – Cartões de Crédito

VISA/MasterCard

Qtd: Unidades Valor: Escudos

Descritivo	Jan-Dez 2013	
	Qtd	Valor
Nossos ATM's	14,808	166,206,000
Nosso POS'S	3,358	57,469,601
	18,166	223,675,601

Para além das operações realizadas com os cartões Vinti4, durante o ano de 2013 conseguiu-se realizar operações com cartões de crédito da rede VISA e MasterCard nos terminais do BAI CV, cujo total é de 18.166 operações, o equivalente a 223 milhões de escudos.

b) Internet Banking

O lançamento do BAI Net, a internet banking do Banco, foi sem em dúvida um importante acontecimento para o BAI CV, um novo canal de comunicação com os clientes, permitindo a realização de transacções, como também a consulta de saldos.

Durante o ano de 2013 registou-se cerca de 707 adesões, representando uma quebra de 168 adesões comparativamente ao período homólogo.

Descritivo	Jan a Dez 12	Jan a Dez 13
	Adesões	Adesões
Internet Banking	875	707

c) Mobile Banking

Este produto visa atender à necessidade de mobilidade dos clientes que passam a poder ter o seu Banco disponível 24 horas por dia sete dias por semana usando para tal o seu telemóvel. Foram disponibilizadas duas versões do serviço, uma para os Smarthphones e o outro em SMS para os telefones convencionais.
Contudo, este canal está muito dependente da conectividade ou seja dos terminais móveis dos nossos clientes e do acesso à internet nesses terminais algo que nos finais de 2011 conheceram uma revolução com a entrada no mercado de Cabo Verde da tecnologia 3G.
Relativamente ao ano de 2013, registou-se um aumento de 39 novas adesões, face às 149 adesões registadas no período transacto.

8. Gestão de Riscos Financeiros

O Banco Angolano de Investimentos de Cabo Verde possui um Gabinete específico de gestão dos riscos financeiros, denominado de Gabinete de Planeamento, Controlo e Risco (GPR), com o intuito de identificar, mensurar e controlar os impactos nos resultados e no capital da instituição decorrentes da exposição aos diversos riscos intrínsecos ao mercado bancário, especificamente, o risco de Crédito (carteira), Operacional, de Liquidez, das Taxas de Juro e de Câmbio,

A gestão dos riscos financeiros do banco envolve também várias outras unidades orgânicas, designadamente: o Gabinete de Jurídico e de Compliance, o Gabinete de Auditoria Interna, os Departamentos de Análise e Recuperação de Crédito, bem como o Comité de Gestão de Activos e Passivos.

Os relatórios e documentos de suporte produzidos pelo Gabinete de Planeamento, Controlo e Risco (GPR) no âmbito da gestão dos riscos financeiros, são apresentados e analisados periodicamente no Comité de Gestão de Activos e Passivos, possibilitando a definição de estratégias orientadoras de mitigação dos principais riscos associados à intermediação bancária.

O referido Comité de Gestão de Activos e Passivos, genericamente designado por ALCO, é um órgão de colegial dependente hierarquicamente da Comissão Executiva do banco, com a finalidade de analisar, definir e implementar estratégias de gestão dos riscos estruturais do balanço, bem como, analisar os impactos dos riscos financeiros nos custos e proveitos da instituição.

A. Risco de Crédito

Todos os pedidos de crédito são inicialmente analisados e classificados pelo Departamento de Análise de Crédito, de acordo com um conjunto de indicadores quantitativos e qualitativos de referência, de forma a apurar o nível de risco associado. O banco dispõe de modelos de Rating e Scoring destinados exclusivamente à classificação/pontuação do nível de risco de crédito, de forma a avaliar a capacidade financeira dos seus clientes, através de indicadores de rentabilidade, liquidez, endividamento, actividade, solvência, etc.

Paralelamente à classificação das operações de crédito, o Gabinete de Planeamento, Controlo e Risco (GPR) procede também à análise trimestral da carteira de crédito da instituição, em parceria com os Departamentos de Análise e Recuperação de crédito, de forma a apurar todos os créditos com indícios de deterioração, no âmbito do apuramento trimestral das imparidades.

A carteira de crédito da instituição é também analisada globalmente, de forma a averiguar a qualidade da mesma, analisando-se para o efeito a distribuição sectorial, o nível de concentração, assim como a distribuição da carteira de crédito pelas respectivas classes de Rating, como também, a evolução detalhada dos créditos vencidos e os respectivos níveis de provisão.

Qualidade do crédito atribuído

			Var. Homóloga	
Crédito sobre Clientes	**2013**	**2012**	**Abs.**	**%**
Crédito vencido / Crédito Total	**13.54%**	**11.01%**	2.54%	23.06%
Imparidade Crédito a Clientes/Crédito Total	**5.24%**	**3.17%**	2.06%	65.07%

Os indicadores referentes à qualidade de crédito evidenciam um aumento dos rácios de créditos vencidos e de imparidades comparativamente à carteira de crédito, em consequência do forte abrandamento da economia Cabo-verdiana sentida em 2013.

B. Risco Operacional

O sistema de Gestão e Medição do Risco Operacional do Banco Angolano de Investimentos de Cabo Verde (BAICV) tem como finalidade garantir a adequação e aperfeiçoamento dos seus processos internos, sistemas informáticos, bem como dos serviços prestados. Neste sentido, o banco tem implementado políticas e procedimentos internos de controlo, visando a mitigação dos riscos operacionais subsequentes à sua actividade, designadamente:

- ✓ A criação da área de Compliance, integrado no Gabinete Jurídico;
- ✓ Criação do regulamento interno de prevenção de branqueamento de capitais;
- ✓ Actualização do Manual de prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo;
- ✓ Formação e capacitação técnica na prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo;
- ✓ Criação do Gabinete de Auditoria e Inspecção.

C. Risco de Capital

A adequação dos níveis de capital da instituição face à exposição do banco é feita respeitando sempre o Aviso nº4/2007 relativo ao apuramento do Rácio de Solvabilidade, paralelamente aos Avisos nº9/99 e nº 7/2007 referentes aos Limites à Concentração de riscos de Crédito e afins.

Expresso ECV			Variação	
Descrição	**2013**	**2012**	**Abs.**	**%**
Fundos próprios	1,482,092,734	638,718,107	843,374,628	132.04%
Activos ponderados pelo risco de crédito	6,253,872,426	5,600,006,401	653,866,026	11.68%
Valor equivalente em activos ponderados pelo risco operacional	510,353,325	369,612,817	140,740,508	38.08%
Total dos activos ponderados	6,764,225,751	5,969,619,217	794,606,534	13.31%
Rácio de Solvabilidade	**21.91%**	**10.70%**	**11.21%**	**104.78%**

O Rácio de Solvabilidade aumentou exponencialmente face ao ano transacto, fruto do aumento do Capital Social da instituição ocorrido em 2013. O banco apresenta actualmente um Capital Social de cerca de 2.330,7 milhões de ECV e um Rácio de Solvabilidade de 21,91%, muito acima do limite mínimo exigido pela entidade reguladora.

D. Risco de Mercado

Traduz a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, provocados por flutuações em cotações de acções, preços de mercadorias, taxas de juro ou taxas de câmbio. O risco de mercado está associado, principalmente, à detenção de posições de curto prazo em títulos de dívida e de capital, em moedas, em mercadorias e em derivados.

A gestão do risco de mercado é monitorizada de forma contínua pelo Gabinete de Planeamento, Controlo e Risco (GPR), em parceria com a Sala de Mercados, utilizando-se para o efeito instrumentos e metodologias de análise específicas para o efeito, visando apurar e mitigar os impactos das flutuações das cotações de mercado nos resultados da instituição.

E. Risco de Taxa de Juro

O acompanhamento do risco de Taxas de Juro é feito regularmente através de modelos de GAP (desajustamento) de Taxas de juro, destinados à medição dos Activos e Passivos sensíveis às flutuações das taxas de juro de acordo com os seus prazos de maturidade. Paralelamente aos modelos internos utilizados, o banco utiliza também modelos definidos pela entidade reguladora, impostos através da Instrução Técnica nº 164/2011 do Banco de Cabo Verde.

Os impactos na margem financeira, bem como nos rácios prudenciais da instituição são posteriormente analisados no Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO), onde são definidas estratégias de mitigação que permitam atenuar os efeitos nefastos das flutuações das taxas de juro nos resultados do banco.

F. Risco Cambial

A exposição ao risco de câmbio é analisada através do acompanhamento dos activos e passivos em moedas estrangeiras, permitindo o apuramento da posição líquida do banco face à cada moeda utilizada nas suas operações de mercado.

Tendo em conta a paridade existente entre o Euro e o Escudo Cabo-verdiano, o banco tem privilegiado as operações em Euros, visto que tal estratégia reduz significativamente os impactos no Produto Bancário da instituição.

G. Risco Liquidez

A gestão do Risco de Liquidez do Banco Angolano de Investimentos de Cabo Verde baseia-se na análise dos prazos residuais de maturidade dos diferentes activos e passivos do balanço, permitindo o apuramento dos GAP´s de Liquidez existentes. A instituição utiliza também rácios de liquidez, designadamente, os rácios de liquidez imediata, reduzida e geral, comparando-os posteriormente com os limites de exposição impostos e instituídos internamente, como também, com a média do mercado nacional.

O banco também utiliza os modelos impostos pela entidade reguladora no âmbito da gestão do risco de liquidez, nomeadamente, o cálculo de rácios de cobertura de responsabilidades, instituído pelo Aviso nº8/2007 nº 42 de 19 de Novembro de 2007, como também, o mapa de liquidez definido pela Instrução Técnica nº 165/2012 do Banco de Cabo Verde.

9. Recursos Humanos

A 31 de Dezembro de 2013, o BAICV contava com 69 colaboradores e 5 membros do Conselho de Administração, com a seguinte distribuição.

A instituição registou uma diminuição de 2 trabalhadores face ao ano transacto, perfazendo um total de 72 trabalhadores, sendo 52 quadros efectivos e 20 trabalhadores contratados pelo banco.

Trabalhador por tipo de contrato

	2012	%	2013	%	Variação
Quadros	46	62%	52	72%	13%
Contratados	28	38%	20	28%	-29%
Total	**74**	**100%**	**72**	**100%**	**-3%**

A licenciatura é o grau académico mais representado, correspondendo a 72% dos trabalhadores. Quanto ao nível de habilitação média e superior traduz-se numa taxa de habilitação igual a 90%.

A habilitação a seguir mais representada, tal como verificado nos anos anteriores é o nível médio, que é detida por 15% do total dos trabalhadores.

Distribuição dos efectivos segundo nível de escolaridade

Habilitações Literárias	Homens	Mulheres	Total	%
Ensino Básico Integrado	0	0	0	0%
Ensino Secundário	6	1	7	10%
Ensino Médio	2	9	11	15%
Licenciatura	23	29	52	72%
Mestrado	1	1	2	3%
Total	**32**	**40**	**72**	**100%**

O escalão etário que regista maior número de trabalhadores é o compreendido no intervalo entre os 29 e os 39 anos, situação análoga ao ano transacto.

A idade média do quadro de colaboradores situa-se em 34 anos, portanto um elenco de colaboradores extremamente jovem.

Distribuição dos efectivos segundo escalão etário

Níveis Etários	Total	%
Dos 18 aos 28 anos	10	14%
Dos 29 aos 39 anos	51	71%
Dos 40 aos 50 anos	10	14%
Dos 51 aos 60 anos	1	1%
Total	**72**	**100%**

Tendo em conta que o Banco é uma Instituição recente, justifica a concentração apenas no primeiro nível de antiguidade. A caracterização da estrutura de antiguidade seguiu o mesmo princípio dos anos anteriores.

Distribuição dos efectivos por níveis de antiguidade

Níveis de Antiguidade	Homens	Mulheres	Total	%
Até 10 anos	32	40	72	100%
Dos 11 aos 20 anos	0	0	0	0%
Dos 21 aos 31 anos	0	0	0	0%
Mais de 31 anos	0	0	0	0%
Total	**32**	**40**	**72**	**100%**

Das 19 acções de formação realizadas pelos colaboradores do BAICV, 4 tiveram a duração de 29 horas, 7 tiveram a duração de 92.5 horas, e 6 tiveram 383 horas de formação, distribuídas pelas componentes no Pais e no Estrangeiro.

Formações

Formações	2013	
	Acções	Nº Horas
No País		
In Empresa	4	29
Out Empresa	9	92,5
No Exterior	6	383
Total	**19**	**504,5**

Variação hrs formação

Ano	2012	2013	Variação
Horas de Formação	720	504,5	-30%

Em 2013 os encargos com o pessoal representaram 33% do Produto Bancário, perfazendo os 155.704.068 ECV (Cento e Cinquenta e Cinco Milhões, setecentos e quatro mil e sessenta e oito escudos).

Ano	2012	2013	Dif.	Variação
Encargos com o pessoal	151,085,585	155,704,068	4,618,483	3%

10. Responsabilidade Social

Reiterando o posicionamento do Banco enquanto um parceiro do desenvolvimento de Cabo Verde e como uma instituição ciente da sua responsabilidade social, em 2013 o Banco actuou no sentido de consolidar as parcerias iniciadas em 2012 actuando sempre como uma empresa cidadã, que se rege pela ética e transparência para com os colaboradores, clientes, fornecedores e todo o meio envolvente, definindo objectivos empresariais que integram o desenvolvimento sustentável da sociedade, não descurando a preservação dos recursos ambientais e culturais, respeitando assim as gerações futuras, contribuindo igualmente para a diminuição de assimetrias socioeconómicas.

Um dos principais objectivos da estratégia adoptada, é associar a marca BAI a projectos cujos resultados trazem benefícios positivos na melhoria da qualidade de vida da sociedade e ao mesmo tempo que se promove uma imagem positiva da marca, dos seus valores, diferenciando-se da concorrência neste mercado.

✓ Responsabilidade Social Empresarial

Em relação a este pilar em 2013 o BAI CV levou a cabo um conjunto de acções e foram implementados os seguintes programas:

- Novo Sistema de Avaliação de Desempenhos
- Créditos Bonificados colaboradores
- Plano de Saúde- Cobertura de novas especialidades

✓ Voluntariado Empresarial

Um dos aspectos importantes da Responsabilidade Social é que se consiga criar dentro da instituição uma cultura de responsabilidade que passa pelo envolvimento de cada elemento da equipa com as causas apoiadas pela instituição. Assim, ao longo do ano, tanto na sede como nas ilhas, com o apoio dos elementos da família BAI, foram identificadas associações que actuam em prol do bem-estar dos mais desfavorecidos, que pudessem merecer o apoio do Banco e dos próprios colaboradores. Tendo sido escolhida uma associação em cada ilha onde o BAI está presente, na Praia, em Mindelo e Espargos, foram feitas doações de livros infantis e de pequenas mesas e cadeiras para a criação de pequenos espaços de leitura nestas instituições.

Deve ser também destacado que no âmbito da dinamização do voluntariado no seio dos colaboradores do banco, durante o mês de aniversário do Banco teve lugar o Torneio Solidário do 5º Aniversário onde foi feito um apelo no sentido de envolver todos os elementos da Família BAI com o objectivo do evento que era de recolher o máximo de donativos diversos. Estas acções foram muito bem recebidas pelas entidades apoiadas que não deixaram de agradecer ao Banco por tão nobre gesto. Para o referido torneio foi convidada a Associação Black Panthers que acabou por ser a grande vencedora do torneio.

Com estas acções, aos poucos se introduz o espírito de voluntariado na cultura do BAI CV e prova disso foi sem dúvida o nível de adesão obtido nas acções realizadas no seio dos colaboradores do Banco.

✓ Cidadania Empresarial

Posicionar o BAI como o Banco que presta melhor serviço aos seus clientes em Cabo Verde é um dos grandes objectivos que se pretende alcançar. Pretende-se que a qualidade do atendimento e dos serviços de uma forma geral seja percebida pelos Clientes e que sejam eles próprios a promover esta imagem, em função da sua satisfação. Ao longo de 2013, apesar de não ter sido realizado pesquisas de satisfação dos clientes, através das redes sociais e dos comerciais o BAI CV recebeu feedback bastante positivo por parte dos clientes do Banco e do mercado quanto à nova dinâmica do Banco e quanto à sua postura comercial.

Na nossa página do Facebook alguns clientes manifestaram a sua satisfação em relação ao Banco o que deixa claro que o Banco tem condições de alcançar o posicionamento pretendido.

Como forma de acrescentar valores positivos à marca, e com isso reforçar a sua imagem institucional junto dos clientes e do mercado de um modo geral, tiveram continuidade as parcerias estabelecidas ao nível da Responsabilidade Social em 2012. Muitas empresas optam por utilizar a sua política de responsabilidade social como factor de diferenciação em relação à concorrência. Esta foi a estratégia utilizada pelo Banco ao longo de 2013.

Estas acções foram amplamente divulgadas na página do Facebook do BAI Cabo Verde como forma de dar a conhecer ao mercado o seu posicionamento e valores que preconiza.

✓ Parcerias e Eventos

- Responsabilidade Social
  - Saúde

    No início do ano foi inaugurada a nova Enfermaria Santa Isabel do Hospital Agostinho Neto presidido pela Ministra da Saúde, Dra. Cristina Fontes, sendo que as obras de reabilitação foram realizadas segundo a Directora do referido Hospital, Dra. Ricardina Andrade, com os donativos do BAI.

    Em relação ao Hospital Baptista de Sousa, mereceu o apoio do BAI o projecto levado a cabo por este hospital que com o apoio de um cirurgião especialista italiano realizou operações de oftalmologia durante o mês de Setembro, onde foram contempladas 139 pessoas de um total de 300 inscritos.

    Outra acção de relevo no âmbito da saúde foi o apoio do BAI na Campanha Nacional de Vacinação contra o sarampo e a rubéola, a maior acção do género já realizada no país em prol da saúde dos nossos jovens já que teve como público-alvo todos os indivíduos de

ambos os sexos, com idade compreendida entre os 9 meses e 25 anos, tendo sido vacinadas durante este período aproximadamente 261.559 pessoas.

Estas acções fizeram com que o BAI fosse distinguido com dois prémios em 2013, como forma de reconhecimento pela participação activa em programas ao nível da saúde nacional, tendo recebido o troféu de parceiro na Gala Eu Posso Ajudar promovida pelo Hospital Agostinho Neto e um Diploma de Mérito oferecido pelo Ministério da Saúde pela presença do Banco na Campanha Nacional de Vacinação promovida pelo Governo.

- Educação

Dando continuidade à parceria iniciada em 2012, em 2013 o BAI CV renovou o protocolo que mantinha com a FICASE em relação ao programa nacional de distribuição de Kits Escolares. A FICASE é um programa que apoia as crianças mais carenciadas do país com materiais escolares como forma de apoiar a sua educação e de combater o abandono escolar.

Ainda como forma de promover a educação e o bem-estar social, em 2013 foram entregues aos Hospitais livros infantis, angariados a quando da Campanha Like Solidário lançada em Novembro de 2012. Assim, no âmbito desta campanha, foram adquiridos 600 livros pelo valor de ECV 138.200$00 e pequenas mesas e cadeiras infantis no valor de ECV 44.000$00. Considerando o facto de se tratar de um número significativo de livros, estes foram partilhados com outras entidades sem fins lucrativos que cuidam do bem-estar das nossas crianças.

Essas entidades foram propostas pelas respectivas agências do BAI, tendo como parâmetros de escolha o seu âmbito de actuação e o seu papel na sociedade em que está inserida.

Os livros foram distribuídos da seguinte forma, em função do perfil etário das crianças.

- Pediatria do Hospital do Sal: 100 Livros, 2 mesas e 4 cadeiras
- Jardim Infantil da Paróquia da Nossa Sra. das Dores (SAL) - 50 unidades
- Pediatria do Hospital Dr. Baptista de Sousa (São Vicente): 100 Livros, 2 mesas e 4 cadeiras
- Associação Nhô Djunga (S. Vicente) -50 unidades
- Pediatria do Hospital Dr. Agostinho Neto (Santiago): 200 Livros 3 mesas e 06 cadeiras
- Associação Black Panthers (Várzea – Santiago) – 100 unidades

A distribuição de livros foi feita com base no facto de a Praia ser a maior cidade do país seguido de Mindelo e Espargos.

Enquanto parceiros no desenvolvimento de Cabo Verde a educação não poderia estar de fora das áreas de intervenção do nosso Banco.

Outra acção iniciada este ano foi a aproximação em relação as instituições de ensino numa perspectiva de dar a conhecer aos alunos, desde muito cedo, para que servem os Bancos e de que forma se deve relacionar com estas entidades.

Assim, teve lugar a visita ao Banco dos alunos da turma do 3º ano do Colégio Semear onde foi feita uma apresentação que teve como interlocutor o BAIO. Este evento foi extremamente positivo tendo já a Direcção da escola manifestado o seu interesse em dar continuidade a esta acção, com as visitas dos alunos dos outros anos. Para o Banco também foi algo extremamente positivo na perspectiva de aproximação ao mercado.

- Patrocínios: Desporto
  - Federação Cabo-verdiana de Futebol

    Pela primeira vez Cabo Verde alcançou resultados históricos na Copa Africana das Nações - CAN, tendo todo o país, num acto patriótico, apoiado financeiramente a presença da nossa Selecção Masculina de Futebol neste evento. Assim, o BAI, apesar da modalidade não ser a que está contemplada pela política de Responsabilidade Social e Patrocínios em vigor, apoiou a selecção sendo deste modo um dos parceiros que tornou realidade o sonho da nação cabo-verdiana.
  - Federação Cabo-verdiana de Andebol

    Tendo em 2012 sido assinado um protocolo de parceria com a Federação Cabo-verdiana de Andebol, e no âmbito deste protocolo foi realizado em Agosto de 2013 na cidade da Praia o Torneio Nacional de Andebol BAI Masculino e Feminino que levou ao pavilhão Vavá Duarte um número considerável de jovens adeptos. Durante este evento foi realizado varias actividades de activação da marca como forma de rentabilizar a parceria já estabelecida.
- Outros patrocínios
  - Associação "Mon na Roda"

    À semelhança do ano passado o Banco apoiou a "Associação Mon na Roda", a materializar o projecto "1ª Gala Internacional de Dança em Cadeira de Rodas (Amor & Amores)", um evento que contou com a participação de Portugal, Brasil e Holanda, que são dançarinos profissionais. Trata-se de uma associação sem fins lucrativos que tem tido um papel muito importante no processo de integração de pessoas com necessidades especiais, cujo trabalho tem merecido o reconhecimento de toda a sociedade Cabo-verdiana.
  - Casa da Bandeira

    A festa das Bandeiras é celebrada na ilha do Fogo, por ocasião do 1º de Maio, dia de São Felipe. Este evento atrai anualmente uma boa parte da comunidade Cabo-verdiana radicada na diáspora, com especial destaque para os Estados Unidos da América. Assim, por solicitação dos organizadores do evento o Banco, numa perspectiva de aproximação e

apoiar os eventos culturais de grande relevância para o país avançou com um patrocínio simbólico que certamente será um importante sinal de aproximação ao evento e à ilha, que certamente facilitarão o acesso à comunidade emigrada, um público-alvo de interesse do Banco.

- Câmara Municipal de Mindelo

  A Câmara Municipal de Mindelo solicitou ao BAI uma colaboração mínima para a realização das actividades de rua no âmbito das celebrações das festas do fim de ano, uma das épocas do ano em que o país recebe um grande fluxo de visitantes. Assim, considerando o valor e a importância destas actividades para a ilha o BAI apoiou.

Conta BAI Solidariedade - Entradas e Saídas

SALDO DA CONTA BAI SOLIDARIEDADE A 31/12/2013	
Responsabilidade Social	ECV
Saldo da Conta BAI Solidariedade a 31/12/12	412,261.00
Colaboradores do BAI – CV	574,702.00
Griner (Grupo BAI)	3,162,646.00
Despesas e Comissões Cobradas	1,700.00
TOTAL ENTRADAS	**4,147,909.00**
TOTAL SAIDAS- Doações a Parceiros	**3,422,500.00**
Saldo a 31/12/2013	**725,409.00**
Responsabilidade Social	
FICASE	800,000.00
Hospital Agostinho Neto (Santiago)	1,000,000.00
Hospital Baptista de Sousa (São Vicente)	600,000.00
Casa da Bandeira	200,000.00
Associação Mon na Roda	50,000.00
Torneio Nacional de Andebol BAI	102,500.00
Federação Cabo-verdiana de Futebol	500,000.00
Câmara Municipal de São Vicente	20,000.00
Campanha Nacional de Vacinação	150,000.00
TOTAL de Saídas	**3,422,500.00**

11. Análise Financeira

A. Elementos do Balanço

O **Activo Líquido** ascendeu a 11.395 Milhões de escudos em 2013, representando um crescimento de 27,8% face ao ano transacto, sobretudo devido ao aumento das Aplicações em Instituições de Crédito que registaram uma variação positiva de 262% (+1.463,7 Milhões), atingindo um saldo líquido de 2.021 Milhões de escudos, face aos 558 Milhões de escudos em 2012.

O **Crédito a Clientes e os Activos Financeiros detidos para Negociação** também registaram uma variação positiva de +1.001 Milhões de escudos e +954 Milhões de escudos, face ao ano homólogo respectivamente.

Por contrapartida, os **Outros activos financeiros ao justo valor** através de resultados, as **Disponibilidades em outras instituições de crédito**, bem como os **Investimentos detidos até a maturidade**, diminuíram cerca de 502 Milhões de escudos, 313 Milhões de escudos e 295 Milhões de escudos respectivamente.

O **Passivo** cresceu cerca de 28%, o equivalente a 2.288 Milhões de escudos, motivada sobretudo pelo crescimento significativo dos Recursos de clientes e outros empréstimos em 1.870 Milhões de escudos e pelo crescimento dos Recursos de outras instituições de crédito em cerca de 438 Milhões de escudos.

Os **Capitais Próprios** aumentaram cerca de 23,6%, o equivalente a 191,5 milhões de escudos, registando um saldo final de 1.002 milhões escudos.

A rubrica **Caixa e Disponibilidades** registou um aumento de cerca de 41,9% face ao período transacto, derivado do incremento dos Recursos de clientes e outros empréstimos.

A rubrica **"Caixa"** conheceu uma variação positiva de 41,5%, e as **Disponibilidades no Banco Central** aumentaram também cerca de 42% face a 2012, atingindo os 475 Milhões de escudos.

Essa disponibilidade no banco central tem uma gestão muito mais criteriosa, devido a penalização em caso de incumprimento das reservas mínimas de caixa, e do excesso que é aplicado em activos remunerados, nomeadamente em instrumentos do Banco de Cabo Verde (TIM e TRM) e mesmo no MMI-Mercado Monetário Interbancário, que ainda continua demonstrando uma maior rentabilidade e atractividade do mercado monetário interno face ao mercado Europeu.

Relativamente às **Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito**, que representam na sua quase totalidade, depósitos junto dos nossos correspondentes no estrangeiro, para fazer face às operações de ordens de pagamentos emitidas e recebidas, e as operações de BAI-Trade Finance, assinalaram uma diminuição de 86%, face ao período homólogo.

Comparativamente a 2012, a **Carteira de Títulos** atingiu o montante de 2.975 Milhões de escudos, sendo 93,6% (2.785 milhões) em Activos Detidos para Negociação, 6,4% (189 milhões de escudos) em Investimentos detidos até maturidade e 0,04% (1.143,5 mil escudos) em Activos Financeiros Disponíveis para Venda.



Os **Activos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados** registaram uma diminuição de 100% de 2012 para 2013, em cerca de 502 Milhões de escudos, derivado da reclassificação dos títulos emitidos por residentes, em créditos titulados.

Os **Activos Detidos para Negociação** no montante de 2.785 Milhões de escudos são constituídos exclusivamente por Títulos de Dívida junto do Banco Central (1.606 milhões em 2012) em Obrigações do Tesouro.

O saldo de 1.143,5 mil escudos dos **Activos Financeiros Disponíveis para Venda** é resultante de participações que o Banco tem noutras entidades, nomeadamente na Swift SCRL, representada por uma acção, na Novagest representada em 10% do capital social no valor de 800 mil escudos e na Enacol, representada por acção no valor de 48 mil escudos.

Em 31 de Dezembro de 2013, a nossa carteira de **Aplicações em Instituições de Crédito** apresentava um saldo de 2.021,9 Milhões escudos, cuja variação foi de 262% em comparação com o ano transacto.

A carteira de **Créditos sobre Clientes**, atingiu em Dezembro de 2013 um total bruto de 5.137 Milhões de escudos, cuja taxa de transformação situa-se em 113,6% face a 160,1% em 2012, e representa 42,7% do total de Activo Bruto.

O **crédito "Empréstimo a Médio e Longo Prazo"** representa 58,5% do total do crédito bruto, seguido do crédito "Conta Corrente Caucionada" representando 12,9% do total do crédito bruto, os créditos titulados

com 12,3% e o crédito "Habitação" representando 8,47%. Os descobertos em depósito à ordem tiveram alguma predominância, representando 0,9%.

O segmento de empresas lidera a carteira de créditos, com 87%, enquanto o segmento de particulares atingiu 10%, seguido do crédito aos colaboradores, que representa 3%.

O rácio de incumprimento situou-se em 13,5%, face a 11% em 2012. Portanto houve um agravamento do crédito vencido em 23%.

O saldo da rubrica **Imparidade de crédito a clientes**, no final do exercício de 2013, apresenta um valor de 269 Milhões escudos, cuja variação face ao ano transacto foi de 112%, representando 5,24% do crédito total bruto.

A 31 de Dezembro de 2013, os **Activos Tangíveis e Intangíveis** líquidos das amortizações, sofreram uma diminuição 69 milhões de escudos, em relação ao período homólogo. Por estarem afectos à actividade do banco, contemplam bens e valores de carácter permanente, reflectindo as aquisições e depreciações ao longo do exercício económico.

Os **Activos Intangíveis** (líquido), cujo saldo final é de 61 mil escudos, diminuíram em 86,5%, devido as amortizações do exercício no montante de 25 Milhões de escudos, englobando basicamente sistemas de software.

Os **Activos Tangíveis** (líquido), também diminuíram em 19,5% situando-se 286 Milhões de escudos, devido as amortizações do exercício no montante de 330,6 Milhões de escudos, com destaque para os activos tangíveis em curso e para as máquinas de uso administrativo, que registaram variações positivas de 22% e 11%, respectivamente.

A rubrica de **"Outros Activos"** registou uma diminuição de 19,42%, apresentando um saldo final a 31 de Dezembro de 2013 de 187,5 Milhões de escudos, resultante de oscilações entre "activos por impostos diferidos" e "outros activos" e das imparidades acumuladas registadas de cerca de 16 Milhões de escudos.

Os **"Activos por impostos Correntes"**, que incluem IUR a recuperar, aumentaram em 22,6%, enquanto, a rubrica dos **"Activos por Impostos diferidos"**, associados ao reporte de prejuízos fiscais, diminuiu cerca de 100%, face aos 18,5 Milhões de escudos registados em 2012.

Analisando o passivo, os **"Recursos de Outras Instituições de Crédito"** ascenderam ao montante de 5.019,6 Milhões de escudos, registando uma variação de 9,6%, representando na sua quase totalidade, depósitos à ordem e a prazo, de instituições do Grupo BAI.

A carteira de **Depósitos de Clientes** aumentou consideravelmente em 77%, cujo saldo final foi de 4.285 Milhões de escudos, na sua maioria constituída por depósitos de Empresas com 72% (3.026,8 Milhões de

escudos) seguido de particulares com 24% (995 Milhões de escudos), emigrantes com 4% (158 Milhões de escudos), colaboradores com 1% (21,6 Milhões de escudos) e Outros com 14 Milhões de escudos.

De salientar, que apesar do segmento empresas liderar em termos de saldos, em termos de número de clientes, 82,1% (7.742 clientes) são particulares e 13,9% (1.308 clientes) são empresas.

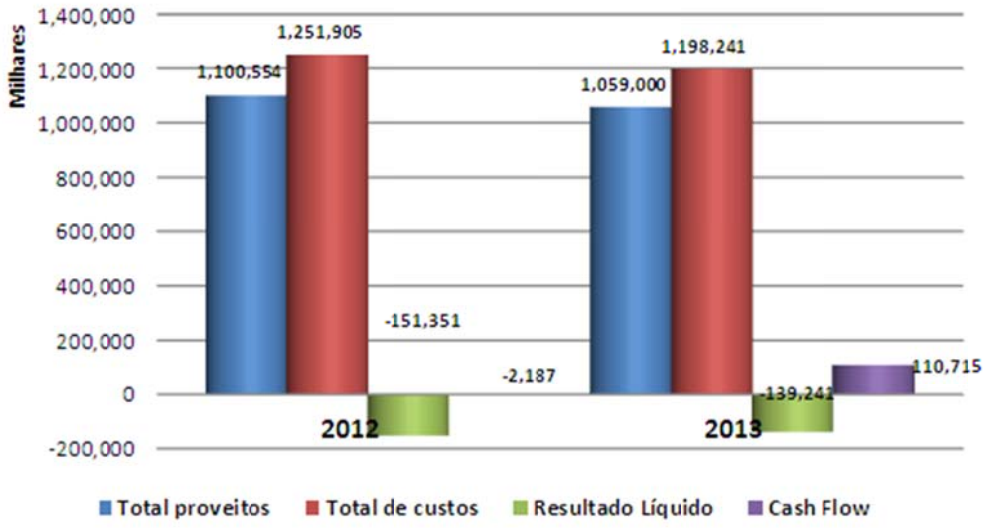
As modalidades de depósitos a prazo têm liderado o ranking dos recursos (50,5%), cuja variação foi positiva na ordem dos 107%, seguido dos depósitos à ordem (49,5%), que merece um destaque na variação registada em 56% em comparação com o período homólogo.

A rubrica **"Outros Passivos"** diminuiu cerca de 19%, o equivalente a 20,6 Milhões de escudos, cujo saldo final situou-se em 87 Milhões de escudos, em consequência das variações nas rubricas "Operações de vendas com acordo de recompra", registando uma variação negativa de 19 Milhões de escudos.

Os **Capitais Próprios** aumentaram cerca de 23,6%, equivalente em termos absolutos a 191,5 Milhões de escudos, registando um saldo final de 1.002 Milhões escudos, originado pelo aumento do Capital Social em cerca de 330 Milhões de escudos.

B. Elementos da Demonstração de Resultados

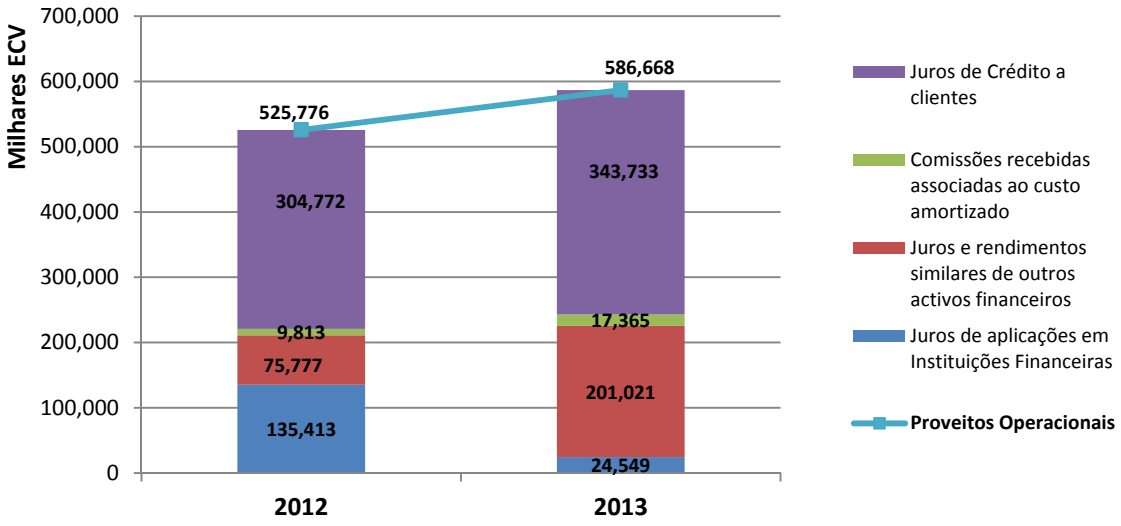
O **Resultado Líquido** apurado no final do exercício em Dezembro de 2013 foi de 139 Milhões de escudos negativos, registando uma melhoria de cerca 8%, demonstrando no entanto que os custos e perdas continuam a ser superiores aos proveitos e ganhos.



De salientar que o **Resultado Antes de Imposto** foi de 120 Milhões de escudos negativos (125 Milhões negativos em 2012), representando uma melhoria de 3,6% (após imposto a melhoria é de 8%).

O aumento do Resultado comparativamente ao exercício do ano de 2012 deve-se essencialmente ao aumento dos Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (54,8 Milhões de escudos), bem como do aumento da Margem Financeira em cerca de 52,5 Milhões de escudos e dos Rendimentos com Serviços e Comissões (6,6 Milhões de escudos).

Nos juros recebidos constata-se que houve uma melhoria significativa cuja variação foi de 11,6%, com destaque para os juros de rendimentos similares de outros activos financeiros que aumentaram cerca de 165%, o correspondente a 125 Milhões de escudos e os juros de Créditos a Clientes, que aumentaram cerca de 13%, cerca de 38,9 Milhões de escudos.



Os **Juros de Aplicações em Instituições Crédito** tiveram uma significativa diminuição na ordem dos 82%, situando-se nos 24,5 Milhões de escudos face aos 135 Milhões de escudos relativamente ao ano transacto, repartido pelas Aplicações em Instituições Financeiras no mercado monetário Interbancário, com um peso de cerca de 75% do total, seguido dos Juros de Aplicações em Instituições Financeiras no Estrangeiro e das Aplicações de muito Curto Prazo, com 19,2% e 5,9% respectivamente.

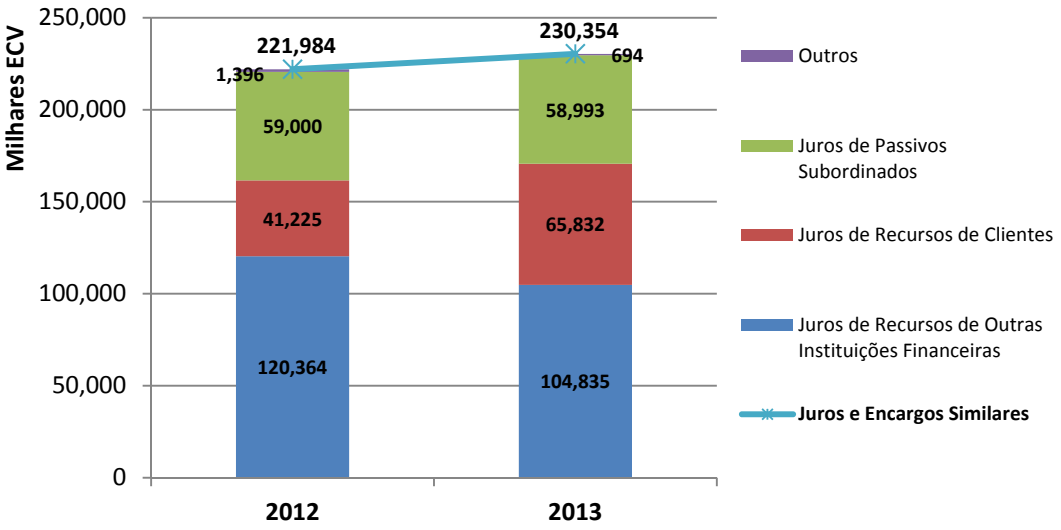
Relativamente aos **Juros sobre Activos Financeiros** constituídos basicamente por títulos de obrigações corporate e obrigações do tesouro, pertencente ao mercado de capitais representado pela Bolsa de Valores, assinalaram uma variação positiva em 125 Milhões de escudos.

Quanto aos **Juros pagos das operações passivas** registaram um agravamento em 4%, em que suportamos 230 Milhões de escudos, devido essencialmente ao aumento da carteira de depósitos a prazo nos segmentos empresas e particulares

Para os **Recursos de Outras Instituições Financeiras**, o banco pagou em juros o montante de 104 Milhões escudos, cuja variação foi de -13%, sendo 51 Milhões resultantes de depósitos a prazo de instituições de crédito no estrangeiro e 53 Milhões de Empréstimos de curto prazo de instituições de crédito no estrangeiro.

Os **Juros Subordinados do Empréstimo obrigacionista** foram outra componente que pesou os custos, visto que o banco pagou anualmente o montante de 58,9 Milhões escudos. No entanto, com essa emissão, o banco beneficia no reforço progressivo da solidez financeira da instituição no plano dos rácios prudenciais (com realce aos fundos próprios, ao rácio de solvabilidade e sobretudo no limite de concentração de risco de credito a uma única entidade), da qualidade dos activos, e o equilíbrio financeiro de longo prazo (taxas de juros activas e passivas), e diversificação quer de factos geradoras de cash-flow, quer da base de "funding" e da forma e meios de aplicações de activos financeiros.

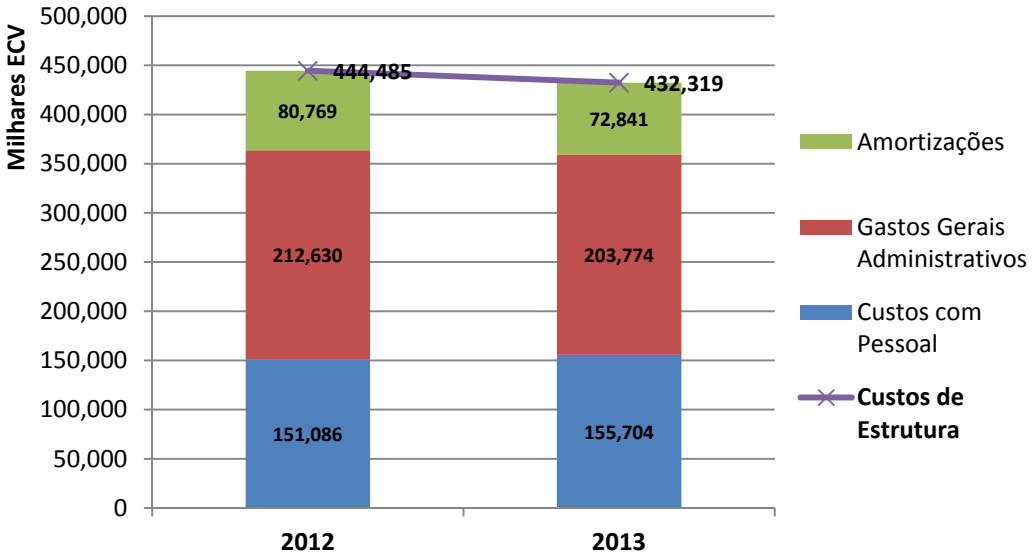
A **Margem Complementar** registou uma melhoria de 56 Milhões de escudos, cuja variação face ao ano 2012 foi de 97%. Esta melhoria resulta do aumento dos Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados, registando uma variação positiva de 54,8 Milhões de escudos, paralelamente à boa performance dos Rendimentos com Serviços e Comissões e dos Resultados de alienação de outros activos, com aumentos de cerca de 6,6 Milhões de escudos e 4,5 Milhões de escudos respectivamente.



Os **Rendimentos com Serviços e Comissões** registaram uma variação positiva face ao período homólogo, fruto do aumento das Comissões recebidas em Serviços Prestados em cerca de 6 Milhões de escudos, juntamente com o aumento das rubricas das Comissões recebidas por Garantias Prestadas em cerca de 5,5 Milhões de escudos, paralelamente à diminuição ocorrida na rubrica Outras Comissões Recebidas, em cerca de 5 Milhões de escudos.

Os **Custos de Estrutura** (Custos com Pessoal + Custos Administrativos + Amortizações) diminuíram cerca de 12 Milhões de escudos em relação ao exercício anterior, impulsionado pela redução das Amortizações do Exercício em torno dos 9,8% e pela diminuição dos Gastos Gerais Administrativos em cerca de 4%.

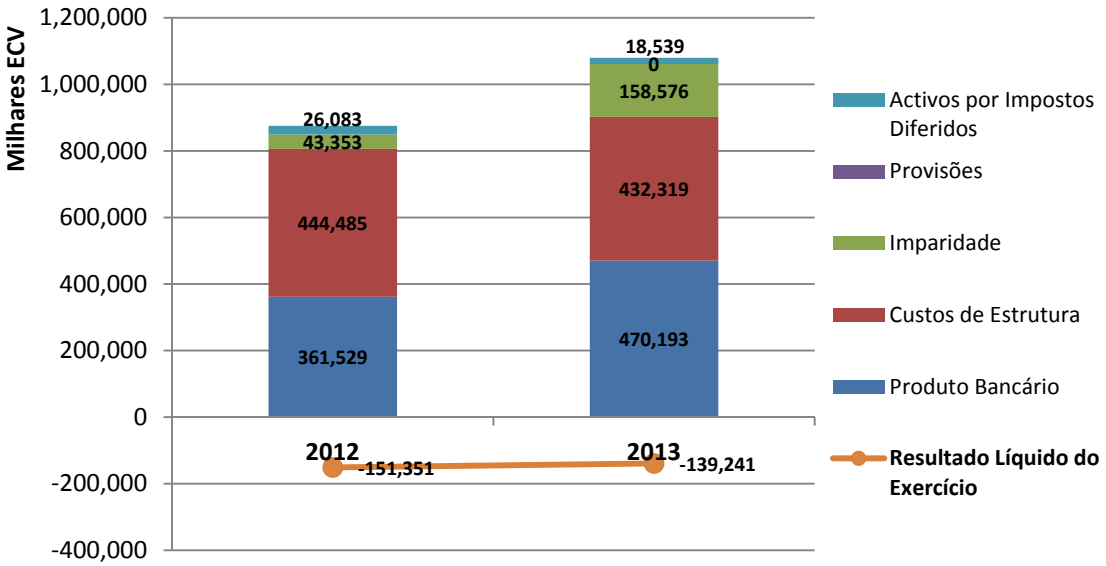
O **Rácio Cost to Income** diminuiu comparativamente ao ano transacto, situando-se nos 91,9% em 2013, menos 31 pontos percentuais que em 2012 (122,9%), reflectindo essencialmente o aumento do Produto Bancário face à evolução dos custos de estrutura.



Os **Custos com Pessoal** que representam 36% do total dos custos de estrutura, assinalaram um ligeiro incremento de 3%, equivalente a 4,6 Milhões de escudos, enquanto os Gastos Gerais Administrativos que representam 47% do custo total de funcionamento, diminuíram 4%, cerca de 8,8 Milhões de escudos, reflexo da política de contenção dos custos em FST's.

As **Amortizações** ascenderam a 72,8 Milhões escudos, com uma variação negativa de 9,8%, representando 16,8% do custo total de estrutura.

O **Resultado Líquido** negativo situou-se em 139 Milhões escudos, registando uma melhoria face ao período homólogo de cerca de 12 Milhões escudos, aumentando 8%, derivado do enorme aumento do Produto Bancário ocorrido em 2013.



C. Indicadores

Económicos e Financeiros

Os principais indicadores económicos de desempenho e prudenciais do BAICV registaram uma melhoria face ao ano de 2012, apesar do Resultado negativo do Exercício, bem como dos Resultados Transitados negativos.

Em Dezembro de 2013, a nível de **Rendibilidade** o **ROA** (Rendibilidade Média do Activo) e **ROE** (Rendibilidade Média dos Capitais Próprios) foram afectados pelos resultados negativos do exercício, atingindo -1,2% e -13,9% respectivamente, contra -1,8% e -17,5% em 2012.

No entanto, quando medidos com base nos Cash Flows, o cenário é mais favorável, pois percebe-se uma ligeira diminuição dos rácios negativos a quererem aproximar-se do valor zero ou mesmo positivo.

O **Rácio de Transformação**, devido ao aumento avultado do crédito concedido face a carteira de clientes, atingiu os 113,6% contra os 160,1% de 2012, ou seja, menos 46,5 pontos percentuais.

A contrapartida da concessão desses créditos é proveniente do empréstimo obrigacionista e dos recursos de outras instituições de crédito. Pelo que incluindo esses recursos no cálculo do rácio, o mesmo atingiria os 47,2%.

Em termos de Funcionamento, destaque para o **Cost-to-Income**, indicador de eficiência que relaciona os custos de estrutura com o produto bancário, com um valor ainda significativo de 91,9%, registou uma

redução em relação ao ano de 2012 que foi de 25%, consequência da manutenção da estrutura de custos e do enorme crescimento do Produto Bancário.

A nível de **Produtividade**, verificou-se uma melhoria no rácio número de clientes por empregado, passando de 101,5 para 130,9, devido ao enorme aumento do número de clientes (+1.913 clientes que em 2012). O Banco fechou o ano com um efectivo de 72 colaboradores, 5 agências e 9.427 clientes. Quanto ao rácio activo líquido sobre o número de empregados, aumentou para os 158 Milhões de escudos por empregado.

Destaque para o **Custos de Estrutura/Activo Liquido**, cujo rácio atingiu os 3,8%, menos 1,2 pontos percentuais que em 2012.

A **nível de gestão de fundos**, a carteira de depósitos representa 37% do total de activo, e realce a concentração dos 20 maiores depositantes no total da carteira de depósitos atingiu 59,7% em 2013.

Quanto a **Qualidade dos Activos** o rácio do crédito vencido sobre o crédito bruto total registou um agravamento de 2,5 p.p fixando-se em 13,5% contra 11% em 2012. Quanto ao rácio de imparidade de crédito a clientes sobre o crédito total passou para 5,2% em 2013 contra 3,2% em 2012, tendo sido efectuado no exercício um reforço da imparidade de créditos a clientes no valor de 142,4 Milhões de escudos.

Prudenciais

Os **Fundos Próprios** da Instituição registaram uma variação positiva de 132%, situando-se em 1.482 Milhões de escudos contra 638,7 Milhões de escudos em Dezembro de 2012. Essa variação positiva deriva sobretudo do aumento de Capital Social da instituição em cerca de 330 Milhões de escudos, que por sua vez reduziu substancialmente o excesso de concentração de risco

O **Rácio de Solvabilidade** registou um aumento substancial face a Dezembro de 2012, passando de 10,7% para 21,91%, cuja variação foi de 104,8%, em consequência do aumento do Capital Social, mantendo acima dos 10% regulamentares.

A **Cobertura de Imobilizado**, tendo em conta que não pode apresentar um grau de cobertura inferior a 100% e não ultrapassar o valor dos fundos próprios, registou uma melhoria de 187,5%, expondo um grau de cobertura de 510,9% contra 177,7% em 2012.

O rácio que relaciona os **Títulos de Dívida Pública** com os recursos de clientes apresenta um excesso na ordem dos 2.667,7 Milhões escudos fazendo com que o Banco tenha em aplicações em títulos 68,28% do total das suas responsabilidades da carteira de clientes, acima do mínimo de 5% exigido pelo Banco Central.

12. Aprovação do Conselho de Administração

Os administradores do BAI Cabo Verde são os responsáveis pela preparação, integridade e objectividade das demonstrações financeiras e demais informações contidas neste relatório.

É convicção da Administração que para satisfazer esta responsabilidade, o Banco dispõe de sistemas internos de controlo contabilístico e administrativo para assegurar que os activos do Banco sejam salvaguardados e que as respectivas operações e transacções sejam executadas e escrituradas em conformidade com as normas e os procedimentos adoptados.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 auditadas e constantes das páginas seguintes foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 03/02/2014, e vão ser assinadas em seu nome por:

Luís Filipe Rodrigues Lélis
Presidente do Conselho de Administração

Carlos Augusto Bessa Victor Chaves
Presidente da Comissão Executiva

Victor Manuel de Faria Cardoso
Administrador não Executivo

Carla Monteiro do Rosário
Administradora Executiva

Jorge Manuel da Silva e Almeida
Administrador Executivo

13. Demonstrações Financeiras

A. Balanço

Em Escudos

Rubricas	Notas / Quadros anexos	Valor Bruto	Provisões, Imparidade e amortizações	Valor Liquido	Valor Líquido
		2013			2012
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	15	681,149,177	-	681,149,177	479,936,206
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16	49,857,839	-	49,857,839	363,560,546
Activos financeiros detidos para negociação	17	2,785,200,140	-	2,785,200,140	1,831,072,299
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	18	-	-	-	502,044,855
Activos financeiros disponíveis para venda	19	1,143,510	-	1,143,510	1,143,510
Aplicações em instituições de crédito	20	2,021,926,509	-	2,021,926,509	558,131,826
Crédito a Clientes	21	5,137,753,238	269,122,925	4,868,630,313	3,866,989,958
Investimentos detidos até à maturidade	22	189,106,373	-	189,106,373	484,851,665
Activos não correntes detidos para venda	23	171,494,521	2,985,950	168,508,571	33,172,000
Outros activos tangíveis	24	617,024,024	330,617,960	286,406,064	355,753,747
Activos intangíveis	25	25,768,826	25,707,038	61,788	459,036
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	26	147,351,831	-	147,351,831	180,096,683
Activos por impostos correntes	27	8,477,975	-	8,477,975	6,915,963
Activos por impostos diferidos	27	-	-	-	18,538,519
Outros Activos	28	203,772,087	16,187,079	187,585,008	232,782,529
Total de activos		**12,040,026,049**	**644,620,952**	**11,395,405,097**	**8,915,449,343**
Passivo					
Recursos de outras instituições de crédito	29			5,019,692,268	4,581,223,253
Recursos de clientes e outros empréstimos	30			4,285,504,353	2,415,428,993
Outros passivos subordinados	32			1,000,659,146	1,000,168,807
Outros passivos	28			87,280,430	107,913,287
Total de Passivo				**10,393,136,198**	**8,104,734,341**
Capital					
Capital	35			2,330,795,000	2,000,000,000
Reservas de reavaliação	36			- 7,116	- 7,116
Outras reservas e resultados transitados	37			- 1,189,277,882	-1,037,927,342
Resultado do exercício				**- 139,241,103**	**- 151,350,540**
(Dividendos antecipados)					
Total de Capital				**1,002,268,899**	**810,715,002**
Total de Passivo + Capital				**11,395,405,097**	**8,915,449,343**

B. Demonstração de Resultados

ECV

Rubricas	Notas / Quadros anexos	2013	2012
Juros e rendimentos similares	27	586,668,248	525,779,836
Juros e encargos similares	27	230,354,365	221,984,079
Margem Financeira		**356,313,883**	**303,795,757**
Rendimentos de instrumentos de capital		3,053	5,666
Rendimentos com serviços e comissões	28	52,470,387	45,779,463
Encargos com serviços e comissões	28	5,622,491	5,135,918
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	29	40,962,632	- 13,891,060
Resultados de reavaliação cambial	30	20,466,350	29,141,908
Resultados de alienação de outros activos	31	- 61,472	- 4,584,086
Outros resultados de exploração	32	5,660,286	6,417,397
Produto Bancário		**470,192,628**	**361,529,126**
Custos com pessoal	33	155,704,068	151,085,585
Gastos gerais administrativos	34	203,773,576	212,630,229
Amortizações do exercício	15,16	72,841,106	80,768,964
Provisões líquidas de reposições e anulações		-	- 1,041,279
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	12	142,389,383	40,367,518
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	19	16,187,079	2,985,950
Resultados antes de Impostos		**- 120,702,584**	**- 125,267,841**
Impostos		-	-
Diferidos	35	18,538,519	26,082,699
Resultados após Impostos		**- 139,241,103**	**- 151,350,540**

C. Demonstração de Rendimento Integral

	31-Dez-13	31-Dez-12
Resultado Líquido	**-139,241,103**	**-151,350,540**
Activos financeiros disponíveis para venda		
Reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda	-	-
Impacto fiscal	-	-
Resultado não reconhecido na demonstração de resultados	**0**	**0**
Rendimento Integral Individual	**-139,241,103**	**-151,350,540**

D. Demonstração de Alterações no Capital Próprio

	Capital social	Outros instrumentos de capital próprio	Acções próprias	Reservas de justo valor	Outras reservas e resultados transitados	Resultado liquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 01 de Janeiro de 2012	**1,952,200,000**	**-**	**-**	**-**	**-689,720,350**	**-348,214,109**	**914,265,541**
Outros movimentos registados directamente no capital próprio							
Reservas de alterações no justo valor	-	-	-		-	-	-
Outros movimentos	-	-	-	-	-	-	-
Realização de capital	47,800,000	-	-	-	-	-	47,800,000
Prestações suplementares	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de outras reservas	-	-	-	-	-	-	-
Resultado liquido do exercício	-	-	-	-	-	-151,350,540	-151,350,540
Resultados transitados	-	-	-	-	-348,206,992	348,206,992	-
Variação de acções próprias	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos de acções ordináriais	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	**2,000,000,000**	**-**	**-**	**-**	**-1,037,927,342**	**-151,357,656**	**810,715,002**
Outros movimentos registados directamente no capital próprio							
Reservas de alterações no justo valor	-	-	-		-	-	-
Outros movimentos	-	-	-	-	-	-	-
Realização de capital	330,795,000	-	-	-	-	-	330,795,000
Prestações suplementares	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de outras reservas	-	-	-	-	-	-	-
Resultado liquido do exercício	-	-	-	-	-	-139,241,103	-139,241,103
Resultados transitados	-	-	-	-	-151,350,540	151,350,540	-
Variação de acções próprias	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos de acções ordinárias	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	**2,330,795,000**	**-**	**-**	**-**	**-1,189,277,882**	**-139,248,220**	**1,002,268,899**

E. Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2013	2012
Fluxo de caixa proveniente de actividades operacionais		
Juros, comissões e outros proveitos recebidos	587,708,344	563,781,932
Juros, comissões e outros proveitos pagos	- 163,636,878	- 159,248,145
Outros pagamentos e recebimentos operacionais	15,263,115	6,370,265
Pagamentos a empregados e fornecedores	- 318,770,632	- 337,654,013
Fluxo de caixa proveniente do resultado operacional antes da variação dos activos e passivos operacionais	***120,563,948***	**73,250,039**
(Aumentos) Diminuições de activos operacionais		
Depósitos em Bancos Centrais	-	-
Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para a venda	- 1,008,958,643	- 1,406,700,000
Activos financeiros detidos até a maturidade	310,000,000	- 500,000,000
Aplicações em instituições de crédito	- 1,463,010,800	1,320,372,000
Créditos sobre clientes	- 519,525,274	- 587,930,860
Outros activos	- 111,826,288	11,643,104
Aumentos (Diminuições) de passivos operacionais		
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	435,467,265	943,205,791
Recuros de clientes	1,863,078,566	405,406,935
Outros passivos	- 28,361,868	15,511,868
Fluxo de caixa líquido proveniente de actividades operacionais	***- 523,137,042***	**201,508,837**
Fluxo de caixa proveniente de actividades de investimento		
Aquisição de activos intangíveis	-	-
Aquisição de activos tangíveis	- 3,315,065	- 2,317,965
Receitas de venda de activos tangíveis	111,488	1,765,800
Fluxo líquido proveniente de actividades de investimento	***- 3,203,577***	**- 552,165**
Fluxo de caixa proveniente de actividades de financiamento		
Emissão de dívida titulada e subordinada	-	-
Realização de capital	330,795,000	47,800,000
Prestações suplementares	-	-
Juros e gastos similares	- 58,993,358	- 59,000,000
Fluxo de caixa líquido proveniente de actividades de financiamento	***271,801,642***	**- 11,200,000**
Variação líquida de Caixa e equivalentes de caixa	- 133,975,029	263,006,711
Caixa e equivalentes de caixa no início do pernudo	843,496,752	545,379,481
Efeitos de diferenças de câmbio em Caixa e seus equivalentes	21,485,293	35,110,560
Caixa e Equivalentes de caixa no final do período	**731,007,016**	**843,496,752**

14. Proposta de Aplicação e Distribuição de Resultados

O Conselho de Administração propõe, tendo em conta as disposições legais e estatutárias, que o resultado líquido negativo de 139.241.103 escudos cabo-verdianos (cento e trinta e nove milhões, duzentos e quarenta e um mil, cento e três escudos) seja totalmente incorporado nos Resultados Transitados.

15. Notas às Demonstrações Financeiras

(Montantes expressos em Escudos Cabo-verdianos)

ENQUADRAMENTO

O Banco Angolano de Investimentos Cabo Verde, S.A. (BAICV ou BAI Cabo Verde, S.A.) é uma instituição de crédito de capitais privados, constituída sob a forma de sociedade anónima por escritura pública em 31 de Março de 2008, com o NIF 254746420, registada na Conservatória do Registo Predial, Comercial e Automóvel da Praia com o n.º 2728, registada no Banco de Cabo Verde com o n.º 01/2008, tendo iniciado a sua actividade em 21 de Outubro de 2008.

A sede do Banco está localizada no edifício Santa Maria R/C, Avenida Cidade de Lisboa, Chã D'Areia, na cidade da Praia.

Com um capital social de 2.330.795.000$00 (dois mil milhões, trezentos e trinta milhões, setecentos e noventa e cinco mil escudos cabo-verdianos), totalmente realizado, o Banco tem como principais accionistas o BAI - Banco Angolano de Investimentos, S.A., a Sonangol Cabo Verde - Sociedade de Investimentos, S.A. e a SOGEI- Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.

O BAICV apresenta-se como um banco universal, podendo praticar todas as operações bancárias e financeiras permitidas por lei. Entretanto, o Banco tem como estratégia o desenvolvimento de actividade de banca de empresas, Project finance, banca de investimentos e private banking.

O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do BAI Cabo Verde, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 foram aprovados pelo Conselho de Administração do Banco, em 03/02/2014, sendo tais documentos colocados à disposição dos accionistas a partir de xx/0x/2014, devendo os mesmos serem sujeitos à aprovação da Assembleia Geral, convocada para o efeito, a realizar em 04/04/2014.

As Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão reportam ao BAICV enquanto instituição individual e encontram-se expressas em Escudos Cabo-verdianos (ECV), sendo os montantes divulgados nas Demonstrações Financeiras referidos à unidade daquela moeda.

NOTA 1 - BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E COMPARABILIDADE

As Demonstrações Financeiras do BAICV foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e respectivo suporte documental, mantidos de acordo com os princípios consagrados no Novo Plano de Contas (Conforme o Anexo à Instrução nº135/2009 do BCV), e demais disposições emitidas pelo Banco de Cabo Verde, na sequência da competência que lhe é conferida pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro.

As Demonstrações Financeiras do Banco referente aos exercícios de 2012 e 2013, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF ou IFRS), tal como determinado pelo Banco de Cabo Verde no seu aviso nº 2/2007, e são directamente comparáveis.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda à norma IFRS 1 – Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro (Empréstimos do governo)	01-Jan-13	Esta emenda isenta as entidades que adoptam pela primeira vez as IFRS da aplicação retrospectiva das disposições da IAS 39 e do parágrafo 10A da IAS 20 relativas a empréstimos do governo.
Emenda à norma IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: divulgações (Compensação entre activos financeiros e passivos financeiros)	01-Jan-13	Esta emenda vem exigir divulgações adicionais ao nível dos instrumentos financeiros, em particular as relacionadas com a compensação entre activos e passivos financeiros.
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras (Outro rendimento integral)	01-Jul-12	Esta emenda consubstancia-se nas seguintes alterações: (i) os itens que compõem o Outro Rendimento Integral e que futuramente serão reconhecidos em resultados do exercício passam a ser apresentados separadamente; e (ii) a Demonstração do Resultado Integral passa também a denominar-se Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral.
Revisão da norma IAS 19 – Benefícios a Empregados	01-Jan-13	A revisão desta norma contemplou diversas alterações, nomeadamente: (i) reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais e financeiros decorrentes de diferenças entre os pressupostos utilizados na determinação das responsabilidades e do rendimento esperado dos activos e os valores efectivamente verificados, assim como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais e financeiros ocorridos no exercício, por contrapartida de reservas (outro rendimento integral); (ii) passa a ser aplicada uma única taxa de juro na determinação do valor presente das responsabilidades e do retorno esperado dos activos do plano; (iii) os gastos registados em resultados correspondem apenas ao custo do serviço corrente e aos gastos líquidos com juros; (iv) introdução de novas exigências em termos de divulgação.
IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor (nova norma)	01-Jan-13	Esta norma vem substituir as orientações existentes nas diversas normas IFRS relativamente à mensuração de justo valor. Esta norma é aplicável quando outra norma IFRS requer ou permite mensurações ou divulgações de justo valor.
IFRIC 20 – Registo de certos custos na fase de produção de uma mina a céu aberto	01-Jan-13	Esta interpretação clarifica o registo de certos custos incorridos durante a fase de produção numa mina a céu aberto.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2009-2011)	01-Jan-13	Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas, nomeadamente IFRS 1 (aplicação repetida da norma), IAS 1 (informação comparativa), IAS 16 (equipamento de serviço), IAS 32 (efeito fiscal da distribuição de instrumentos de capital próprio) e IAS 34 (informação de segmentos).

Não se verificaram efeitos nas demonstrações financeiras do Banco do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, decorrentes da adopção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, encontram-se disponíveis para adopção antecipada, à data de aprovação destas demonstrações financeiras:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas (2011)	01-Jan-14	Esta emenda vem restringir o âmbito de aplicação da IAS 27 às demonstrações financeiras separadas.
IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	01-Jan-14	Esta emenda vem garantir a consistência entre a IAS 28 – Investimentos em Associadas e as novas normas adoptadas, em particular a IFRS 11 – Acordos Conjuntos.
Emenda às normas: · IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas; · IFRS 12 – Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades (Entidades de investimento)	01-Jan-14	Esta emenda vem introduzir uma dispensa de consolidação para determinadas entidades que se enquadrem na definição de entidade de investimento. Estabelece ainda as regras de mensuração dos investimentos detidos por essas entidades de investimento.
Emenda à norma IAS 32 – Compensação entre activos e passivos financeiros	01-Jan-14	Esta emenda vem clarificar determinados aspectos da norma relacionados com a aplicação dos requisitos de compensação entre activos e passivos financeiros.
Emenda à norma IAS 36 – Imparidade (Divulgações sobre a quantia recuperável de activos não financeiros)	01-Jan-14	Esta emenda elimina os requisitos de divulgação da quantia recuperável de uma unidade geradora de caixa com goodwill ou intangíveis com vida útil indefinida alocados nos períodos em que não foi registada qualquer perda por imparidade ou reversão de imparidade. Vem introduzir requisitos adicionais de divulgação para os activos relativamente aos quais foi registada uma perda por imparidade ou reversão de imparidade e a quantia recuperável dos mesmos tenha sida determinada com base no justo valor menos custos para vender.
Emenda à norma IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Reformulação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura)	01-Jan-14	Esta emenda vem permitir, em determinadas circunstâncias, a continuação da contabilidade de cobertura quando um derivado designado como instrumento de cobertura é reformulado.

É convicção do Conselho de Administração que a aplicação destas novas normas e interpretações não terá um impacto material nas demonstrações financeiras do Banco.

NOTA 2 - PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

2.1. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.1.1. ACTIVOS FINANCEIROS

Os activos financeiros são reconhecidos pelo BAICV na data de negociação ou contratação. Nos casos em que por imposição contratual ou legal/regulamentar os direitos e obrigações subjacentes se transferem em datas diferentes, será utilizada a última data relevante.

O BAICV classifica os seus activos financeiros nas seguintes categorias: activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados, créditos e outros valores a receber, activos financeiros detidos até à maturidade e activos financeiros disponíveis para venda.

A gestão determina a classificação dos seus investimentos no reconhecimento inicial.

Para efeitos de interpretação o justo valor é o montante pelo qual um activo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e com igual interesse em efectuar a transacção. Na data de transacção ou negociação de uma operação, o justo valor é geralmente o valor pelo qual foi efectuada a transacção.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, o justo valor de activos financeiros é determinado com base em:

(i) Preços de um mercado activo;

(ii) Técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa ("discounted cash flows") conforme seja apropriado; ou

(iii) Preços obtidos junto de contraparte independente.

Um mercado é considerado activo, e portanto líquido, se transacciona de uma forma regular.

Para os casos em que não é possível calcular com fiabilidade o justo valor, nomeadamente instrumentos de capital ou instrumentos financeiros derivados sobre instrumentos de capital, o registo é efectuado ao custo de aquisição.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

2.1.2. INSTRUMENTOS FINANCEIROS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta categoria inclui os activos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros designados na opção de justo valor.

Um activo financeiro é classificado nesta categoria se o principal objectivo associado à sua aquisição for a venda no curto prazo ou se for designado na opção de justo valor pela gestão, respectivamente.

Apenas podem ser designados na opção de justo valor os activos financeiros que cumpram os seguintes requisitos:

(i) eliminem ou reduzam significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento (por vezes, denominada "uma falta de balanceamento contabilística");

(ii) um grupo de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos é gerido e o seu desempenho avaliado numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia documentada de gestão do risco ou de investimento, e a informação sobre o grupo é fornecida internamente ao pessoal chave da gerência da entidade nessa base; ou

(iii) se um contrato contiver um ou mais derivados embutidos, que segundo o IAS 39 têm de ser bifurcados.

Os instrumentos financeiros derivados também são classificados nesta categoria como activos financeiros detidos para negociação, excepto quando fazem parte de uma relação de cobertura.

A avaliação destes activos é efectuada periodicamente com base no justo valor. O valor de balanço dos instrumentos de dívida que se encontram registados nesta categoria inclui o montante de juros corridos e não cobrados.

Os ganhos e perdas resultantes de variações de justo valor são reconhecidas em resultados.

2.1.3. CRÉDITO E OUTROS VALORES A RECEBER E PROVISÕES

Os créditos e outros valores a receber compreendem todos os activos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor. Este conceito abrange a actividade típica da concessão de crédito a clientes, incluindo operações de locação financeira mobiliária e imobiliária, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da actividade da instituição e exclui as operações com instituições de crédito.

Os créditos e outros valores a receber são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e não podem ser reclassificados para as restantes categorias de activos financeiros.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos que sejam considerados incrementais (associados à operação de crédito) são periodificados ao longo da vida das operações de acordo com o método pró-rata temporis, quando se tratem de operações que produzam fluxos de rédito ao longo de um período superior a um mês, independentemente do momento em que são cobradas ou pagas.

Os créditos a clientes apenas são abatidos ao balanço quando expiram os direitos contratuais do Banco à sua recuperação ou forem substancialmente transferidos todos os riscos e benefícios associados à sua pertença.

O Banco classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos que sejam um (1) dia após o seu vencimento. Considera igualmente nestas situações, o montante do capital vincendo associado ao vencido. Os juros de crédito vencidos, são abatidos ao activo 90 dias após a data de vencimento da prestação em atraso.

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis ou revogáveis são registados em contas extra-patrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de comissões, juros ou outros proveitos registados em resultados ao longo da vida das operações.

O Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando:

(i) exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial; e

(ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Caso seja identificada uma perda por imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade.

2.1.4. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Os investimentos a deter até à maturidade são activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determinados e maturidade fixa, que o BAICV demonstrou intenção e capacidade de manter até à maturidade. A venda de uma parte significativa destes activos dá origem a uma reclassificação para a rubrica de disponíveis para venda.

No reconhecimento inicial os activos financeiros detidos até à maturidade são registados pelo justo valor, que geralmente inclui valores de comissões ou taxas.

Posteriormente, estes activos financeiros são valorizados ao custo amortizado de acordo com o método de taxa de juro efectiva e sujeitos a testes de imparidade.

Os juros corridos, as diferenças entre o valor de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) e os valores de comissões ou taxas consideradas incrementais são registados em resultados (de acordo com o método de taxa efectiva).

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquido da imparidade reconhecida.

2.1.5. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta categoria inclui:

(i) Activos cuja intenção é a sua detenção por um período de tempo indeterminado incluindo participações financeiras com carácter de estabilidade;

(ii) outros instrumentos financeiros que no reconhecimento inicial aqui foram enquadrados, ou

(iii) não se enquadrem nas restantes categorias previstas na Norma IAS 39, acima descritas**.**

Os activos financeiros classificados como disponíveis para venda são registados ao justo valor, excepto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo.

As variações, ganhos ou perdas, resultantes de alterações no justo valor destes activos são reconhecidas nos capitais próprios na rubrica de reservas de reavaliação, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de reavaliação é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros corridos, diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) e comissões incrementais, são registados em resultados, de acordo com o método de taxa efectiva. Os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os indícios de evidência de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, são:

(i) para títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação; e

(ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa do activo financeiro, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos activos disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no investimento anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

2.2.PASSIVOS FINANCEIROS

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados são registados ao justo valor e incluem os instrumentos financeiros derivados com valor negativo e vendas a descoberto.

Estes passivos financeiros são registados:

(i) Inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos; e

(ii) Subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

Caso o Banco recompre dívida emitida, esta é anulada do balanço e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registada em resultados.

2.3.INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Os Instrumentos financeiros derivados são registados ao justo valor, na data em que o Banco negoceia os contratos e são subsequentemente reavaliados ao justo valor. O justo valor é obtido através de preços de mercados cotados em mercados activos, incluindo transacções de mercado recentes, e modelos de avaliação, nomeadamente: modelos de fluxos de caixa descontados.

Os derivados são considerados como activos no balanço, quando o seu justo valor é positivo e como passivos quando o seu justo valor é negativo, e com ganhos e perdas reconhecidos em resultados do exercício.

Certos derivados embutidos em outros instrumentos financeiros, como seja a indexação da rendibilidade de instrumentos de dívida ao valor das acções ou índices de acções, são bifurcados e tratados como derivados separados, quando o seu risco e características económicas não sejam íntima e claramente relacionadas com os do contrato hospedeiro e este não for mensurado ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Estes derivados embutidos são mensurados ao justo valor, com as variações subsequentes reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os derivados são também registados em contas extra-patrimoniais pelo seu valor teórico (valor nocional).

2.4. ACTIVOS E PASSIVOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema "multi-currency", sendo cada operação registada exclusivamente em função das respectivas moedas.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para escudos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As conversões ou os valores em moeda estrangeira, são convertidos para ECV e as diferenças cambiais são reconhecidas em resultados.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são imediatamente registadas na posição cambial.

Sempre que estas operações conduzam a variações dos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial, à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como segue:

A) POSIÇÃO CAMBIAL À VISTA

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e passivos dessa moeda, excluindo a posição cambial à vista coberta por operações a prazo de permuta de divisas e adicionando os montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios indicativos do dia divulgados pelo Banco de Cabo Verde, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional), por contrapartida de custos ou proveitos.

B) POSIÇÃO CAMBIAL A PRAZO

A posição cambial a prazo em cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação e que não estejam a cobrir a posição cambial à vista, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes.

Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro das respectivas moedas para o prazo residual de cada operação. As diferenças entre os contravalores em escudos às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores em escudos às taxas contratadas representam o custo ou o proveito da reavaliação da posição cambial a prazo, sendo registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de contas de custos ou proveitos.

2.5.RECONHECIMENTO DE JUROS

Os resultados decorrentes de juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efectiva, são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam consideradas parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

2.6.RECONHECIMENTO DE RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos em geral, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, da seguinte forma:

(i) Rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;

(ii) Rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos no período a que se referem; e

(iii) Rendimentos de serviços e comissões que são considerados uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados, de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

Os rendimentos de serviços e comissões associados à prestação de serviços na área de "Corporate Finance" são reconhecidos em resultados, na medida em que são prestados por contrapartida da rubrica de Outros activos, independentemente de serem de imediato facturados, ou quando o plano financeiro difere do plano de realização do trabalho e assim dá origem ao registo dos acréscimos de proveitos associados. Os custos inerentes a estes serviços são essencialmente constituídos por custos com o pessoal, que são registados em resultados, na rubrica correspondente, à medida que são incorridos.

2.7.ACTIVOS INTANGÍVEIS

O Banco regista nesta rubrica, essencialmente, custos de aquisição de sistemas informáticos, quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que o custo é incorrido.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição e amortizados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida útil esperada, que em geral corresponde a um período de três (3) anos.

Os custos de manutenção de software são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.8. ACTIVOS TANGÍVEIS

Encontram-se nesta rubrica os activos tangíveis utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua actividade e encontram-se registados ao custo de aquisição, incluindo despesas que lhes são directamente atribuíveis, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

As amortizações dos activos tangíveis e intangíveis, são calculadas segundo o método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, correspondendo ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso:

	Anos de vida útil
Obras em edifícios arrendados	10
Mobiliário e Material	8 -12
Máquinas e Ferramentas	4 - 6
Equipamento Informático	4 - 5
Instalações Interiores	8
Material de Transporte	8
Material de Segurança	10
Outros equipamentos	10
Outros activos intangíveis	3

Os custos subsequentes com activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas de manutenção e reparação são reconhecidos como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Estes activos são sujeitos a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor de balanço excede o seu valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é o maior de entre o valor de mercado do activo deduzido de custos de venda e o seu valor de uso.

2.9.LOCAÇÃO FINANCEIRA

A contabilização de um contrato de locação é efectuada de acordo com o tipo de contrato, isto é, se o Banco assume o papel de locador ou locatário:

Como Locador:

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros.

Como Locatário:

Os activos adquiridos em regime de locação financeira são registados, por igual montante, no activo imobilizado e no passivo, processando-se as respectivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros e encargos suportados são registados como custos financeiros durante o prazo da locação.

2.10. PROVISÕES E IMPARIDADE EM ACTIVOS FINANCEIROS

As provisões são reconhecidas quando:

(i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva;

(ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido; e

(iii) possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

São reconhecidos indícios de imparidade sempre que:

(iv) se verifique incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente nos pagamentos de juros ou capital;

(v) se verifiquem dificuldades financeiras significativas do devedor ou emissor da dívida;

(vi) se verifique existência de elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou emissor da dívida;

(vii) se verifique comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal possa não ser recuperado na totalidade;

(viii) se conheça informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera, e que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado; ou

(ix) se verifique um declínio prolongado e significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

2.11. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

O Banco não tem qualquer responsabilidade por pensões, complementos de reforma ou outros benefícios de longo prazo a atribuir aos seus empregados.

O Banco poderá atribuir remunerações extraordinárias aos empregados, não decorrentes de obrigações contratuais. Estas remunerações são atribuídas por deliberação do Conselho de Administração, numa data não determinada de um dado exercício e são pagas nesse mesmo exercício.

No entanto sempre que se verifiquem determinados pressupostos, designadamente o cumprimento por excesso dos objectivos de negócio previstos para o período, poderá o Conselho de Administração prever nesse período uma dotação para remuneração extraordinária a ser paga aos colaboradores.

2.12. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os activos não correntes, ou grupos de activos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através da venda, e não do seu uso continuado. Para que um activo (ou grupo de activos e passivos) seja classificado nesta rubrica é assegurado o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda é elevada;
- O activo está disponível para venda imediata no seu estado actual a um preço considerado razoável em relação ao seu justo valor corrente;
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nesta rubrica.

Nos casos em que o activo não seja alienado no prazo de um ano, o Banco avalia se continuam a ser cumpridos os requisitos, nomeadamente a venda não ocorreu por razões alheias ao Banco, que o Banco desenvolveu todas acções necessárias para a venda se pudesse concretizar e que o activo continua a ser activamente publicitado e a preços de venda razoáveis face às circunstâncias de mercado.

Os activos registados nesta rubrica são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações de peritos independentes, não sendo sujeitos a amortizações.

2.13. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Esta rubrica inclui a participação do Banco num empreendimento conjunto sobre o qual o Banco detém uma percentagem sobre o empreendimento, correspondente ao montante do investimento realizado e posteriormente ao montante de distribuição de lucros.

Estes activos encontram-se registados pelo custo de aquisição, sendo objecto de análises de imparidade periódicas.

Os resultados distribuídos são registados como proveitos no exercício em que se efectiva a venda das várias parcelas do empreendimento.

2.14. IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

O Banco está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto Único sobre Rendimento (Decreto-Lei nº1/96, de 15 de Janeiro).

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base na matéria colectável apurada de acordo com as regras fiscais em vigor.

O Banco regista impostos diferidos decorrentes (i) das diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, para efeitos de tributação em sede de IUR, e (ii) dos prejuízos fiscais apurados a utilizar em exercícios futuros. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças e os prejuízos fiscais a utilizar futuramente.

Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

A taxa utilizada no cálculo do imposto diferido é a aplicável para o exercício de 2012, sendo esta de 25%.

Os prejuízos fiscais apurados num exercício são deduzidos aos lucros tributáveis, de um ou mais dos três exercícios seguintes.

2.15. VALORES RECEBIDOS EM DEPÓSITO

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos que compõem carteiras de clientes, encontram-se registados pelo seu valor de mercado e caso não exista, ao valor nominal.

2.16. CAPITAL

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.
Todos os custos directamente atribuíveis à emissão de capital são registados por contrapartida da rubrica de capital como uma dedução ao valor da emissão.
As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

2.17. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como "Caixa e seus equivalentes" as disponibilidades em caixa, as disponibilidades em bancos centrais, bem como as disponibilidades em instituições de crédito.

2.18. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Na elaboração das demonstrações financeiras o Banco efectuou estimativas e utilizou pressupostos que afectam as quantias relatadas dos activos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos factores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

A) PERDAS POR IMPARIDADE NO CRÉDITO A CLIENTES

O Banco aprecia a sua carteira de crédito no sentido de apurar sobre a necessidade de registar perdas por imparidade. Esta avaliação é efectuada pelo Banco com base no conhecimento específico da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações de crédito.

B) JUSTO VALOR DE ACTIVOS FINANCEIROS NÃO COTADOS OU COTADOS EM MERCADO NÃO ACTIVO

O justo valor destes activos foi determinado com base em métodos de avaliação e teorias financeiras, cujos resultados dependem dos pressupostos utilizados.

NOTA 3 - GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Políticas de Gestão de Riscos Financeiros

O Banco encontra-se exposto a diversos tipos de riscos financeiros: risco de crédito, risco de mercado, risco cambial, risco de taxa de juro e risco de liquidez.

O processo de gestão dos riscos do Banco respeita a devida segregação de funções e a complementaridade da actuação de cada uma das áreas envolvidas.

Os riscos da actividade do Banco, nomeadamente os riscos de crédito, de taxa de juro, de câmbio, de liquidez, operacional e de compliance, são analisados e controlados pelo Conselho de Administração do Banco tendo em conta a estratégia geral do Banco e a sua posição no mercado. Complementarmente, existe um conjunto de procedimentos de controlo instituídos que garante um nível de risco adequado.

A verificação pelo órgão responsável da realização dos objectivos e orientações estabelecidos, é garantida pela existência de um sistema de "reporting" de periodicidade variável em função da natureza dos riscos, que permite aferir com rigor e tempestividade da evolução das principais variáveis de negócio e conferir capacidade de gestão pró-activa.

3.1. RISCO DE CRÉDITO

O Banco assume exposições de risco de crédito, que se traduzem na possibilidade de perda de valor do activo do Banco, em consequência do incumprimento das obrigações contratuais, por motivos de insolvência ou incapacidade da contraparte em assegurar os seus compromissos para com o Banco.

A actividade comercial do Banco, relativamente à concessão de crédito situa-se na sua totalidade no espaço nacional, do que resulta a inexistência de activos sujeitos a risco país; por outro lado a maior parte das operações de médio e longo prazo encontram-se colateralizadas por garantias reais.

O processo de controlo do risco de crédito, passa pela análise rigorosa que incide sobre cada uma das propostas de créditos presentes ao Órgão competente para sua aprovação. Estão estabelecidos nos manuais de controlo interno do Banco quais os requisitos para que o crédito seja aprovado. Após a aprovação, a performance do crédito é monitorizada regularmente permitindo a antecipação de eventuais dificuldades de cumprimento e a identificação imediata de incumprimentos. Este acompanhamento e o diálogo que, nessas circunstâncias é estabelecido com os mutuários em questão, têm permitido na generalidade dos casos, não só a cabal regularização das moras incorridas, mas ainda o atento acompanhamento das condições em que os mesmos se encontram a operar, prevenindo e antecipando as consequências da sua eventual deterioração.

O Banco estrutura os níveis de risco de crédito que assume através de limites estabelecidos de montantes de risco aceitável em relação ao mutuário ou grupo de mutuários, designadamente para montantes que possam vir a configurar-se como grandes riscos.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro pode ser resumida conforme apresentado nos quadros abaixo:

INSTRUMENTOS FINANCEIROS	31-Dez-13		
	Valor Contabilístico	Provisões e Imparidade	Valor Contabilístico Líquido
Patrimoniais			
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	681.149.177		681.149.177
Disponibilidades em OIC's	49.857.839		49.857.839
Aplicações em IC	2.021.926.509		2.021.926.509
Créditos a Clientes	5.137.753.238	269.122.925	4.868.630.313
Activos Financeiros Detidos para Negociação	2.785.200.140		2.785.200.140
Investimentos detidos até à maturidade	189.106.373		189.106.373
Activos Financeiros disponíveis para venda	1.143.510		1.143.510
Outros activos	198.057.386	16.187.079	181.870.307
Total Patrimoniais	**11.064.194.172**	**285.310.004**	**10.778.884.168**
Extra-Patrimoniais			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	345.144.634		345.144.634
Créditos documentários abertos	189.330.495		189.330.495
Compromissos Perante Terceiros (Revogáveis)	264.440.287		264.440.287
Total Extra-Patrimoniais	**798.915.416**		**798.915.416**
Total	**11.863.109.588**	**285.310.004**	**11.577.799.584**

INSTRUMENTOS FINANCEIROS	31-Dez-12		
	Valor Contabilístico	Provisões e Imparidade	Valor Contabilístico Líquido
Patrimoniais			
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	479.936.206		479.936.206
Disponibilidades em OIC's	363.560.546		363.560.546
Aplicações em IC	558.131.826		558.131.826
Créditos a Clientes	3.993.723.500	126.733.542	3.866.989.958
Activos Financeiros Detidos para Negociação	1.831.072.299		1.831.072.299
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	502.044.855		502.044.855
Activos Financeiros disponíveis para venda	1.143.510		1.143.510
Outros activos	232.068.801		232.068.801
Total Patrimoniais	**7.961.681.543**	**126.733.542**	**7.834.948.001**
Extra-Patrimoniais			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	253.450.693		253.450.693
Créditos documentários abertos	43.702.012		43.702.012
Compromissos Perante Terceiros (Revogáveis)	321.326.716		321.326.716
Total Extra-Patrimoniais	**618.479.422**		**618.479.422**
Total	**8.580.160.965**	**126.733.542**	**8.453.427.423**

Os quadros anteriores representam o pior cenário (*worst case scenario*) a nível de exposição do Banco a risco de crédito de clientes em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, pois não foram tidas em consideração as garantias detidas ou outras melhorias de crédito.

No que se refere à mensuração do risco de crédito, o Banco avalia regularmente a existência de evidência de situações de risco no âmbito do reporte para o Banco de Cabo Verde.

Neste contexto a metodologia e os pressupostos utilizados no cálculo da imparidade são apreciados pela Comissão Executiva.

Tendo em consideração a dimensão da carteira de crédito, a metodologia utilizada na mensuração do respectivo risco assenta em larga medida na análise individual das operações vivas e vencidas em cada data de apreciação.

Para os activos em balanço, a exposição definida é baseada no montante escriturado como reportado na face do Balanço.

O Banco não se encontra exposto ao risco país na sua carteira de crédito, pois a totalidade dos clientes de crédito são residentes em Cabo Verde.

Em 31 de Dezembro de 2013, o número de operações de crédito com prestações de capital vencidos era de 72 (45 em 31 de Dezembro de 2012).

O saldo das operações de crédito que registam incumprimento nos prazos indicados a 31 de Dezembro de 2013 é o seguinte:

	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	a mais de 360 dias	Total
Empresas	**5.719.908**	**66.109.929**	**67.002.537**	**9.799.345**	**87.188.467**	**385.190.332**	**621.010.517**
Conta Corrente Caucionada		500.000				33.550.000	34.050.000
Crédito automóvel	3.173.652	135.964	351.349				3.660.965
Crédito à Construção						3.676.800	3.676.800
Crédito Turismo e a Restauração						420.664	420.664
Crédito Médio e Longo Prazo	2.546.256	50.197.584	66.651.188	9.799.345	83.508.743	347.542.868	560.245.984
Crédito Habitação					3.679.724		3.679.724
Crédito Hipotecário		15.276.381					15.276.381
Particulares	**2.111.527**	**493.871**	**174.026**	**50.456.258**	**1.187.106**	**10.055.921**	**64.478.708**
Crédito Automóvel	488.289					515.744	1.004.033
Conta Corrente Caucionada						4.300.000	4.300.000
Crédito Pessoal	939.636			1.432.073	117.199	4.941.491	7.430.399
Conta Salário +	683.602	493.871	174.026	537.394	1.069.907	298.686	3.257.486
Crédito Habitação				48.486.791			48.486.791
Total	**7.831.436**	**66.603.800**	**67.176.563**	**60.255.603**	**88.375.572**	**395.246.252**	**685.489.225**

Os créditos concedidos a clientes cujos termos tenham sido renegociados, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos. Os procedimentos de reestruturação incluem: alargamento das condições de pagamento, planos de gestão aprovados, alteração e diferimento dos pagamentos. As práticas e políticas de reestruturação são baseadas em critérios que, do ponto de vista da gestão do Banco, indiciam que os pagamentos têm elevada probabilidade de continuar a ocorrer. Estas políticas são mantidas em constante revisão.

A 31 de Dezembro de 2013 a carteira do Banco apresentava 16 operações reestruturadas, as quais totalizavam 326.681.985 escudos cabo-verdianos (22 operações reestruturados a 31 de Dezembro de 2012, no montante de 1.256.840.721 escudos cabo-verdianos).

A análise dos créditos reestruturados por sector é a seguinte:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Empresas	**301.285.247**	**1.235.021.212**
Conta Corrente Caucionada	47.640.598	24.484.426
Crédito Médio e Longo Prazo	251.839.649	1.027.260.988
Crédito a Construção		183.275.798
Crédito Automóvel	1.805.000	
Particulares	**25.396.737**	**12.369.509**
Crédito Pessoal		3.323.036
Crédito Salário -	148.000	216.751
Crédito Habitação	25.248.737	8.829.722
Empregados	**0**	**9.450.000**
Crédito Salário -		950.000
Crédito Habitação		8.500.000
Total	**326.681.985**	**1.256.840.721**

Qualidade do crédito não vencido e sem imparidade

O quadro abaixo foi elaborado com base nos seguintes pressupostos:

i) Considerou-se como sinal de incumprimento o facto do cliente apresentar "sinais de imparidade";

ii) Considerou-se o saldo vencido e vincendo das operações que registam incumprimento nos prazos nas datas de referência;

	31-Dez-13		31-Dez-12	
	Clientes sem incumprimento	Clientes com incumprimento	Clientes sem incumprimento	Clientes com incumprimento
Empresas	**3.127.179.700**	**691.075.914**	**2.954.021.411**	**504.069.094**
Descoberto em depósitos à ordem	21.816.859	16.180.175	35.114.669	19.556.527
Crédito Automóvel	22.513.675	3.660.965	20.938.745	4.069.164
Crédito ao Turismo e Restauração		420.664		420.664
Conta Corrente Caucionada	624.108.240	34.050.000	279.056.014	36.050.000
Crédito à Construcão	77.035.443	3.676.800	274.529.018	3.676.800
Crédito Modernização e Expansão	12.993.507		24.734.912	
Crédito Hipotecário	2.984.280	28.862.403	19.372.121	14.720.439
Crédito Médio e Longo Prazo	2.365.727.695	600.545.184	2.296.384.721	425.575.501
Credito Habitação		3.679.724	3.891.211	
Particulares	**475.897.838**	**67.703.030**	**373.356.450**	**44.567.002**
Descoberto em depósitos à ordem	6.529.330	1.264.473	164.515	3.292.193
Conta Corrente Caucionada		4.300.000		4.300.000
Crédito Automóvel	36.568.008	515.744	33.862.120	3.006.653
Crédito Habitação	263.381.013	51.415.755	216.227.108	24.183.009
Crédito Construção	15.101.670		9.363.570	
Crédito Hipotecário	16.189.378		14.000.000	
Crédito Medio e Longo Prazo	36.770.224		31.344.906	
Crédito Pessoal	71.686.091	7.633.174	41.647.822	5.956.001
Crédito Salário Funcionário	952.548		575.806	
Crédito Salário -	28.719.576	2.573.884	26.170.603	3.829.146
Empregados	**138.047.307**	**0**	**116.269.571**	**786.987**
Descoberto em depósitos à ordem	148.445		336	
Crédito Automóvel	3.585.167		7.359.528	
Crédito Habitação	116.066.056		89.990.221	
Crédito Pessoal	621.464		953.609	
Crédito Salário Funcionário	17.395.059		17.580.495	786.987
Crédito Salário -	231.116		385.383	
Total	**3.741.124.845**	**758.778.944**	**3.443.647.432**	**549.423.083**

Créditos individualmente considerados em imparidade

A divisão do montante bruto de créditos a clientes individualmente considerados em imparidade é o seguinte:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Empresas	**1.819.337.424**	**913.108.484**
Conta Corrente Caucionada	180.905.891	116.218.750
Crédito à Construção	3.676.800	18.900.602
Crédito Automóvel	3.173.652	12.460.628
Crédito Habitação	3.679.724	3.891.211
Crédito Modernização e Expansão	0	24.734.912
Descoberto Autorizado	13.886.502	12.231.630
Crédito Hipotecário	15.276.381	0
Crédito Médio e longo prazo	1.598.317.811	724.250.087
Crédito ao Turismo e Restauração	420.664	420.664
Particulares	**72.687.580**	**153.683.481**
Conta Corrente Caucionada	4.300.000	4.300.000
Crédito Automóvel	515.744	15.357.029
Crédito Habitação	60.506.791	96.752.447
Crédito Pessoal	4.103.842	7.808.506
Crédito Salário	2.408.852	11.516.649
Descoberto Autorizado	852.351	2.699.101
Crédito Médio e longo prazo	0	15.249.749
Total	**1.892.025.004**	**1.066.791.965**

3.2. RISCO DE MERCADO

O risco de mercado surge na medida em que o Banco pode estar sujeito à possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, provocados por flutuações em cotações de acções, preços de mercadorias, taxas de juro, taxas de câmbio.

O risco de mercado está associado, principalmente, à deteção de posições de curto prazo em títulos de dívida e de capital em moedas, mercadorias ou derivados.

O risco de mercado inerente à carteira de negociação e de valores mobiliários detida pelo BAICV é objecto de definição de limites pelo Órgão do Banco (Comité de Investimento) competente para o efeito (por classes de activos, qualidade de risco das entidades emitentes de dívida, mercados/regiões geográficas susceptíveis de investimento, níveis de stop loss na carteira de negociação, etc.), bem como a rendibilidade esperada em cada caso, procedendo aquele mesmo Órgão à periódica avaliação de desempenho e revisão das orientações de investimento em função da avaliação das tendências de mercado.

	31-Dez-13	31-Dez-12
Títulos		
Instrumentos de dívida		
De dívida pública caboverdiana	2.975.200.140	2.106.790.590
De outros residentes	632.889.067	726.326.565
Total	**3.608.089.207**	**2.833.117.155**

3.3. RISCO CAMBIAL

O risco de câmbio consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos da taxa de câmbio.

Este risco tem por base alterações no preço de Instrumentos que correspondam a posições abertas em moeda estrangeira (risco de transacção); alterações no valor contabilístico pela conversão para a moeda de escrituração das posições abertas em moeda estrangeira (risco de conversão); e alteração da posição competitiva do Banco devido a variações significativas das taxas de câmbio (risco económico de taxa de câmbio).

Os impactos negativos emergentes de flutuações de taxa de câmbio de curto prazo (risco de transacção) decorrem, normalmente, da actividade de negociação da instituição, incluindo "market making" e tomada e posições em moeda externa, pelo que a sua avaliação se encontra abrangida pelos tópicos do Risco de Mercado.

O contravalor, em escudos cabo-verdianos, dos elementos à vista do activo e do passivo expressos em moeda estrangeira, à data de 31 de Dezembro de 2013 e 2012, decompõem-se como segue:

31-Dez-13

	EUR	USD	GBP	CHF	SEK	XOF	JPY	CAD	NOK	DKK	TOTAL
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	94.660.849	25.305.116	237.299	490.207	6.175	0	0	6.722	19.631	0	120.725.998
Disponibilidades em CIC's no Exterior	19.722.920	6.725.117	363.460	2.020.162	16.920	0	19.389	0	0	0	28.867.967
Aplicações em CIC's	0	864.012.000	0	0	0	0	0	0	0	0	864.012.000
Total Activo	**114.383.768**	**896.042.233**	**600.758**	**2.510.369**	**23.095**	**0**	**19.389**	**6.722**	**19.631**	**0**	**1.013.605.964**
Recursos de CIC's	4.917.614.501	10.847.797	0	0	0	0	0	0	0	0	4.928.462.299
Recursos de Clientes	95.558.901	881.218.544	29.296	0	0	0	0	0	0	0	976.806.741
Outros passivos	8.220.359	2.859.203	0	0	0	0	0	0	0	0	11.079.562
Total Passivo	**5.021.393.762**	**894.925.544**	**29.296**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**5.916.348.601**
Exposição líquida	**-4.907.009.993**	**1.116.689**	**571.462**	**2.510.369**	**23.095**	**0**	**19.389**	**6.722**	**19.631**	**0**	**-4.902.742.637**

31-Dez-12

	EUR	USD	GBP	CHF	SEK	XOF	JPY	CAD	NOK	DKK	TOTAL
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	40.847.669	17.559.176	301.248	543.020	2.556	682.150	0	1.676	49.333	124.156	60.110.983
Disponibilidades em CIC's no Exterior	243.593.316	107.937.667	465.700	1.896.646	17.510	0	24.693	0	0	0	353.935.532
Outros activos											0
Total Activo	**284.440.986**	**125.496.844**	**766.948**	**2.439.666**	**20.066**	**682.150**	**24.693**	**1.676**	**49.333**	**124.156**	**414.046.516**
Recursos de CIC's	4.557.299.878	1.537.958	0	0	0	0	0	0	0	0	4.558.837.836
Recursos de Clientes	43.716.167	91.837.731	10.581	0	0	0	0	0	0	0	135.564.479
Outros passivos	8.213.633	2.969.149	0	0	0	0	0	0	0	0	11.182.782
Total Passivo	**4.609.229.679**	**96.344.837**	**10.581**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**4.705.585.097**
Exposição líquida	**-4.324.788.693**	**29.152.006**	**756.367**	**2.439.666**	**20.066**	**682.150**	**24.693**	**1.676**	**49.333**	**124.156**	**-4.291.538.581**

Como decorre da análise destes quadros, o risco cambial do Banco relativamente a moedas diferentes daquela que é a base da sua actividade (escudos cabo-verdianos) é praticamente irrelevante à data de 31 de Dezembro de 2013, se tivermos em consideração que o câmbio do Euro face ao ECV tem paridade fixa.

3.4. RISCO DE TAXA DE JURO

O risco de taxa de juro decorre da possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de juro, por via de desfasamentos de maturidade ou de prazos de refixação de taxas de juros, da ausência de correlação perfeita entre as taxas recebidas e as taxas pagas nos diferentes instrumentos, ou da existência de opções embutidas em instrumentos financeiros do balanço ou elementos extra-patrimioniais.

O quadro abaixo apresenta a sensibilidade do Banco ao risco de taxa de juro em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, sendo que os prazos apresentados correspondem ao prazo residual que decorre até à próxima actualização ou vencimento de taxa de juro contratada para cada uma das aplicações:

	31-Dez-13								
Instrumentos Financeiros	**Até 1 Mês**	**1 a 3 Meses**	**3 a 6 Meses**	**6 a 12 Meses**	**1 a 2 Anos**	**2 a 5 Anos**	**+5 Anos**	**Insensível**	**Total**
Caixa e Disponiblidades em Bancos Centrais									0
Disponibilidades em Outras IC									0
Aplicações em IC	1.962.010.800	60.000.000						-84.291	2.021.926.509
Crédito a clientes	133.499.610	477.782.010	330.377.644	144.185.049	394.603.632	730.434.688	2.236.420.997	421.326.683	4.868.630.313
Activos Financeiros Detidos para Negociação			32.620.000		1.063.000.000	1.285.000.000	309.613.000	94.967.140	2.785.200.140
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados									0
Activos Financeiros disponíveis para venda								1.143.510	1.143.510
Investimentos detidos até maturidade			190.000.000					-893.627	189.106.373
Total Activos	2.095.510.410	537.782.010	552.997.644	144.185.049	1.457.603.632	2.015.434.688	2.546.033.997	516.459.414	9.866.006.844
									0
Recursos de Instituições Financeiras	330.795.000	1.047.517.500	2.220.911.872	1.117.482.296				302.985.599	5.019.692.268
Recursos de Clientes	92.844.281	1.021.759.044	392.365.435	270.636.828	162.832.411	187.980.523		2.157.085.831	4.285.504.353
Outros passivos subordinados						1.000.000.000		659.146	1.000.659.146
Total Passivos	423.639.281	2.069.276.544	2.613.277.307	1.388.119.124	162.832.411	1.187.980.523	0	2.460.730.577	10.305.855.767
Gap de taxa de juro	1.671.871.129	-1.531.494.534	-2.060.279.663	-1.243.934.075	1.294.771.221	827.454.165	2.546.033.997		
Gap de taxa de juro acumulado	1.671.871.129	140.376.595	-1.919.903.068	-3.163.837.143	-1.869.065.922	-1.041.611.757	1.504.422.240		

Nos prazos 1 a 3 meses, 3 a 6 meses e 6 a 12 meses, o BAICV registou um Gap de taxa de juro negativo, ou seja, o banco possui Activos sensíveis a taxa de juro em montante inferior aos Passivos Sensíveis. Este facto significa que o banco está sujeito a perdas em termos de margem financeira, se houver subida nas taxas de juro, e ganhos de margem financeira se as taxas de juro caírem.

Nos prazos até 1 mês, 1 a 2 anos e 2 a 5 anos e +5 anos, o banco registou Gaps de taxa de juro positivos, ou seja, os Activos Sensíveis foram superiores aos Passivos Sensíveis a taxa de juro.

	31-Dez-12								
Instrumentos Financeiros	**Até 1 Mês**	**1 a 3 Meses**	**3 a 6 Meses**	**6 a 12 Meses**	**1 a 2 Anos**	**2 a 5 Anos**	**+5 Anos**	**Insensível**	**Total**
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais								479.936.206	479.936.206
Disponibilidades em Outras IC								363.560.546	363.560.546
Aplicações em IC	559.000.000	0	0	0	0	0	0	-868.174	558.131.826
Crédito a clientes	58.199.563	57.294.595	114.218.132	112.511.341	405.474.623	836.758.598	1.976.345.009	306.188.097	3.866.989.958
Activos Financeiros Detidos para Negociação	50.579.086	0	0	30.000.000	59.153.577	1.620.829.674	30.000.000	40.509.962	1.831.072.299
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	0	469.617.413	0	0	0	0	0	32.427.443	502.044.855
Activos Financeiros disponíveis para venda								1.143.510	1.143.510
Investimentos detidos até maturidade	0	0	200.000.000	300.000.000	0	0	0	-15.148.335	484.851.665
Total Activos	667.778.649	526.912.008	314.218.132	442.511.341	464.628.200	2.457.588.272	2.006.345.009	1.207.749.256	8.087.730.866
									0
Recursos de Instituições Financeiras	220.530.000	275.662.500	2.579.769.999	367.680.288	0	0	0	1.137.580.466	4.581.223.253
Recursos de Clientes	164.431.423	129.418.239	389.443.952	224.833.422	45.812.231	74.192.902	0	1.387.296.825	2.415.428.993
Outros passivos subordinados	0	0	0	0	0	1.000.000.000	0	168.807	1.000.168.807
Total Passivos	384.961.423	405.080.739	2.969.213.952	592.513.710	45.812.231	1.074.192.902	0	2.525.046.098	7.996.821.053
Gap de taxa de juro	282.817.227	121.831.269	-2.654.995.820	-150.002.369	418.815.969	1.383.395.370	2.006.345.009		
Gap de taxa de juro acumulado	282.817.227	404.648.496	-2.250.347.325	-2.400.349.693	-1.981.533.724	-598.138.354	1.408.206.655		

A 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o Banco tinha a maioria dos seus activos e passivos indexadas a taxas fixas, pelo que a exposição ao risco de taxa de juros pelo efeito da exposição a taxas variáveis é pouco significativo.

3.5. RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez decorre da possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da incapacidade da instituição dispor de fundos líquidos para cumprir com as suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem.

A política de controlo de risco de liquidez está subordinada à estratégia geral do Banco e tem como objectivo o financiamento adequado dos seus activos e do crescimento orçamentado dos mesmos e a determinação regular do seu gap de liquidez.

No que diz respeito à análise do risco de liquidez, para além das obrigações a que está sujeito para com o Banco de Cabo Verde, o Banco ainda recorre ao conceito de gap de liquidez, isto é, a partir do balanço do Banco, conjugando-o com os vencimentos das operações activas e passivas, obtém-se uma posição desagregada (positiva ou negativa) segundo os prazos residuais de vencimento das operações.

O quadro seguinte apresenta os prazos contratuais residuais relativos aos activos e passivos financeiros pelos respectivos intervalos de maturidade relevantes, no final do mês de Dezembro de 2013 e 2012. Os montantes apresentados são fluxos de caixa contratuais não descontados:

	31-Dez-13						
Instrumentos Financeiros	**À vista**	**Até 3 meses**	**De 3 a 12 meses**	**De 1 a 5 anos**	**+5 Anos**	**Prazo indeterm.**	**Total**
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	681.149.177						681.149.177
Disponibilidades em OIC's no país	20.989.872						20.989.872
Disponibilidades em OIC's no estrangeiro	28.867.967						28.867.967
Aplicações em IC		2.022.010.800				-84.291	2.021.926.509
Crédito a clientes		611.281.620	474.562.693	1.125.038.320	2.236.420.997	421.326.683	4.868.630.313
Activos Financeiros Detidos para Negociação			32.620.000	2.348.000.000	309.613.000	94.967.140	2.785.200.140
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados							0
Activos Financeiros disponíveis para venda						1.143.510	1.143.510
Investimentos detidos até a maturidade			189.106.373				189.106.373
Activos não correntes detidos para venda				168.508.571			168.508.571
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				147.351.831			147.351.831
Outros Activos						187.585.008	187.585.008
Total Activos	731.007.016	2.633.292.420	696.289.066	3.788.898.722	2.546.033.997	704.938.049	11.100.459.270
Recursos de Instituições Financeiras	604.532.787	1.047.517.500	3.338.394.169			29.247.812	5.019.692.268
Recursos de Clientes	2.158.212.385	1.090.413.062	663.002.262	350.812.934		23.063.710	4.285.504.353
Outros passivos subordinados				1.000.659.146			1.000.659.146
Outros Passivos		73.116.290				14.164.140	87.280.430
Total Passivos	2.762.745.172	2.211.046.852	4.001.396.431	1.351.472.081		66.475.662	10.393.136.198
Gap de Liquidez	-2.031.738.156	422.245.568	-3.305.107.365	2.437.426.642	2.546.033.997	638.462.387	707.323.072
Gap de Liquidez acumulado	-2.031.738.156	-1.609.492.588	-4.914.599.953	-2.477.173.311	68.860.686	707.323.072	

Apesar do GAP negativo, existe a expectativa e tendo por base o comportamento histórico, da renovação de uma parte significativa dos passivos.

	31-Dez-12						
Instrumentos Financeiros	**À vista**	**Até 3 meses**	**De 3 a 12 meses**	**De 1 a 5 anos**	**+5 Anos**	**Prazo indeterm.**	**Total**
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	479.936.206						479.936.206
Disponibilidades em OIC's no país	9.625.014						9.625.014
Disponibilidades em OIC's no estrangeiro	353.935.532						353.935.532
Aplicações em IC		558.131.826					558.131.826
Crédito a clientes		115.494.159	226.729.473	1.242.233.220	1.976.345.009	306.188.097	3.866.989.958
Activos Financeiros Detidos para Negociação			30.000.000	1.735.901.709	30.000.000	35.170.590	1.831.072.299
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados			0	349.015.440	153.029.415		502.044.855
Activos Financeiros disponíveis para venda						1.143.510	1.143.510
Investimentos detidos até a maturidade			484.851.665				484.851.665
Activos não correntes detidos para venda				33.172.000			33.172.000
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				180.096.683			180.096.683
Outros Activos						232.782.529	232.782.529
Total Activos	843.496.752	673.625.985	741.581.138	3.540.419.053	2.159.374.424	575.284.727	8.533.782.078
Recursos de Instituições Financeiras	1.111.334.403	496.192.500	2.947.450.287			26.246.063	4.581.223.253
Recursos de Clientes	1.371.229.909	293.849.661	614.277.374	120.005.133		16.066.916	2.415.428.993
Outros passivos subordinados				1.000.168.807			1.000.168.807
Outros Passivos		92.197.287				15.716.000	107.913.287
Total Passivos	2.482.564.312	882.239.448	3.561.727.662	1.120.173.940		58.028.978	8.104.734.341
Gap de Liquidez	-1.639.067.560	-208.613.463	-2.820.146.524	2.420.245.112	2.159.374.424	517.255.748	429.047.738
Gap de Liquidez acumulado	-1.639.067.560	-1.847.681.023	-4.667.827.547	-2.247.582.435	-88.208.010	429.047.738	

3.6. GESTÃO DE CAPITAL

O Banco gere o seu capital de forma rigorosa, de forma a optimizar a sua alocação e garantir o cumprimento das normas prudenciais (Avisos nº 3/2007 e 4/2007 do Banco de Cabo Verde).

Conforme evidenciado no quadro abaixo, o Banco apresenta, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, um nível de solvabilidade acima do valor mínimo (10%) fixado pelo Banco de Cabo Verde.

	31-Dez-13	31-Dez-12
Fundos próprios de base elegíveis	1.002.214.227	763.685.055
Fundos próprios complementares	501.114.229	381.849.644
Fundos próprios antes das deduções	**1.503.328.456**	**1.145.534.699**
Parte que excede o limite concentração risco	21.235.722	506.816.592
Insuficiência de liquidez	0	0
Fundos Próprios	**1.482.092.734**	**638.718.107**
Total dos activos ponderados	**6.764.225.751**	**5.969.619.217**
Rácio de solvabilidade	**21,91%**	**10,70%**

NOTA 4 - JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor, sempre que possível, é estimado, utilizando cotações em mercados activos.

Nas rubricas em que não é contabilisticamente registado alteração do justo valor, tal facto é justificado pela aproximação razoável ao justo valor da quantia escriturada, tendo por comparação taxas aplicáveis a estes activos à data de referência das demonstrações financeiras para os mesmos prazos.

Tendo em conta a maturidade das operações e o tipo de taxa de juro, o Banco considera não significativa a diferença entre o justo valor e o valor por que se encontram registadas, atendendo a que as taxas aplicáveis a estes activos e passivos são taxas de mercado:

- ✓ Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais:
  - são constituídas por notas e moedas e depósitos à ordem, e atendendo-se ao curto prazo destes activos o justo valor é idêntico ao valor por que se encontram registados.
- ✓ Disponibilidades em outras instituições de crédito:
  - são constituídas por depósitos à ordem, sendo activos de muito curto prazo e as taxas aplicáveis consideradas taxas de mercado, pelo que o justo valor é idêntico ao valor de registo contabilístico.
- ✓ Aplicações em instituições de crédito:
  - tendo por base os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.
- ✓ Crédito a clientes:

- o justo valor é idêntico ao valor contabilístico, considerando que as taxas aplicáveis são de acordo com o nosso preçário e uma média das taxas de mercado (taxa directora do banco central, acrescida de um spread), com excepção de créditos aos colaboradores cujas taxas são bonificadas. Esse justo valor do crédito, é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros, de acordo com o vencimento nas datas contratualmente definidas.

✓ Recursos de clientes:

- o justo valor é idêntico ao valor por que se encontram registados de acordo com as instruções do cliente, considerando que as taxas aplicáveis estão conforme o nosso preçário, preparado com base na estratégia comercial definida pelo Banco e nas taxas de mercado.

✓ Investimentos detidos até à maturidade:

- tendo por base os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

NOTA 5 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os instrumentos financeiros do Banco decompõem-se conforme segue:

	31-Dez-13					
	Activos Financeiros detidos p/ negociação	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	Empréstimos e contas a receber	Activos disponíveis para venda	Outros Activos não financeiros	Total
Activo						
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais			681.149.177			681.149.177
Disponibilidades em OIC's no país			20.989.872			20.989.872
Disponibilidades em OIC's no estrangeiro			28.867.967			28.867.967
Aplicações em IC			2.021.926.509			2.021.926.509
Crédito a clientes			4.868.630.313			4.868.630.313
Activos Financeiros Detidos para Negociação	2.785.200.140					2.785.200.140
Investimentos detidos até à maturidade			189.106.373			189.106.373
Activos Financeiros disponiveis para venda				1.143.510		1.143.510
Outros Activos			198.057.386		5.714.701	203.772.087
Total	**2.785.200.140**	**0**	**8.008.727.597**	**1.143.510**	**5.714.701**	**10.800.785.948**

	31-Dez-13		
	Outros passivos financeiros	Outros Passivos não financeiros	Total
Passivo			
Recursos de Instituições Financeiras	5.019.692.268		5.019.692.268
Recursos de clientes e outros empréstimos	4.285.504.353		4.285.504.353
Outros passivos subordinados	1.000.659.146		1.000.659.146
Outros Passivos	87.280.430		87.280.430
Total	**10.393.136.197**	**0**	**10.393.136.197**

	31-Dez-12					
	Activos Financeiros detidos p/ negociação	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	Empréstimos e contas a receber	Activos disponíveis para venda	Outros Activos não financeiros	Total
Activo						
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais			479.936.206			479.936.206
Disponibilidades em OIC's no país			9.625.014			9.625.014
Disponibilidades em OIC's no estrangeiro			353.935.532			353.935.532
Aplicações em IC			558.131.826			558.131.826
Crédito a clientes			3.866.989.958			3.866.989.958
Activos Financeiros Detidos para Negociação	1.831.072.299					1.831.072.299
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		502.044.855				502.044.855
Activos Financeiros disponiveis para venda				1.143.510		1.143.510
Outros Activos			232.068.801		713.728	232.782.529
Total	**1.831.072.299**	**502.044.855**	**5.500.687.337**	**1.143.510**	**713.728**	**7.835.661.729**

	31-Dez-12		
	Outros passivos financeiros	Outros Passivos não financeiros	Total
Passivo			
Recursos de Instituições Financeiras	4.581.223.253		4.581.223.253
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.415.428.993		2.415.428.993
Outros passivos subordinados	1.000.168.807		1.000.168.807
Outros Passivos	107.913.287		107.913.287
Total	**8.104.734.340**	**0**	**8.104.734.340**

NOTA 6 – CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

	31-Dez-13	31-Dez-12
Caixa	205.622.707	145.295.762
Notas e moedas nacionais	84.896.710	85.184.779
Notas e moedas estrangeiras	120.725.997	60.110.983
Depósitos à ordem no Banco Central	475.526.470	334.640.444
Total	**681.149.177**	**479.936.206**

O saldo da rubrica Depósitos no Banco Central é constituído por depósitos à ordem em moeda nacional que visam satisfazer as exigências de reservas mínimas de caixa obrigatórias do Banco de Cabo Verde. Estes depósitos não são remunerados.

NOTA 7 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

	31-Dez-13	31-Dez-12
Disponibilidades em Instituições de Crédito no País	**20.989.872**	**9.625.014**
Depósito à ordem em OIC	0	0
Cheques a cobrar	20.989.872	9.625.014
Disponibilidades sobre outras Instituições de Crédito no estrangeiro	**28.867.967**	**353.935.532**
Depósitos à ordem, em outras instituições de credito	5.872.969	2.520.104
Cheques a cobrar, em outras instituições de credito	2.785.612	2.219.104
Depósitos à ordem, em sede e sucursais da própria instituição	20.209.386	349.196.324
Total Disponibilidades	**49.857.839**	**363.560.546**

As disponibilidades sobre outras IC no estrangeiro, representa basicamente os depósitos junto dos nossos correspondentes, a fim de satisfazer as operações relacionadas com transferências, trade finance, cartas de crédito e remessas documentárias.

NOTA 8 – ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica Activos financeiros detidos para negociação apresentava os seguintes valores:

	31-Dez-13		31-Dez-12	
Títulos	**Capital**	**Juros**	**Capital**	**Juros**
Instrumentos de dívida				
De dívida pública caboverdiana	2.747.988.527	37.211.613	1.588.274.641	18.515.949
De outros residentes	0	0	218.942.337	5.339.372
Total	**2.747.988.527**	**37.211.613**	**1.807.216.978**	**23.855.321**

A carteira de activos financeiros detidos para negociação a 31 de Dezembro de 2013 e 2012, é decomposta conforme se segue:

							31-Dez-13
	Qt.	**Valor Nominal**	**Valor de Aquisição**	**Juros corridos**	**Justo Valor**	**Ajustamentos**	**%**
Títulos de Dívida Pública							
Obrigações do Tesouro	547.675	2.690.233.000	2.690.233.000	37.211.613	2.747.988.527	57.755.527	87%
Total	**547.675**	**2.690.233.000**	**2.690.233.000**	**37.211.613**	**2.747.988.527**	**57.755.527**	**100%**

31-Dez-12							
	Qt.	Valor Nominal	Valor de Aquisição	Juros corridos	Justo Valor	Ajustamentos	%
Títulos de Dívida Pública							
Obrigações do Tesouro	157.162	1.571.620.000	1.571.620.000	18.515.949	1.588.274.641	16.654.641	87%
Sub-Total	**157.162**	**1.571.620.000**	**1.571.620.000**	**18.515.949**	**1.588.274.641**	**16.654.641**	**87%**
Títulos Corporativos							
IFH	49.959	49.959.000	49.959.000	1.517.852	50.579.086	620.086	3%
Tecnicil Indústria	15.872	15.872.000	15.872.000	224.853	15.533.577	-338.423	1%
Tecnicil Imobiliária	166.000	166.000.000	166.000.000	3.596.666	152.829.674	-13.170.326	9%
Sub-Total	**231.831**	**231.831.000**	**231.831.000**	**5.339.372**	**218.942.337**	**-12.888.663**	**13%**
Total	**388.993**	**1.803.451.000**	**1.803.451.000**	**23.855.321**	**1.807.216.978**	**3.765.978**	**100%**

Tendo em consideração que estes activos financeiros são transaccionados num mercado pouco líquido, o seu justo valor é determinado através de técnicas de valorização definidas internamente, baseadas em modelos de desconto de fluxos de caixa e utilizando informações de mercado para definição do spread a utilizar para cada operação (nível 3 de acordo com a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração).

Em 31 de Dezembro de 2013, O Banco reclassificou os "Títulos corporativos" que se encontravam registados nesta rubrica para a carteira de empréstimos e contas a receber (Nota 12). O valor de balanço destes Títulos naquela data ascendia a 232.875.298$00.

NOTA 9 – OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

A 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados apresenta os seguintes valores:

	31-Dez-13		31-Dez-12	
Títulos	**Capital**	**Juros**	**Capital**	**Juros**
Instrumentos de dívida				
De outros residentes	0	0	469.617.413	32.427.443
Total	**0**	**0**	**469.617.412**	**32.427.443**

A carteira de activos financeiros ao justo valor através de resultados a 31 de Dezembro de 2012 resumia-se da seguinte forma:

31-Dez-12							
	Qt.	Valor Nominal	Valor de Aquisição	Juros corridos	Justo Valor	Ajustamentos	%
Títulos Corporativos							
CVFF	152.836	152.836.000	152.836.000	12.689.305	140.340.110	-12.495.890	30%
SOGEI	357.984	357.984.000	357.984.000	19.738.138	329.277.302	-28.706.698	70%
Total	**510.820**	**510.820.000**	**510.820.000**	**32.427.443**	**469.617.413**	**-41.202.587**	**100%**

Tendo em consideração que estes activos financeiros são transaccionados num mercado pouco líquido, o justo valor destes activos é determinado através de técnicas de valorização definidas internamente, baseadas em modelos de desconto de fluxos de caixa e utilizando informações de mercado para definição do spread a utilizar para cada operação (nível 3 de acordo com a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração).

Em 31 de Dezembro de 2013, O Banco reclassificou os "Títulos corporativos" que se encontravam registados nesta rubrica para a carteira de empréstimos e contas a receber (Nota 12). O valor de balanço destes Títulos naquela data ascendia a 387.304.493$00.

NOTA 10 – ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

A 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica Activos financeiros disponíveis para venda apresenta a seguinte decomposição:

Participada	Sede	Actividade Económica	Moeda	Capital	% Participação	Valor da Participação em ECV
SWIFT	Belgium	Serviços Financeiros	EUR		0,00%	295.510
NOVAGEST, SA	Cabo Verde	Serviços Financeiros	CVE	8.000.000	10,00%	800.000
ENACOL, SA	Cabo Verde	Comercialização de combustíveis e lubrificantes	CVE	500.000.000	0,00%	48.000
Total						**1.143.510**

NOTA 11 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A decomposição da rubrica aplicações em instituições de crédito encontra-se no quadro que se segue:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Aplicações em Instituições de Crédito no país		
No Banco Central	1.158.000.000	559.000.000
Em Outras IC's	0	0
Aplicações em Instituições de Crédito no estrangeiro		
Sede e sucursais da própria instituição	864.010.800	0
Juros a receber	**17.638**	**0**
Juros com rendimento diferido	**-101.930**	**-868.174**
Total	**2.021.926.508**	**558.131.826**

NOTA 12 – CRÉDITO A CLIENTES

A decomposição da rubrica crédito a clientes encontra-se no quadro que se segue:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Empresas Vincendo:	**3.499.494.147**	**3.307.527.993**
Descoberto em depósitos à ordem	37.997.034	54.671.195
Crédito Automóvel	25.859.505	24.892.048
Conta Corrente Caucionada	624.608.240	280.621.706
Crédito à Construção	77.035.443	274.529.018
Crédito Modernização e Expansão	12.993.507	24.734.912
Crédito Hipotecário	31.662.054	34.092.559
Crédito Médio e Longo Prazo	2.686.306.269	2.610.095.344
Credito Habitação	3.032.095	3.891.211

Particulares Vincendo:	**531.078.265**	**411.003.848**
Descoberto em depósitos à ordem	7.793.803	3.456.708
Crédito Automóvel	36.568.008	36.122.389
Crédito Habitação	310.020.620	239.279.222
Crédito Construção	15.101.670	9.363.570
Crédito Medio e Longo Prazo	36.770.224	31.344.906
Crédito Pessoal	77.629.723	77.437.052
Crédito Hipotecário	16.189.378	14.000.000
Crédito Salário Funcionário	952.548	0
Crédito Salário -	30.052.291	0
Empregados Vincendo:	**138.041.686**	**117.056.558**
Descoberto em depósitos à ordem	148.445	336
Crédito Automóvel	3.579.546	7.359.528
Crédito Habitação	116.066.056	89.990.221
Crédito Pessoal	621.464	19.706.473
Crédito Salário Funcionário	17.395.059	0
Crédito Salário -	231.116	0
Empresas Vencido:	**318.761.468**	**150.220.513**
Conta Corrente Caucionada	33.550.000	34.484.308
Crédito à Construção	3.676.800	3.676.800
Crédito Turismo e a Restauração	420.664	420.664
Crédito Médio e Longo Prazo	279.966.610	111.522.879
Crédito automóvel	315.135	115.862
Crédito Habitação	647.629	0
Crédito Hipotecário	184.630	0
Particulares Vencido	**12.522.601**	**7.261.603**
Crédito Automóvel	515.744	746.384
Conta Corrente Caucionada	4.300.000	4.300.000
Crédito Pessoal	1.689.541	1.084.325
Crédito Habitação	4.776.149	1.130.894
Crédito Salário -	1.241.168	0
Empregados Vencido:	**5.622**	**0**
Crédito Automóvel	5.622	0
Outros créditos e valores a receber (titulados)	**632.889.067**	**0**
Sub-Total	**5.132.792.857**	**3.993.070.515**
Juros a receber	**29.147.884**	**21.169.404**
Receitas com rendimento diferido	**-24.187.501**	**-20.516.419**
Imparidade de crédito a clientes	**-269.122.925**	**-126.733.542**
Valor Liquido de Crédito a Clientes	**4.868.630.315**	**3.866.989.958**

A taxa média dos créditos vivos em 31 de Dezembro de 2013 é de 10,42% (9,75% em 2012).

Em 31 de Dezembro de 2013, saldo da imparidade acumulada atingiu o montante de 269.122.925 (duzentos e sessenta e nove milhões, cento e vinte e dois mil, novecentos e vinte e cinco escudos), o que representa 5,5% do total da carteira de crédito.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no activo como correcção aos valores do crédito foram os seguintes:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Saldo inicial	**126.733.542**	**86.366.024**
Dotações	145.329.806	40.367.518
Utilizações		
Reversões	-2.940.422	
Saldo final	**269.122.926**	**126.733.542**

Em 31 de Dezembro de 2013, o Banco procedeu a reclassificação dos "Títulos Corporativos", que se encontravam registados na carteira de activos financeiros detidos para negociação (Nota 17) e na carteira de outros activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 18) para a carteira de empréstimos e contas a receber – crédito a clientes. O valor de balanço destes Títulos naquela data ascendia a 632.889.067$00.

Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica "Outros créditos e valores a receber (titulados) ", inclui o valor de obrigações de empresas nacionais, classificadas na categoria de "Empréstimos e contas a receber". Estas obrigações apresentam o seguinte detalhe:

	Título	31-Dez-13	31-Dez-12	Maturidade
CVIFHAOM0007	IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A.	51.482.415	52.096.938	05-01-2014
CVTIDAOM0005	Tecnicil Indústria, S.A.	16.096.854	15.758.431	23-04-2014
CVTECDOM0007	Tecnicil - Sociedade Imobiliária de Construções, S.A.	165.296.030	156.426.340	16-03-2015
CVCFFAOM0005	CVFF - Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	158.647.793	153.029.415	31-01-2019
CVSOGAOM0005	Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.	228.656.700	349.015.440	18-02-2014
CVLIIAOM0008	Laboratórios INPHARMA – INDÚSTRIA FARMACÊUTICA, S.A.	12.709.275	0	24-12-2019
	Total	**632.889.067**	**726.326.564**	

NOTA 13 – INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ A MATURIDADE

A decomposição da rubrica encontra-se no quadro que se segue:

	31-Dez-13		31-Dez-12	
Títulos	**Capital**	**Juros**	**Capital**	**Juros**
Instrumentos de dívida				
De dívida pública caboverdiana	188.333.769	772.604	483.204.178	1.647.487
Total	**188.333.769**	**772.604**	**483.204.178**	**1.647.487**

31-Dez-13

	Qt.	Valor Nominal	Valor de Aquisição	Juros corridos	Valor de Balanço	%
Títulos de Dívida Pública						
Bilhetes do Tesouro	190.000	190.000.000	188.333.769	772.604	189.106.373	100%
Total	**190.000**	**190.000.000**	**188.333.769**	**772.604**	**189.106.373**	**100%**

31-Dez-12

	Qt.	Valor Nominal	Valor de Aquisição	Juros corridos	Valor de Balanço	%
Títulos de Dívida Pública						
Bilhetes do Tesouro	500.000	500.000.000	483.204.178	1.647.487	484.851.665	100%
Total	**500.000**	**500.000.000**	**483.204.178**	**1.647.487**	**484.851.665**	**100%**

NOTA 14 – ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

A decomposição da rubrica encontra-se no quadro que se segue:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Activos não correntes detidos para venda		
Activos tangíveis não correntes detidos para venda		
Imóveis	171.494.521	36.157.950
Sub-total	**171.494.521**	**36.157.950**
Imparidade acumulada	-2.985.950,00	-2.985.950
Total	**168.508.571**	**33.172.000**

Em 31 de Dezembro de 2013 o saldo desta rubrica inclui o montante de 135.336.571$00 correspondente a imóveis recebidos na recuperação de crédito, e que o Banco perspectiva que sejam transaccionados no curto prazo.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade foram os seguintes:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Saldo inicial	**2.985.950**	**0**
Dotações		2.985.950
Saldo final	**2.985.950**	**2.985.950**

O movimento dos activos não correntes detidos para venda durante o exercício de 2013 e o exercício de 2012 foi como segue:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Saldo inicial	**36.157.950**	**0**
Entradas	135.336.571	
Vendas		
Transferências		36.157.950
Saldo final	**171.494.521**	**36.157.950**

NOTA 15 – OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

	31-Dez-13	31-Dez-12
Imóveis	**251.562.051**	**251.562.051**
Obras em imóveis arrendados	251.562.051	251.562.051
Equipamento:	**359.530.713**	**357.740.392**
Mobiliário e material	126.478.429	126.641.769
Maquinas e ferramentas	25.634.002	24.485.765
Equipamento informático	91.202.089	90.754.396
Instalações interiores	391.180	391.180
Veículos	54.632.655	54.632.655
Equipamento de segurança	52.879.537	52.879.537
Outro equipamento	6.420.774	6.063.043
Outros activos tangíveis	1.892.047	1.892.047
Activos tangíveis em curso	**5.931.260**	**4.879.858**
Sub-total	**617.024.024**	**614.182.301**
Depreciações Acumuladas	**330.617.960**	**258.428.554**
Total	**286.406.064**	**355.753.747**

Os movimentos nesta rubrica foram os seguintes:

	Imóveis e Equipamento	Activos tangíveis em curso	Total
Custo aquisição			
Saldo a 31/12/2011	**617.287.514**	**4.879.858**	**622.167.372**
Adições	3.074.166		3.074.166
Abates e/ou Alienações	-11.059.237		-11.059.237
Transferências			0
Outros movimentos			0
Saldo a 31/12/2012	**609.302.443**	**4.879.858**	**614.182.301**
Adições	2.263.663	1.051.402	3.315.065
Abates e/ou Alienações	-473.342		-473.342
Transferências			0
Outros movimentos			0
Saldo a 31/12/2013	**611.092.764**	**5.931.260**	**617.024.024**
Depreciações			0
Saldo a 31/12/2011	**182.972.599**	**0**	**182.972.599**
Adições	80.452.127		80.452.127
Abates e/ou Alienações	-4.996.172		-4.996.172
Transferências			0
Outros movimentos			0
Saldo a 31/12/2012	**258.428.554**	**0**	**258.428.554**
Adições	72.443.858		72.443.858
Abates e/ou Alienações	-254.452		-254.452
Transferências			0
Outros movimentos			0
Saldo a 31/12/2013	**330.617.960**	**0**	**330.617.960**
Saldo líquido a 31-Dez-2013	**280.474.804**	**5.931.260**	**286.406.064**
Saldo líquido a 31-Dez-2012	**350.873.889**	**4.879.858**	**355.753.747**

NOTA 16 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

	31-Dez-13	31-Dez-12
Sistema tratamento automático de dados	21.072.826	21.072.826
Outros activos intangíveis	4.696.000	4.696.000
Sub-Total	25.768.826	25.768.826
Depreciações Acumuladas	25.707.038	25.309.790
Total	**61.788**	**459.036**

Os movimentos nesta rubrica foram os seguintes:

	Sistema tratamento automático de dados	Outros activos intangíveis	Total
Custo aquisição			
Saldo a 31/12/2011	**21.072.826**	**4.696.000**	**25.768.826**
Adições			-
Saldo a 31/12/2012	**21.072.826**	**4.696.000**	**25.768.826**
Adições			-
Saldo a 31/12/2013	**21.072.826**	**4.696.000**	**25.768.826**
Depreciações			-
Saldo a 31/12/2011	**20.010.191**	**4.696.000**	**24.706.191**
Adições	603.599		397.248
Saldo a 31/12/2012	**20.613.790**	**4.696.000**	**25.309.790**
Adições	397.248		397.248
Saldo a 31/12/2013	**21.011.038**	**4.696.000**	**25.707.038**
Saldo líquido a 31-Dez-2013	**61.788**	-	**61.788**
Saldo líquido a 31-Dez-2012	**459.036**	-	**459.036**

NOTA 17 – INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

	31-Dez-13	31-Dez-12
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
Investimentos em empreendimentos conjuntos	147.351.831	180.096.683
Sub-total	**147.351.831**	**180.096.683**
Imparidade acumulada	0	0
Total	**147.351.831**	**180.096.683**

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo apresentado nesta rubrica, corresponde a entregas de capital, no âmbito de um Contrato de Associação em Participação para construção e venda de um empreendimento imobiliário. Em 2013 iniciou-se a venda dos Imóveis.

NOTA 18 – ACTIVOS POR IMPOSTOS

	31-Dez-13	31-Dez-12
Activos por impostos correntes:	**8.477.975**	**6.915.963**
Impostos sobre o rendimento a recuperar	8.477.975	6.915.963
Activos por impostos diferidos:	**0**	**18.538.519**
Por prejuízos fiscais (Ver Nota 35)	0	18.538.519
Total	**8.477.975**	**25.454.482**

NOTA 19 – OUTROS ACTIVOS E PASSIVOS

A decomposição da rubrica Outros Activos encontra-se no quadro que se segue:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Outros Activos		
Devedores residentes	142.469.201	181.888.359
Devedores não residentes	1.866.119	133.880
Devedores aplicações diversas	2.495.500	2.495.500
Sector público administrativo	0	1.798.293
Outros activos	0	0
	146.830.820	**186.316.032**
Outros Rendimentos a Receber		
Por linhas de crédito irrevogáveis	77.664	47.130
Outros rendimentos a receber	442.065	420.715
	519.729	**467.845**
Despesas com encargo diferido		
Seguros	73.952	0
Outros	5.640.749	713.728
	5.714.701	**713.728**
Outras contas de regularização		
Operações activas a regularizar	0	0
Outras operações a regularizar	50.706.837	45.284.925
	50.706.837	**45.284.925**
Sub-Total	**203.772.087**	**232.782.530**
Imparidade de Outros activos	-16.187.079	0
Total de Outros Activos	**187.585.008**	**232.782.530**

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo apresentado na rubrica devedores residentes inclui, 135.938.450$00 e 177.724.466$00, respectivamente, referente ao valor das obras realizadas nas instalações onde o Banco se encontra provisoriamente sediado e laborando, por conta do proprietário do edifício, sobre o qual mensalmente são deduzidas as despesas de arrendamento.

Em 31 de Dezembro de 2013, o montante registado em outras operações a regularizar, diz respeito essencialmente a movimentos que são saldados no ano seguinte, nomeadamente a regularização do stock do economato e contas de compensação de cheques, transferências e operações Vinti4.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a decomposição da rubrica Outros Passivos encontra-se no quadro que se segue:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Credores e Outros Recursos		
Operações de venda com acordo de recompra	0	19.249.967
Retenção imposto na fonte	12.110.855	7.976.294
Imposto sobre o valor acrescentado	1.011.787	53.209
Contribuição para a Providência Social	1.634.314	1.670.293
Cobrança por conta de terceiros	54.703	124.192
Fornecedores diversos	9.422.955	5.129.755
Outros credores	48.881.676	58.243.544
	73.116.290	**92.447.254**
Encargos a Pagar		
Por gastos com o pessoal	4.416.222	4.256.814
Por gastos gerais administrativos	7.574.311	9.112.195
	11.990.533	13.369.009
Outras Contas de Regularização		
Outras operações a regularizar	2.173.607	2.097.024
	2.173.607	2.097.024
Total de Outros Passivos	**87.280.430**	**107.913.287**

A retenção dos impostos a entregar ao Estado, refere-se essencialmente ao imposto sobre rendimentos de trabalho dependente, sobre rendimentos prediais e sobre rendimentos de capitais.

A contribuição para a providência social, corresponde à aplicação de uma taxa de 23% (15% por conta da entidade patronal e 8% da responsabilidade do empregado) sobre as remunerações liquidadas em Dezembro de 2013, a qual deverá ser entregue em Janeiro de 2014.

O saldo apresentado em Fornecedores diversos é resultante de aquisição de bens e serviços, cujas facturas aguardam liquidação, a qual deverá ocorrer nos primeiros meses de 2014.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo apresentado na conta Outros credores, refere-se essencialmente aos pagamentos efectuados pela Casa-Mãe por conta do BAICV e que serão reembolsados subsequentemente.

Os custos a pagar ao pessoal, são acréscimo de gastos com o pessoal, relativamente as férias vencidas e não gozadas em 2013, e que serão regularizadas em 2014.

NOTA 20 – RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A decomposição desta rubrica encontra-se no quadro que se segue:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Recursos de Instituições de Crédito no país	**0**	**0**
Depósitos à ordem	0	0
Recursos de Instituições de Crédito no estrangeiro	**4.990.444.455**	**4.554.977.190**
Depósitos à ordem	273.737.787	1.111.334.403
Depósitos à prazo	732.334.372	760.397.499
Empréstimos	3.984.372.296	2.683.245.288
Juros a pagar	**29.247.812**	**26.246.063**
Total Recursos de Outras IC's	**5.019.692.267**	**4.581.223.253**

Os depósitos a prazo são constituídos em moeda estrangeira, e taxa de juro média de remuneração das operações vivas a 31 de Dezembro de 2013 e 2012 ascende a 6,37%. Os depósitos à ordem não são remunerados.

Os empréstimos são constituídos em moeda estrangeira, e a taxa de juro média de remuneração das operações vivas a 31 de Dezembro de 2013 ascende a 1,42% (1,96% em Dezembro de 2012).

NOTA 21 – RECURSOS DE CLIENTES

A decomposição desta rubrica encontra-se no quadro que se segue:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Recursos do Sector Público Administrativo	**5.731.914**	**748.288**
Depósitos à ordem	5.731.914	748.288
Recursos de Residentes	**3.976.937.645**	**2.185.802.952**
Depósitos à ordem	1.963.708.511	1.250.953.327
Depósitos a prazo	1.966.629.206	899.704.062
Outros recursos de clientes (cheques e ordens a pagar)	46.599.928	35.145.563
Recursos de Emigrantes	**158.021.330**	**115.573.015**
Depósitos à ordem	42.193.477	30.822.805
Depósitos a prazo	115.827.853	84.750.210
Recursos de Não Residentes	**121.749.754**	**97.237.822**
Depósitos à ordem	75.788.291	53.559.925
Depósitos a prazo	45.961.463	43.677.897
Juros a pagar	**23.063.710**	**16.066.916**
Total de Recursos de Clientes	**4.285.504.353**	**2.415.428.993**

Os depósitos a prazo são constituídos em moeda nacional e moeda estrangeira, e a taxa de juro média remuneratória das operações vivas a 31 de Dezembro de 2013 ascende a 3,96% (4,13% em 31 de Dezembro de 2012).

NOTA 22 – OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

A decomposição do saldo desta rubrica encontra-se no quadro que se segue:

							31-Dez-13
	Data de emissão	Valor Nominal	Juros	Despesas incrementais	Valor balanço (custo amortizado)	Taxa Juros	Maturidade
Obrigações subordinadas	2010	1.000.000.000	2.294.430	-1.635.284	1.000.659.146	5,90%	2.016
Total		**1.000.000.000**	**2.294.430**	**-1.635.284**	**1.000.659.146**		

					31-Dez-12		
	Data de emissão	Valor Nominal	Juros	Despesas incrementais	Valor balanço (custo amortizado)	Taxa Juros	Maturidade
Obrigações subordinadas	2010	1.000.000.000	2.294.430	-2.125.623	1.000.168.807	5,90%	2.016
Total		**1.000.000.000**	**2.294.430**	**-2.125.623**	**1.000.168.807**		

Os passivos subordinados correspondem ao empréstimo obrigacionista emitido pelo BAICV durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

NOTA 23 – CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, existiam os seguintes saldos relativos a contas extra-patrimoniais:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales à residentes	345.144.634	253.450.693
Créditos documentários abertos à residentes	189.330.495	43.702.012
	534.475.129	**297.152.705**
Compromissos perante terceiros		
Linha de crédito irrevogáveis à residentes	264.440.287	321.326.716
	264.440.287	**321.326.716**
Responsabilidades por prestações de serviços		
Depósito e guarda de valores - Títulos desmaterializados	2.439.731.999	2.692.142.832
	2.439.731.999	**2.692.142.832**
Garantias Reais		
Activos recebidos em garantias	7.518.001.684	4.525.608.480
	7.518.001.684	**4.525.608.480**
Outras contas extrapatrimoniais		
Juros vencidos	60.205.265	24.220.063
Contas diversas	1.324.962	0
	61.530.227	**24.220.063**
Total	**10.818.179.326**	**7.860.450.796**

NOTA 24 – EFECTIVOS DE TRABALHADORES

O efectivo de trabalhadores durante os exercícios de 2013 e 2012, distribuído pelas seguintes categoriais profissionais foi o seguinte:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Conselho de Administração	5	5
Assembleia Geral	2	2
Conselho Fiscal	1	1
Direcção	9	8
Secretariado/Enquadramento	2	2
Técnicos	54	57
Outras funções	4	4
Total	**77**	**79**

NOTA 25 – CAPITAL

A estrutura accionista do Banco no final de 2013 e 2012 era a seguinte:

	%	Nº Acções	31-12-2013	31-12-2012
Banco Angolano de Investimentos, S.A.	80,432	1.874.695	1.874.695.000	1.467.800.000
Sonangol Cabo Verde – Sociedade de Investimentos, S.A.	16,303	380.000	380.000.000	380.000.000
SOGEI – Sociedade de Gestão de Investimentos, SA	3,265	76.100	76.100.000	152.200.000
Total	**100,000**	**2.330.795**	**2.330.795.000**	**2.000.000.000**

Nenhum dos membros dos órgãos sociais detém participação no capital do Banco.

O capital é constituído por 2.330.795 de acções de valor nominal de 1.000$00 (mil escudos cabo-verdianos) cada, totalmente realizado.

No exercício de 2013, procedeu-se a um aumento do capital no montante de 330.795.000$00, correspondente a emissão de 330.795 acções, totalmente subscritas pelo accionista Banco Angolano de Investimentos.

NOTA 26 – OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

A decomposição do saldo desta rubrica encontra-se no quadro que se segue:

	31-12-2013	31-12-2012
Outras reservas e resultados transitados	-1.189.277.882	-1.037.927.342
Total	**-1.189.277.882**	**-1.037.927.342**

A 31 de Dezembro de 2013, o saldo apresentado na rubrica Outras reservas e resultados transitados, no valor de -1.189.277.882 escudos cabo-verdianos diz respeito, aos resultados negativos transitados dos exercícios anteriores.

NOTA 27 – MARGEM FINANCEIRA

No quadro que se segue pode ser analisada a decomposição desta rubrica:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Juros e Rendimentos Similares	**586.668.248**	**525.779.836**
Disponibilidades em IC's	0	4.261
Aplicações em IC's	24.548.561	135.413.457
Crédito a clientes	361.098.635	314.585.400
Activos financeiros	201.021.052	75.776.718
Juros e Encargos Similares	**230.354.365**	**221.984.079**
Recursos de IC's	104.834.753	120.363.560
Recursos de clientes	65.831.861	41.224.939
Passivos subordinados	59.483.696	59.462.029
Outros juros e encargos similares	204.055	933.551
Margem Financeira	**356.313.883**	**303.795.757**

NOTA 28 – RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Rendimentos com serviços e comissões:	**52.470.387**	**45.779.463**
Garantias prestadas	10.498.762	4.967.831
Serviços prestados	26.955.340	20.786.062
Operações realizadas por conta de terceiros	7.253.860	7.217.050
Outras	7.762.425	12.808.520
Encargos com serviços e comissões:	**5.622.491**	**5.135.918**
Instrumentos financeiros	14.051	75.585
Serviços bancários prestados por terceiros	148.978	665.455
Por operações realizadas por terceiros	2.309.463	1.994.878
Outras	3.149.999	2.400.000
Comissões liquidas	**46.847.896**	**40.643.545**

NOTA 29 – RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O saldo apresentado nesta rubrica decompõe-se como segue:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Ganhos em activos financeiros:	**55.245.061**	**35.844.534**
Detidos para negociação	45.571.418	26.933.401
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	9.673.643	8.911.133
Perdas em activos financeiros:	**14.282.428**	**49.735.594**
Detidos para negociação	8.332.504	11.605.692
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	5.949.924	38.129.902
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor atraves de resultados	**40.962.633**	**-13.891.060**

NOTA 30 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O saldo apresentado nesta rubrica decompõe-se como segue:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Ganhos em operações cambiais:	**354.110.154**	**480.195.586**
Na posição cambial à vista	354.110.154	480.195.586
Perdas em operações cambiais:	**333.643.804**	**451.053.678**
Na posição cambial à vista	333.643.804	451.053.678
Resultados de reavaliação cambial	**20.466.350**	**29.141.908**

NOTA 31 – RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

O saldo apresentado nesta rubrica decompõe-se como segue:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Ganhos em activos não financeiros:	**9.343**	**236.765**
Outros activos tangíveis	9.343	236.765
Perdas em activos não financeiros:	**70.815**	**4.820.851**
Outros activos tangíveis	70.815	4.820.851
Resultados de alienação de outros activos	**-61.472**	**-4.584.086**

NOTA 32 – OUTROS RESULTADOS EXPLORAÇÃO

O saldo apresentado nesta rubrica decompõe-se como segue:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Rendimentos de exploração por:	**7.553.039**	**11.670.916**
Ganhos em investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	5.139.154	0
Ganhos em activos não financeiros	0	0
Outros	2.413.885	11.670.916
Gastos de exploração por:	1.892.753	5.253.519
Quotizações e donativos	340.095	1.425.757
Impostos indirectos	92.121	62.612
Outros	1.460.537	3.765.150
Outros resultados de exploração	**5.660.286**	**6.417.397**

NOTA 33 – CUSTOS COM O PESSOAL

Os custos com pessoal podem ser analisados no quadro que se segue:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Remuneração dos órgãos de gestão	**34.502.814**	**28.993.300**
Remuneração Mensal	28.720.376	24.129.346
Subsídios	5.026.438	4.233.954
Outras remunerações	756.000	630.000
Remuneração dos empregados	**105.266.028**	**104.177.470**
Remuneração mensal	71.134.141	70.286.975
Remunerações adicionais	355.484	777.728
Subsídios	32.363.824	31.859.230
Outras remunerações	1.412.579	1.253.537
Encargos sociais obrigatórios	**13.533.002**	**13.242.446**
Providência Social	13.366.859	13.085.838
Seguro de acidentes de trabalho	166.143	156.608
Outros custos com pessoal	**2.402.224**	**4.672.369**
Total	**155.704.068**	**151.085.585**

O número efectivo de colaboradores encontra-se discriminado na Nota 24.

Os saldos com os elementos da Administração e Direcção do Banco encontram-se divulgados na Nota 36.

NOTA 34 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

A decomposição desta rubrica é a que se segue:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Gastos Gerais Administrativos		
Com fornecimentos de terceiros	**34.946.407**	**32.078.462**
Agua, Energia e combustível	27.944.564	24.916.167
Impressos e material consumo	5.574.743	4.962.821
Outros fornecimentos (materiais diversos)	1.427.100	2.199.474
Com serviços de terceiros	**168.827.169**	**180.551.767**
Rendas e alugueres	89.045.389	82.327.559
Comunicação e despesas de expedição	11.266.565	13.856.839
Deslocações, estadas e representação	7.658.709	11.520.460
Publicidade e edição	4.865.753	7.831.601
Conservação e reparação	7.281.464	10.583.303
Transportes	90.110	1.390.595
Formação de pessoal	165.000	413.393
Seguros	1.234.082	2.518.625
Serviços especializados	29.212.466	31.804.959
Outros serviços de terceiros	18.007.631	18.304.433
Total	**203.773.576**	**212.630.229**

NOTA 35 – IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os lucros apurados pelo Banco são tributados em Sede do IUR, e incide sobre os rendimentos obtidos, no período da tributação. O pagamento do imposto é efectuado com base na declaração do Mod.1B, e acompanhada da guia GP010, caso haja opção pela autoliquidação.

A declaração de impostos fica sujeita a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de 5 anos contado a partir do exercício a que respeitam.

Tendo em conta que, relativamente ao exercício de 2013, foi apurado um resultado antes de impostos negativo de 120.702.584$00, o que se traduz igualmente na determinação de um lucro tributável negativo, não há obrigatoriedade de pagamento de imposto sobre lucros. Conforme referido na Nota 2.14, o prejuízo fiscal apurado poderá ser deduzido ao lucro tributável a apurar nos próximos três anos.

Refira-se ainda, que no exercício de 2013, procedeu-se a anulação do saldo do imposto diferido activo, registado nos exercícios anteriores, no montante de 18.538.519$00 (dezoito milhões, quinhentos e trinta e oito mil, quinhentos e dezanove escudos).

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o montante de activos por impostos diferidos não registados ascende a 94.109.883$00 e a 57.195.790$00 respectivamente.

NOTA 36 – TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos, a 31 de Dezembro de 2013 e 2012, das transacções verificadas com partes relacionadas resumem-se aos seguintes:

	31-Dez-13		31-Dez-12	
Activo	**Grupo BAI**	**Outras entidades relacionadas**	**Grupo BAI**	**Outras entidades relacionadas**
Disponibilidades em OIC's	20.202.379	0	349.196.324	0
Aplicações em instituições de crédito	864.010.800	0	0	0
Crédito	0	447.246.392	0	208.590.392
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	0	0	0	357.984.000
Juros a receber	1.200	15.796.089	0	23.003.564
Outros activos	226.119	136.346.030	0	177.998.166
Passivos				
Recursos de Outras Instituições de Credito	4.902.696.874	87.747.515	3.475.655.997	1.078.990.813
Recursos de Clientes	42.597.349	113.528.263	0	62.642.557
Outros passivos subordinados	436.510.000	259.710.000	436.510.000	259.510.000
Juros a pagar	30.249.360	595.890	27.442.871	595.431
Outros passivos	42.731.676	0	58.243.544	0
Proveitos				
Juros e Rendimentos Similares	4.710.828	17.836.558	0	31.015.848
Custos				
Gastos Gerais Administrativos	0	46.428.912	0	46.428.907
Juros e Encargos Similares	130.239.184	15.322.890	143.795.548	17.616.945
Extra-patrimoniais				
Garantias e Avales	0	47.799.878	0	47.799.878
Créditos documentários abertos	0	717.665	0	37.553.717
Títulos depositados	684.796.333	942.852.667	696.463.000	1.154.574.000
Juros vencidos	0	27.377.225		12.527.415

Apresenta-se em resumo a seguir os saldos a 31 de Dezembro de 2013 e 2012 referentes as transacções ocorridas com membros do Conselho de Administração e Direcção do Banco:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Activos		
Crédito a Clientes	**46.257.613**	**40.628.445**
Administração	0	0
Direcção	46.257.613	40.628.445
Juros a receber	**24.358**	**16.601**
Administração	0	0
Direcção	24.358	16.601

Passivos		
Recursos de Clientes	**16.061.354**	**11.217.271**
Administração	14.288.277	9.492.460
Direcção	1.773.077	1.724.811
Outros passivos subordinados	**7.535.000**	**7.535.000**
Administração	7.535.000	7.535.000
Direcção	0	0
Juros a pagar	**279.229**	**22.569**
Administração	277.952	17.289
Direcção	1.277	5.280
Rendimentos		
Juros e Rendimentos Similares	**1.582.163**	**1.183.107**
Administração	0	0
Direcção	1.582.163	1.183.107
Gastos		
Juros e Encargos Similares	**721.181**	**509.068**
Administração	705.228	502.943
Direcção	15.953	6.125
Extra-patrimoniais		
Títulos depositados	**7.772.000**	**7.792.000**
Administração	7.575.000	7.595.000
Direcção	197.000	197.000

NOTA 37 - CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

As contas do Banco são consolidadas pelo Banco Angolano de Investimentos, S.A., através do método integral. As contas do Banco Angolano de Investimentos, S.A., podem ser obtidas directamente na sua sede na Rua Major Kanhangulo n.º 34, Luanda, Angola.

16. Parecer do Auditor Externo

17. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal